

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

**“SEMEANDO VENTOS O GOVERNO COLHERÁ
TEMPESTADES!”: CRISE MARCELISTA E A VAGA
REVOLUCIONÁRIA EM PORTUGAL (1968-1974)**

Pamela Peres Cabreira



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**“SEMEANDO VENTOS O GOVERNO COLHERÁ
TEMPESTADES!”: CRISE MARCELISTA E A VAGA
REVOLUCIONÁRIA EM PORTUGAL (1968-1974)**

PAMELA PERES CABREIRA

Sob a Orientação do Professor
Jean Rodrigues Sales

e Coorientação da Professora
Raquel Cerqueira Varela

Dissertação submetida como requisito final para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ
Março de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C112" Cabreira, Pamela Peres, 1989-
"Semeando Ventos o Governo Colherá Tempestades!":
Crise marcelista e a vaga revolucionária em Portugal
(1968-1974) / Pamela Peres Cabreira. - 2017.
159 f.: il.

Orientador: Jean Rodrigues Sales.
Coorientadora: Raquel Cerqueira Varela.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em
História, 2017.

1. Ciências Humanas. 2. História. 3. História
Social. 4. História Contemporânea de Portugal. 5.
Revolução dos Cravos. I. Sales, Jean Rodrigues, 1972-,
orient. II. Varela, Raquel Cerqueira, -, coorient.
III Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós Graduação em História. IV. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO

“Semeando ventos, o governo colherá tempestades!”: Crise marcelista e a vaga revolucionária em Portugal (1968-1974)

PAMELA PERES CABREIRA

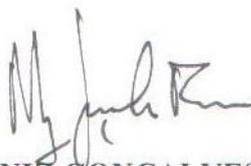
Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 22/02/2017

Banca Examinadora:



Professor Doutor **ALEXANDRE FORTES (UFRRJ)**
Coorientador e presidente



Professor Doutor **MUNIZ GONÇALVES FERREIRA (DHRI-UFRRJ)**
Membro interno



Professora Doutora **SILVIA ADRIANA BARBOSA CORREIA (UFRJ)**
Membro externo

*A todos os seres que rebelam-se, inquietam-se
e não se calam frente às injustiças da vida*

AGRADECIMENTOS

Uma palavra de agradecimento aos que me ajudaram a construir este trabalho com inestimável atenção. Nomeadamente, Raquel Varela, Adriana Barreto, Valério Arcary, Fabiane Popinigis e João Araújo. Agradeço ao meu orientador Jean Rodrigues Sales. Ao Ricardo Oliveira que, devido à sua inexorável ausência não pôde concluir a leitura deste trabalho, agradeço em sua memória toda a prestatividade cedida ao longo de minha trajetória acadêmica. Sua pessoa estará sempre marcada em minha História.

Agradeço à banca examinadora pela rigorosa atenção e preciosas sugestões direcionadas a este trabalho.

Naturalmente, agradeço a bolsa de incentivo da CAPES por vezes incerta e que os cheirinhos de alecrim cheguem novamente em terras brasileiras e superem as instabilidades políticas em que vivemos no momento. À Cátedra Jaime Cortesão da USP e à professora Vera Amaral Ferlini pela bolsa de pesquisa realizada em Portugal no ano de 2016. Agradeço também ao meu Programa, sobretudo a atenção de Paulo Longarini e João Márcio Pereira.

Aos amigos que acompanharam o desenvolvimento deste trabalho com frutíferas conversas e que nunca regatearam ajuda e apoio ao longo destes dois anos. Marcadamente, agradeço aos companheiros de alojamento Cássio Vilani, Rafael Ávila, Tiago Cupollilo, Alexandre Azevedo, Cecília Rocha e Raísa Red. Aos amigos de Campinas, Diego Favorato, Guilherme Dorizoto, Joelson Ricardo, Mariana Perez e à irmã Ligia Maria. Aos companheiros de mestrado, que ao longo dessa jornada buscaram colaborar nas mais diversas formas, Wendell Veloso, Natanael da Silva, Felipe Martins, Geison Siqueira, Nara Tinoco, Juliana Bragança, Lucas Suhett, Letícia Lemes e Rafael Matheus. Aos amigos Leonam Monteiro, Vinícius Brito e Ângelo Pacheco. Às boas energias que sempre emanaram do 106, sobretudo as provindas de Clarice Gonring, Ana Caroline e Juliana Marys. Agradeço ao Lucas Tesser pela carinhosa amizade e paciência na reta final deste trabalho. Agradeço à doutora Fátima Nolasco pela ajuda e atenção. Às duas historiadoras e amigas de todas as desventuras ruralinas, Taís Dutra e Ana Cláudia Aleixo. Ao Tiago de Conto. Ao companheiro felino, Quincas.

De terras lusas, agradeço ao camarada Avelino Pacheco por sua atenção e entrevista cedida em Porto; ao professor Jorge Alves; ao João Oliveira pelo incentivo e apoio; às amigas e historiadoras Ana Freitas e Conceição Moraes.

Agradeço aos meus pais, Ney Roberto e Sandra Matoso, cujo apoio e presença sempre foram indispensáveis para minha vida. Igualmente agradeço minha segunda mãe, Maria Cristina Matoso, meu irmão Adan Peres e minha avó Iracy Rocha.

Como acertadamente manda o figurino, qualquer erro ou inconsistência aqui apresentados são de minha inteira responsabilidade. Finalmente, mas não menos importante, registro aqui meu incontido Fora Temer!

“Do medo que paira sobre os campos”

Nos confins da tarde
Geme uma cigarra.

O sol parte escondido
num mar de núvens,
escuras núvens.
Em grupos de quatro
homens discutem
o que fazer
quando o trigo se acabar nos celeiros
quando a água for cortada nos rios
quando a GNR avançar
com seus cavalos de rija crina
pelos campos adentro
ceifando vidas
como quem ceifa searas.

Nos confins da tarde
geme uma cigarra.
Na parte mais baixa do ribeiro
por entre o espesso canavial
mulheres em grupos de duas
falam
sobre o que fazer
quando não tiverem pão para os filhos
quando não tiverem lenha para o lume
quando a GNR avançar
com seus cavalos de rija crina
pelos campos adentro
ceifando vidas
como quem ceifa searas.

Lá longe, no cimo da tarde,
geme a guitarra.
São cinco cordas,
são cinco beijos,
são cinco gotas de ouro fino.

Ferido de morte,
o tempo pára.
Os homens que em grupos de quatro
discutiam tarde acima,
calam-se.
As mulheres que em grupos de duas
falavam junto ao ribeiro
no mais espesso do canavial,
calam-se.

Até a longínqua cigarra,
que todo o dia levou a cantar,
silenciosamente se cala.

Ferido de morte
o tempo pára.
Aos gritos na estrada de terra,
caído nos buracos,
nas poças de água,
cabelos ao vento,
correndo feita seta feita veado,
uma miúdita se distingue.
-Eles aí vêm. São a GNR.
Vêm a cavalo. E são muitos
e muitas são as armas que trazem.
Vi-lhes na cara o desejo de sangue.
Fujam. São muitos
e muitas são as armas que trazem.¶

Sem força, caída no caminho,
aponta para a aldeia.
As mulheres, os homens,
súbitamente parados na tarde
rodeiam-na,
caras vincadas, mãos duras,
olhos rasos de lágrima.
-E o que querem?¶
Mas a resposta todos a sabiam,
a resposta todos não queriam aceitar.

-Querem as terras da cooperativa
e a cabeça dos trabalhadores.
Fujam. São muitos. Vêm a cavalo
e muitas são as armas que trazem.¶

A terra tão docemente amanhada,
as oliveiras tão docemente tratadas,
como se por encanto fosse,
pareciam gemer na silenciosa tarde.

Imóveis os homens pararam.
Silenciosas as mulheres puseram.
Era como se o tempo tivesse parado.
Só a guitarra,
Cinco cordas,
Cinco dedos de criança,
suave a princípio,
agreste no fim,
nunca parou.

Era como se dissesse,
Era como se cantasse.
-Fugir? Da terra que lavrámos?
Da terra que adubámos
com o nosso suor,
com quem gastámos o sangue
e os ossos?
Fugir? Antes morrer,
antes lutar!!

A guitarra,
cinco cordas,
cinco dedos calejados
pelo rigor das manhãs de gelo,
era como se dissesse,
era como se cantasse,
o que ia no coração
de todos.

(A Sementeira, Novembro, 1976)

RESUMO

CABREIRA, Pamela Peres. **“Semeando Ventos O Governo Colherá Tempestades!”: Crise Marcelista e a vaga revolucionária em Portugal (1968-1974)**. 2017. 160p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

O dia 25 de Abril de 1974 é um marco divisor na sociedade contemporânea portuguesa: após mais de quarenta anos de um intenso período autoritário, o país se caracterizaria em todas as fissuras sociais por um processo de ruptura e a busca constante pela democratização. Os anos que antecedem a Revolução dos Cravos, sob a governança de Marcello Caetano contemplam o período de estudos desta pesquisa, em vias de analisar o intenso movimento social que desabrocha no país, buscando quebrar em alguns sentidos a constituição do autoritarismo salazarista. A crise institucional do regime somada a um intenso descontentamento social transmitido através de intensas mobilizações serão fundamentais na compreensão do período pré-revolucionário e na eclosão do golpe militar em 1974. O colapso do regime estadonovista refletiu nos movimentos sociais na mesma proporção que as próprias manifestações dos diferentes nichos desta sociedade influenciaram uma crescente crise do sistema. Portanto, o objetivo desta pesquisa é esquadrihar o período marcelista na busca pela compreensão dos fatores condicionantes à aurora da Revolução Portuguesa, pautado na defesa de que o país não se encontrava –adormecido‖ frente aos descaminhos do Estado Novo.

Palavras-Chave: Revolução dos Cravos; Portugal; Marcello Caetano.

ABSTRACT

CABREIRA, Pamela Peres. **“Semeando Ventos O Governo Colherá Tempestades!”: Crise Marcelista e a vaga revolucionária em Portugal (1968-1974)**. 2017. 160p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

The 25th of April 1974 is a watershed in contemporary Portuguese society: after more than forty years of an intense authoritarian period, the country would be characterized in all social fissures by a process of rupture and the constant search for democratization. The years before the Carnation Revolution, under the governance of Marcello Caetano, contemplate the period of study of this research, in the process of analyzing the intense social movement that erupts in the country, seeking to break in some ways the constitution of Salazarist authoritarianism. The institutional crisis of the regime coupled with intense social discontent conveyed through intense social mobilizations will be fundamental in understanding the pre-revolutionary period and in the outbreak of the military coup in 1974. The collapse of the state regime reflected in social movements in the same proportion as the own Manifestations of the different social niches influenced a growing crisis of the system. Therefore, the objective of this research is to analyze the Marcellist period in the search for the understanding of the factors conditioning the outbreak of the Portuguese Revolution, based on the defense that the country was not –asleep in the face of the misconduct of the Estado Novo.

Keywords: Revolution of Cravos; Portugal; Marcello Caetano.

LISTA DE ABREVIACÕES

ANP	Ação Nacional Popular
ARA	Ação Revolucionária Armada
ASP	Associação Socialista Portuguesa
BR	Brigadas Revolucionárias
CC	Comitê Central
CCT	Contratos Coletivos de Trabalho
CDE	Comissão Democrática Eleitoral
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEM	Comissão Eleitoral Monárquica
CEUD	Comissão Eleitoral de Unidade Democrática
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CLS	Comitê de Luta de Setúbal
CMLP	Comitê Marxista-Leninista Português
CP	Caminhos de Ferro
CSP	Central Sindical Portuguesa
CUF	Companhia União Fabril
DGS	Direção Geral de Segurança
EFTA	European Free Trade Association
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FPLA	Frente Patriótica de Libertação Nacional
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
INE	Instituto Nacional de Estatística

INTP	Instituto Nacional de Trabalho e Previdência
ISCEF	Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
IST	Instituto Superior Técnico
JSTP	Junta de Salvação Nacional
IST	Instituto Superior Técnico
GDACI	Grupo de Detenção, Alerta, Conduta e Intercepções
GNR	Guarda Nacional Republicana
GP	Governo Provisório
LUAR	Liga de Unidade e Acção Revolucionária
MFA	Movimento das Forças Armadas
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MRPP	Movimento Reorganizativo do Partido Proletariado
MUD	Movimento de União Democrática
NATO	North Atlantic Treaty Organization
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OCT	Organização Científica do Trabalho
OMT	Organização Mundial do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do tratado do Atlântico Norte
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCC	Partido do Centro Católico
PCP	Partido Comunista Português
PDA	Partido Democrata de Angola
PIB	Produto Interno Bruto
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado
PREC	Processo Revolucionário em Curso

PRP	Partido Revolucionário do Proletariado
PRP/BR	Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias
PS	Partido Socialista
PSP	Polícia de Segurança Pública
RAP	Regimento de Artilharia Pesada
RCP	Rádio Clube Português
RSS	Regimento de Serviços de Saúde
RTP	Rádio Televisão Portuguesa
SAS	Serviço de Ação Social
TAP	Transportes Aéreos Portugueses
UEC	União dos Estudantes Comunistas
UEP	União Europeia de Pagamentos
UN	União Nacional
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UON	União Operária Nacional
UPA	União das Populações do norte de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I: O ESTADO NOVO E O SALAZARISMO: UMA VREBE ANÁLISE CONTEXTUAL	19
O ESTADO NOVO.....	20
OS PLANOS INTERNACIONAIS E A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA ATÉ 1961.....	24
PORTUGAL E A DINAMIZAÇÃO NA OTAN E ONU	28
SALAZAR E A POLÍTICA ULTRAMARINA: O LUSOTROPICALISMO.....	32
1961: A DEFLAGRAÇÃO DA GUERRA EM ANGOLA.....	35
CAPÍTULO II: DO SALAZARISMO AO MARCELISMO: UMA “RENOVAÇÃO NA CONITUIDADE”	40
A PRIMAVERA MARCELISTA	41
APONTADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS	46
LEIS NA ORDEM DO DIA: AS RESOLUÇÕES CAETANISTAS E A BUSCA DE –ABERTURA 	50
TEORIZANDO O ESTADO: ESTADO SOCIAL DE DIREITO E O PROJETO –LIBERAL DE MARCELLO CAETANO.....	56
A GUERRA COLONIAL SOB UM MONÓCULO: O MFA E AS MEDIDAS DE CAETANO	61
CAPÍTULO III: CONTRA A POLÍTICA “LIBERALIZANTE”: A VAGA ORGANIZATIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	69
O PCP NA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SÉCULO XX.....	69
OS MOVIMENTOS ESTUDANTIS CONTRA O REGIME	72
–Ai senhores a gente morre aqui de fome... os levantamentos de rancho e as mobilizações nos quartéis	79
O MOVIMENTO OPERÁRIO PORTUGUÊS: DO REPUBLICANISMO AO FASCISMO	84
AS LUTAS OPERÁRIAS NA PROPULSÃO DA REVOLUÇÃO (1970-1973): UM DEBATE TEÓRICO	88
A luta reivindicativa da classe operária: Uma análise segundo Edward Thompson	89
AS LUTAS OPERÁRIAS SOBRE O PRISMA DO AVANTE! CLANDESTINO.....	94
CAPÍTULO IV: “SEMEANDO VENTOS O GOVERNO COLHERÁ TEMPESTADES!”: O 25 DE ABRIL DE 1974.....	112
–FLOR-LIBERTAÇÃO : O DIA DA REVOLUÇÃO	113
BREVE PANORAMA REVOLUCIONÁRIO	119
REVOLUÇÃO, REVOLUÇÕES OU TRANSIÇÃO?	125
TEORIZANDO A REVOLUÇÃO.....	130
REVISIONISMO HISTÓRICO E A CRISE DO PÓS-MODERNISMO.....	136

2 CONCLUSÕES.....	142
3 APÊNDICES.....	143
APÊNDICE A – EMPRESAS EM REIVINDICAÇÕES LABORAIS (1970)	143
APÊNDICE B - EMPRESAS EM REIVINDICAÇÕES LABORAIS (1971)	144
APÊNDICE C - EMPRESAS EM REIVINDICAÇÕES LABORAIS (1972)	145
APÊNDICE D - EMPRESAS EM REIVINDICAÇÕES LABORAIS (1973)	146
APÊNDICE E - EMPRESAS EM REIVINDICAÇÕES LABORAIS (1974 – JAN/ABR)	147
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148
5 FONTES	154

1 INTRODUÇÃO

A luta e participação dos movimentos civis, organizações estudantis e a luta operária estiveram fortemente presentes na consolidação do movimento revolucionário em Portugal no ápice da década de 1970. Desde o início da guerra colonial, deflagrada em Angola no ano de 1961, o país começaria a conhecer diversas formas organizativas na busca reivindicativa contra a ditadura instalada no país desde 1926 com a precipitação do Estado Novo que se consolidaria no ano de 1932 com a figura de Oliveira Salazar. Ao ano de 1968 marcar-se-á emblemático pela substituição do Presidente do Conselho, Salazar, para Marcello Caetano, que buscará, mesmo que forma branda, trilhar mudanças sem sair dos moldes do regime. Logo, a década de 70 ficará marcada pela constante movimentação em torno do descontentamento da guerra colonial bem como o longo período de repressões impostas pelo regime. A partir disso, temos aqui nosso objeto de estudos que consiste em apresentar um panorama da sociedade portuguesa durante o período de Marcello Caetano e trazer a discussão acerca da Revolução dos Cravos, sobretudo sobre o prisma da participação popular no evento e sua precipitação nos anos iniciais da década de 1970. Algumas perguntas e inquietações transcorrem este trabalho colaborando para a pertinência do objeto: o 25 de Abril foi uma Revolução ou uma Transição? Qual foi o papel popular neste processo? Houve uma -primavera com Marcello Caetano que possibilitasse a vaga revolucionária? São algumas perguntas que procuraremos responder ou ao menos problematizar ao longo deste trabalho.

Trabalharemos com algumas fontes importantes e que acreditamos conseguir cumprir o dever de nos relatar de diversos ângulos nossos questionamentos, sem a pretensão de esgotá-los. No que tange aos periódicos, trabalharemos com o *Avante!* (em sua versão clandestina, anteriormente à Abril de 1974 e, posteriormente a esta data legalizado), *República*, *Diário de Notícias*. Cada qual representa uma corrente política organizativa distinta do outro. O primeiro é um jornal organizado pelo Partido Comunista Português; o segundo mantém fortes laços com a organização socialista no país; o terceiro segue o *fluxo* político instalado nos diversos períodos em que permanece sua existência. Também trabalharemos com discursos e entrevistas de alguns líderes políticos, como Mário Soares, António Spínola e Álvaro Cunhal. Leis, Decretos-Leis e medidas adotadas ao longo dos anos marcelista também serão analisados. Os decretos, leis e diversos boletins divulgados e instalados pelos Governos Provisórios também nos servirão de fontes de análise para compreender a via institucional do Estado português. Destacamos que não se pretende com

este trabalho esgotar as discussões possíveis sobre a participação popular na efervescência e na ocorrência da revolução, mas sim levantar o debate para possíveis novas problemáticas a partir deste tema.

O primeiro capítulo apresenta em seu corpo um panorama da sociedade portuguesa sob o regime do Estado Novo e Oliveira Salazar. Apesar de introdutório, julga-se importante a contextualização do cenário pelo qual o país passava anteriormente à mudança de representante, via Caetano. A política adotada sob a rédea autoritária e corporativista, deslança seu caminho com as relações internacionais e suas problematizações além do processo de compreensão social adotado por este regime e da legitimidade defendida sobre os territórios africanos. Neste capítulo, por fim, buscaremos introduzir a questão da guerra colonial deflagrada no ano de 1961 e suas problemáticas, em vias de destacar a importância do conflito nos anos seguintes.

No segundo capítulo, apresentaremos a ascensão de Marcello Caetano como Presidente do Conselho e como suas medidas desencadearam uma perspectiva mudança no país. As condições favoráveis no cenário econômico internacional refletirão em consequências positivas na economia portuguesa, além de uma contínua busca por uma inserção social mais aprofundada, porém, sem alterar as principais características do regime. Assistiremos neste período uma branda evolução em algumas leis e medidas, mas sem que na prática isso de fato reflita no escopo social do país, tampouco que o caráter –liberal¹¹ de Caetano reja substanciais mudanças. Portanto, discutiremos como base um sintético debate teórico sobre o Estado, sobre a proposta do –Estado Social de Direito¹² e uma problematização sobre a referência ao governo de Caetano como liberal. Com a intensificação dos conflitos em África e com a emergência de uma reconfiguração sobre a guerra, as medidas caetanistas ou a ausência delas também será um fator de profunda insurgência dentro do Movimento das Forças Armadas. Com o lema –evolução na continuidade¹³, Caetano avançará sobre alguns territórios problemáticos, mas sem profundas alterações, possibilitando uma crescente onda organizativa nos movimentos sociais por todo o país.

No terceiro capítulo, analisaremos as formas de movimentos organizados que nos primeiros anos da década de 1970 promoveram diversas maneiras de manifestações pelo país, fator que consideramos agravante para a posterior crise sem retorno por que passará o regime do Estado Novo. As conjugações do sistema autoritário presente no seio da sociedade, seus objetivos e organização a partir dos movimentos operários e partidários serão aqui tratados, bem como alguns atos estudantis. Defendemos aqui a hipótese da influência massiva e

persistente das greves e paralisações nas fábricas e indústrias do país, viralizando para outros setores importantíssimos como a saúde, o transporte e a agricultura. Para tanto, buscar-se-á demonstrar estes movimentos entre os anos de 1970 e abril de 1974 como uma fatia representativa desta hipótese. O movimento estudantil e os levantamentos nos quartéis estenderão o campo das manifestações e também comporão este intenso processo de reivindicações contra o regime.

No quarto e último capítulo, apresentaremos o 25 de Abril e suas consequências tão logo o regime marcelista seja deposto. Com isso, pretendemos demonstrar as facetas do período revolucionário desde o seu marco. Nossa hipótese neste capítulo é que o ato “*golpista*” do Movimento das Forças Armadas foi seguido de um intenso apoio popular, tornando-se uma revolução social e, tão logo, portanto, uma Revolução. Julgamos que a problematização teórica sobre a revolução no processo social sejam de importante presença neste trabalho, buscando constituir uma ponte de diálogo entre o objeto da vaga revolucionária e dos movimentos sociais e das tomadas de ação pelo governo português.

CAPÍTULO I

ESTADO NOVO E O SALAZARISMO: UMA BREVE ANÁLISE CONTEXTUAL

*“A política foi, em primeiro lugar, a arte de impedir
as pessoas de se intrometerem naquilo que lhes diz respeito”*
(Paul Valéry)

*Na frente ocidental nada de novo.
O povo
Continua a resistir.
Sem que ninguém lhe valha,
Geme e trabalha
Até cair.*
(Miguel Torga)

–O País anseia pôr fim às guerras coloniais e ao governo dos monopólios, o país quer uma mudança de regime e as liberdades democráticas. Estes objetivos, estes anseios, tornaram-se uma exigência nacional!!¹. A convocação é clara pelo jornal do comitê Central do Partido Comunista Português (PCP) no início do mês de Abril de 1974: não é mais possível viver sob a rédea autoritária de Marcello Caetano em acúmulo da herança deixada por Oliveira Salazar, sendo obrigatória uma movimentação contundente de –todas as camadas não-monopolistas!|². Uma ação se faz necessária e esta iniciativa será pleiteada por um movimento de capitães em busca do fim da guerra colonial, em conjunto com incertezas e descontentamentos na metrópole que apoiarão as medidas iniciais à derrubada do regime. A revolução da metrópole começa em África, é uma Revolução de mão dupla.

A chamada por uma mudança de sistema seja ele político, cultural, econômico e social faz-se muito presente em Portugal no decorrer da década de 1970, com movimentos grevistas, o acirramento e descontentamento com a guerra colonial. O periódico clandestino *Avante!*, no início desta década, aponta que a luta contra o –fascismo|| dava-se em três frentes: –a luta reivindicativa da classe operária, a luta política, a luta dos estudantes!|³, e apontam que o caminho para o derrube do regime não deve aparecer por meio –[...] da liberalização para a

¹ *Avante!* Não dar tréguas ao fascismo. Ano 44, série VI, n. 464, abril de 1974, p. 01.

² *Avante!* Não dar tréguas ao fascismo. Ano 44, série VI, n. 464, abril de 1974, p. 01.

³ *Avante!* Nova fase de luta. Ano 39, série VI, n. 411, janeiro de 1970, p. 01.

democracia, mas o desenvolvimento da luta de massas e finalmente, numa situação revolucionária, o levantamento nacional, a insurreição popular⁴.

Portanto, em primeiro lugar, o país assistirá uma intensa marcha do movimento operário caracterizando um papel de protagonismo nas lutas laborais, tendo, no entanto, certa problematização de desorganização e descentralização das demandas e da organização sindical. Em segundo, por parte da oficialidade intermédia das Forças Armadas na recusa em dar continuidade à guerra em África. Quando este grupo rebela-se e toma a metrópole, entendemos, é um reflexo do arcaísmo que a mesma reproduziu nesta parcela de oficiais, trazendo para a arena pública os problemas por que o país passava, e, a partir de então, muitas outras demandas serão apresentadas como fator de luta durante os dezenove meses de processo revolucionário. Logo, o desagrado em África resultará numa Revolução na metrópole, apoiada, seguida e defendida por uma parcela imensa da população. A crise que perpassava a Europa, e também Portugal após a recessão mundial no ano de 1973, somada à crise da guerra, será fator desencadeante deste processo.

Ao apontarmos que as causas da Revolução centram-se, sobretudo, em torno da guerra colonial em África em dualidade completa com a crise econômica nacional e do destaque da classe trabalhadora em suas problemáticas organizativas e laborais, pretendemos, assim apresentar ao longo deste capítulo algumas causas e efeitos do regime salazarista/marcelista e de como essas problemáticas se agravaram na década de 1970. Portanto, nossa hipótese circula entre três basilares para a eclosão da Revolução: Guerra colonial, crise econômica – reflexo, em partes, da própria guerra -, e, por último, a manifestação popular pelo descontentamento do regime. Desta forma, para compreender a estrutura do país e a possibilidade de ocorrência do 25 de Abril, propomos, neste capítulo, realizar um panorama geral sobre o Estado Novo e das políticas do regime, sua inserção no cenário internacional e como encontrava-se o panorama geral em meados da década de 1960. Acreditamos que compreender o funcionamento do regime salazarista, mesmo que de forma introdutória devido às limitações, seja de suma importância para o desenvolvimento deste trabalho.

O Estado Novo

Após o golpe militar em 1926 com o compromisso do exército em mediar um período transitório, viria a eleger-se presidente de Portugal, Óscar Carmona, no ano de 1928, iniciando

⁴ **Avante!** A perspectiva revolucionária. Ano 39, série VI, n. 415, abril de 1970, p. 02.

o período chamado de –Ditadura Nacional‖ com a instauração da Constituição de 1933. Este regime denominou-se Estado Novo, onde mantendo formações milicianas, partido único e a consolidação ideológica da Igreja Católica e do autoritarismo no Estado, tomava para si características repressivas e antidemocráticas.

Muitos fatores concorrem para a sensação de crise que domina os meios políticos portugueses na última fase da Primeira República. No rescaldo da Primeira Grande Guerra tinham-se modificado ideias políticas, estruturas econômicas, relações de classes, e introduzira-se uma consciência de precariedade e mudança que levava a exigir do Estado uma ação mais vigorosa e mais profunda no ordenamento da vida coletiva. Esta crise interna do Estado conduz a uma ditadura militar, em 1926, que depressa ganha o apoio dos sectores conservadores.

Portugal no início dos anos 30 constituía uma sociedade periférica, dependente, com peso predominante da agricultura. Os efeitos quase sucessivos das crises de 1921, da valorização do escudo, moeda nacional, em 1924, e a Grande Depressão de 1929 tinham afetado gravemente a economia, os negócios e as finanças públicas. Para a oligarquia tradicional, e mesmo para importantes sectores das classes médias, o velho Estado Republicano-liberal, controlado, sem possibilidade real de alternativa, pelo Partido Republicano Português, tornara-se sinónimo de __demagogia__ e de __desordem__, isto é, de instabilidade política e social, de __escândalos__, de incapacidade geral de fazer face à crise. O dia 28 de Maio de 1926 iniciou um longo e complexo processo de superação do Estado liberal. Longo e complexo não só pelas resistências –externas‖ à ditadura por parte das forças republicanas e democráticas, mas, também, porque na fronda social e política que suporta o novo regime são distintas e contraditórias as estratégias económicas de responder à crise e as formas de conceber o Estado capaz de manter uma aplicabilidade. Portanto, tudo se prestava à emergência de uma autoridade que interpretasse objetivamente o interesse do conjunto sobre cada um dos seus setores debilitados e desavindos, aplicando-o com a força resultante da autonomia arbitral desse estado burguês no qual Portugal estava inserido.

Em 1932, António Oliveira Salazar entra em cena como o chefe de Estado com o partido chamado de –União Nacional‖, dando início ao período salazarista, que se estende até 1968, quando este é afastado do partido por um acidente que sofrera, sendo substituído por Marcello Caetano, no mesmo ano. No essencial, o salazarismo revelar-se-ia como um duplo pragmatismo, agindo no quadro das classes dominantes e das forças politicamente conservadoras. Um pragmatismo económico e social, decidindo autoritariamente e em nome

do interesse nacional“, com o objetivo claro de derrubar ideais como o liberalismo e o parlamentarismo anteriormente presente no país. Os aparelhos autoritários do Estado na direita portuguesa transitam entre: o *liberalismo conservador*, observado nos partidos republicanos conservadores que deram apoio aos militares esperando que a Constituição de 1911 fosse reconstituída e onde o sistema parlamentarista ficaria mais frágil com a presença de um presidente juntamente com a busca de um partido conservador forte. Para tanto, temos o *conservadorismo autoritário*, com fortes características antiliberais, buscando a formação de um único partido e aproximando-se do corporativismo católico, monárquico e de republicanos autoritários e a *direita radical*, que propunha uma ruptura completa com o sistema liberal e tinham origem no Integralismo Lusitano; havia traços de fascismo e buscavam a formação de um partido apoiado pelas massas.⁵

As forças de apoio ao sistema ditatorial militar vieram do Centro Católico, juntamente com um apego e dependência das hierarquias da instituição, e de alguns partidos republicanos conservadores. Tanto o Partido do Centro Católico (PCC) como a instituição da Igreja, apoiaram a ditadura militar. Os republicanos conservadores também representaram forte apoio ao regime bem como possuíam representantes no seio do Exército. Ressalta-se a capacidade de mobilização dos militares pelos grupos conservadores.

O Estado Novo mantinha sua própria polícia, denominada de PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), que viria a transforma-se mais tarde na DGS (Direção Geral de Segurança) que também mantinha suas bases e atividades nas colônias africanas. De cariz autoritária e repressiva,

[...] esse regime institucionalizado sob a direção de Salazar, a partir da ditadura militar, foi admirado por largas franjas da direita radical europeia, sobretudo pelas de origem maurrasiana e tradicionalista católica, pelo facto das novas instituições do salazarismo exprimirem uma origem cultural muito semelhante. Essa identidade transcendia o mero programa da —ordem|| e não incluía, por outro lado, os aspectos totalitários e —pagãos|| que faziam cada vez mais confluir a Alemanha e Itália. É nas origens ideológicas da direita radical e do tradicionalismo antiliberal, na importância do catolicismo antiliberal e como cimento cultural, que encontram as origens ideológicas e políticas do regime de Salazar⁶.

⁵ PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomares; PINTO, António Costa (org.). **O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 20-35.

⁶ Ibidem, p. 25.

Consta-se que em meados da década de 1950, Portugal apresentava algo em torno de 50% da população envolvida nas atividades dos setores de agricultura, pesca e florestamento, contando muito pouco com a economia industrial⁷. Além disso, mesmo a atividade primária tomando maior parte da mão de obra, os materiais e tecnologias para o mesmo ainda eram precários, sem contar a dificuldade no cultivo de alimentos da base alimentar, como cereais, causando a necessidade constante de importação de tais alimentos⁸. Em 1970, [...] a produção de trigo não chegou à metade da média europeia; a de centeio foi três vezes menor, e a de cevada, quatro vezes menor⁹. Com a política de exportar matéria prima e importar produtos manufaturados (exceto o algodão na indústria têxtil), Portugal encontrava-se em completo oposto à política industrial e fora da dinamização imposta pela política imperialista que dominava os mercados no pós-guerra¹⁰.

A distribuição da produção agrícola em Portugal na década de 1950, e que assim se estende até a década de 70, encontrava-se dividida entre sul e norte do país: no sul a dominação dos grandes latifúndios e criação de gado, visando exportação e lucro, enquanto no norte, a produção rural estava dividida entre os camponeses em pequenas porções de terras sem o incentivo governamental para o aumento de produção ou investimento em maquinários para produção em larga escala. O reflexo do sistema rural não dinamizado, centralizado e de pequena produção, era, substancialmente o desemprego e o déficit na produção de cereais para o consumo interno¹¹, além da baixa existência industrial no país, fazendo com que a mão de obra jovem cedesse à emigração. Esta se tornara, portanto, a saída para muitos portugueses. Dois importantes fatores são observáveis como incentivo de emigração para países como França, Alemanha e Inglaterra neste período: os baixos salários em Portugal, tendo como contrapartida ordenados maiores nestes países, bem como a fuga da guerra colonial, a partir de 1961. Segundo Maxwell, [...] novecentos mil portugueses emigraram entre 1960 e 1971, a maioria na faixa de dezoito e 35 anos. Isso representava 180 emigrantes a cada mil habitantes no norte de Portugal e 185 a cada mil na região do Algarve¹². Tendo em vista que duas em cada três pessoas que emigravam, eram trabalhadores do campo, a

⁷ Instituto Nacional de Estatística. **As edições do anuário estatístico de Portugal, 1875-2008**. Lisboa, 2010.

⁸ ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do Ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 05.

⁹ MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado: Revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 43.

¹⁰ ANDERSON, op. cit., p. 07.

¹¹ ANDERSON, op. cit., p. 09.

¹² MAXWELL, op. cit., p.44.

produção e a força da mão de obra agrícola declinaram perceptivelmente¹³. A corrida pela industrialização e urbanização do país cria vigor a partir da década de 50, desdobrando as atas reivindicativas de acordo com os novos problemas enfrentados. Em paralelo, a quebra na produção agrícola é enorme, transferindo para as cidades e para as indústrias pessoas ainda acostumadas na cultura rural, com pouca ou nenhuma experiência no modo de produção industrial. Em contrapartida, o comércio aumenta, os transportes modificam-se e ocorre um aumento significativo no quadro de empregados do funcionalismo público, mostrando –um país em profunda mudança, mais desenvolvido, mais urbano e mais moderno||¹⁴. Ao mesmo tempo, esse –desenvolvimento|| relativo não supriu as condições de vida básicas para estes trabalhadores urbanos, criando verdadeiras –cidades de lata|| nas periferias industriais, baseadas em salários que visavam cumprir apenas a reprodução biológica de seus trabalhadores. A inversão de valor dentro da sociedade, do rural para o urbano, mexerá em todas as estruturas sociais e econômicas em Portugal, uma vez que a dinâmica familiar e valorativa volta-se para outros objetos, com distintos interesses e atributos quando da mudança para a rotina urbana.

Ainda na década de 60, para efeitos econômicos e diplomáticos, o país viria a sofrer com crises inflacionárias, com baixa natalidade, a imigração de mão de obra e com os altos gastos com o exército, tendo um aumento na inflação de 10% entre 1960 e 1973¹⁵. Ainda assim, para Rocha, a década de 60, –[...] foi um período de crescimento econômico rápido e de importantes alterações na estrutura produtiva, com importância crescente da indústria em relação à agricultura e dos ramos industriais modernos em relação aos ramos tradicionais e à indústria ligeira||¹⁶. Esse crescimento citado pelo autor estaria enraizado, sobretudo, nas colônias como fonte de matéria prima com preços baixos devido à mão de obra barata, além dos privilégios mercantis e dos –recursos financeiros e de divisas||¹⁷. O país estaria, portanto, pautado na economia colonial, defasado nas condições sociais e ainda carente de meios de produção e industrialização que rendessem um certo grau de autonomia para o país.

Os planos internacionais e a política externa portuguesa até 1961

¹³ MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado: Revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 45.

¹⁴ Ibidem, p. 22.

¹⁵ SOUSA, Alfredo de. Os anos 60 da nossa economia, **Análise Social**, 30(4), 1995, p. 667.

¹⁶ ROCHA, Edgar. Portugal, anos 60: crescimento econômico acelerado e papel das relações com as colônias. **Análise Social**, 13(51), 1977, p. 595.

¹⁷ Ibidem, p. 598.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, a política externa portuguesa traçará duas linhas tênues como prioridade: promoverá uma aproximação com a Espanha sob o regime *franquista* e buscará uma relação mais aproximada com a Inglaterra. Para José Telo, [...] havia a consciência nomeadamente que o futuro do regime estava intimamente ligado à manutenção do Franquismo e que no mundo do pós-guerra nenhuma das ditaduras ibéricas conseguiria sobreviver isolada¹⁸. A assinatura do Pacto Ibérico juntamente aos acordos de defesa do pós-guerra viriam a estreitar a relação política entre ambos. Portugal iniciará um grande processo de armamento e, para tanto, proporá um acordo de defesa mútua com Inglaterra em troca do restante de material bélico necessário para cobrir as 16 divisões do Exército, [...] a maior força que o país já alguma vez tinha pensado formar ao longo dos 8 séculos de existênci¹⁹. No entanto, a recusa do país, de forma sutil, com a sugestão de que o único capaz de suprir tais pedidos seriam os Estados Unidos, o governo inglês transfere a responsabilidade de manter aproximação com o estratégico domínio português nos Açores. Visto que os Estados Unidos estavam proibidos de assinar qualquer pacto de defesa permanente fora do continente americano, proibição que se quebraria com a constituição da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)²⁰ em 1949, o país adará uma postura ambígua ao oferecer defesa a Portugal, porém, sem um compromisso formal permanente. Portugal dar-se-á conta de que a antiga e tradicional aliança com Inglaterra já não cumpre as necessidades do país e, sem encontrar uma segunda alternativa para seu quadro estratégico e político, terá em vista a possível aderência ao Pacto Atlântico²¹.

Entre os principais pactos nos quais Portugal se insere durante as décadas de 1940 e 1950, o Pacto Atlântico, de 1949, pode ser considerado o mais importante. Anteriormente à sua aderência, a política externa do país assentava-se em três basilares: a manutenção do Império Português como fundamental na existência do regime do Estado Novo e da independência nacional; a unidade peninsular mantida pelo Pacto Ibérico em comum acordo com o regime espanhol de Fraco e a aliança secular Luso-Britânica, mantida desde o Tratado de Windsor em 1373²². No concernente à política ultramarina, Portugal adotará posição contrária a Grã-Bretanha e França, que iniciaram seus planos de fomento e -investimentoll social em suas colônias com o Colonial Development and Welfare Act, em 1940, e os Fonds

¹⁸ TELO, António José. Portugal e a NATO (1949-1976). *Primavera*, nº89, 1999, p. 48.

¹⁹ *Ibidem*, p. 50.

²⁰ Optamos por utilizar a sigla em português OTAN que corresponde, igualmente, à NATO (North Atlantic Treaty Organization).

²¹ TELO, op. cit., pp. 49-52.

²² SANTOS, Pedro Manuel. *Portugal e a NATO: Diplomacia em tempo de guerra (1961-1968)*. Lisboa: ISCTE, Dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre, 2008, p. 12.

d'Investissement et de Développement Économique et Social, de 1946²³, respectivamente, após a ocorrência de greves e revolta em seus territórios ultramarinos. Portugal iniciou neste período uma maior articulação no campo da política internacional, visando a expansão econômica do país e busca de apoio para o desenvolvimento de sua economia, sem, entretanto, visar planos sociais nas colônias ultramarinas, o que viria a ocorrer somente com o Primeiro Plano de Fomento (1953-1958) e com o Segundo Plano de Fomento (1959-1964), ainda que no campo teórico, sem ocorrer práticas que limitassem os problemas enfrentados.

Neste processo de inserção, a revisão da Constituição, em 1951, apresenta os territórios colonizados como “[...] genericamente ‘províncias’ e têm organização político-administrativa adequada à situação geográfica e às condições do meio social²⁴]. O Artigo 133 declara que –é da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de colonizar as terras dos Descobrimentos sob a sua soberania e de comunicar e difundir entre as populações ali existentes os benefícios da sua civilização [...]”²⁵.

Deste modo, visando uma boa política externa com os países ocidentais membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e da OTAN, Portugal adotará a tentativa de demonstrar uma figura de não colonizador ou, ao menos, de mentor de suas colônias, ditas agora como províncias do ultramar. Como declara o artigo 136 da Constituição, “[...] a solidariedade entre as províncias ultramarinas e a metrópole abrange principalmente a obrigação de contribuir por forma adequada para assegurar a integridade e defesa de toda a Nação e os fins da política nacional definidos no interesse comum pelos órgãos da soberania²⁶]. Com isso, Portugal representará sua relação com as colônias em África de modo a eximir-se da cobrança internacional por um possível processo descolonizador.

Na estratégia de contenção do –comunismo] de 1945 a 1960, destaca-se o Plano Marshall que consistia em medidas voltadas para ajuda econômica aos países em crise e destruídos pela guerra. No entanto, esses empréstimos estavam sujeitos a condições, dentre elas as mais importantes são: comprar mercadorias dos Estados Unidos e aceitar suas indicações, sobretudo na economia política²⁷. Assim, em cinco de junho de 1947, Oliveira Salazar aceita o –reforço] proposto pelo secretário de Estado dos EUA, George Marshall, e afirma “[...] que seria absolutamente necessário que o Plano Marshall contribuísse para o

²³ CASTELO, Cláudia. Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, 19(2), 2012, p. 395.

²⁴ Diário do Governo, I série, número 117, 11 de junho de 1951.

²⁵ Diário do Governo, I série, número 117, 11 de junho de 1951.

²⁶ Diário do Governo, I série, número 117, 11 de junho de 1951.

²⁷ FONER, Eric. **La historia de laliberdaden EE.UU**. Barcelona: Ediciones Península, 2010, p. 393-405.

desenvolvimento do comércio. Caso isso não acontecesse, Portugal passaria a ser também um país que necessitaria de ajuda²⁸, tendo em vista a –crise econômica que deflagrava a Europa e também Portugal. Ainda assim, frente ao receio da baixa do escudo, da negativa de transferência de créditos que Portugal tinha com o Reino Unido, e, por fim, os possíveis segundos interesses dos Estados Unidos da América (EUA), Salazar recusa entrar no primeiro exercício do Plano Marshall, vindo a aderir a ele somente em seu segundo exercício, com o montante de 30 milhões de dólares²⁹. Segundo Pereira, as duas grandes vantagens na participação do Plano para Portugal foram os acordos bilaterais nas exportações e importações, além da clara integração política do país com o ocidente europeu e os EUA no cenário do pós-guerra³⁰.

Visando as importações e o beneficiamento monetário português, com a possibilidade de pagamento em ouro – visto que Portugal tinha grandes reservas do metal – além de crédito entre os países membros, o país assina em 16 de setembro de 1950 o Acordo de criação da União Europeia de Pagamentos (UEP), chegando a manter as exportações do país unicamente para a União, favorecendo fortemente as trocas comerciais e a economia portuguesa³¹. Já no que tange o Conselho da Europa, Portugal com sua política antidemocrática e autoritária, não foi convocado a fazer parte do mesmo no ano de 1949.

Em 1959 Portugal assina o acordo EFTA (European Free Trade Association), o Tratado de Estocolmo, e se lança nas trocas livres entre os países participantes, sobretudo bens industriais. Na ausência de um sistema industrial –evoluído, arranja-se maneira de Portugal entrar no Tratado, inserindo o vinho do Porto engarrafado, alguns vinhos verdes e conservas como produtos categorizadamente industriais³². Para Souza, –Portugal fica inserido numa rede de relações políticas que lhe é extremamente favorável³³, e, além disso, iniciou uma mudança nos padrões de qualidade e na evolução da manutenção dos sistemas industriais, sobretudo têxteis. Os investimentos e auxílios do Tratado, apesar de em momentos de crises futuras se retiraram do país, foram benéficos no processo de internacionalização português e, sobretudo, na ajuda ao –desenvolvimento industrial e econômico³⁴. Na prática, os investimentos estrangeiros no país concentravam-se em multinacionais desfavorecendo a

²⁸ PEREIRA, Pedro Cantinho. Portugal e o início da Construção Europeia (1947-1953). **Nação e Defesa**, nº115, 3ª série, 1996, p. 239.

²⁹ Ibidem, p. 242.

³⁰ Ibidem, p. 242-243.

³¹ Ibidem, p. 245.

³² SOUSA, Alfredo de. Os anos 60 da nossa economia. **Análise Social**, 30(4), 1995, p. 615.

³³ Ibidem, p. 616.

³⁴ Ibidem, p. 616-617.

evolução da economia interna, e, além disso, a produção agrícola teve significativa queda, sem mencionar a crítica situação trabalhista e das condições mínimas de vida para a classe trabalhadora.

A exploração e desenvolvimento da indústria, juntamente à inserção do país no cenário da política externa ocidental, também pode ser entendida e caracterizada através do momento político do imperialismo. A implementação do sistema imperialista foi autorizado, comportando a exploração da mão de obra das massas e a facilidade de explorar outros países, como em Portugal com a exploração de suas colônias africanas. O momento histórico destes países colabora com a exploração da metrópole imperialista, como a repressão dos direitos dos trabalhadores, favorecendo a produção de suas indústrias, como a proibição de greve, proibição de organização operária, o que viria a refletir na situação econômica e nas tensões sociais existentes³⁵.

Portugal e a dinamização na OTAN e ONU

Em 1949, outra adesão mostrar-se-á importante no reconhecimento geoestratégico e geopolítico de Portugal: o Pacto Atlântico. A formalização do convite a Portugal para integrar a Aliança é tardio, visto que o plano e –filosofia de ação‖ já estavam pronto³⁶. A importância dos Açores na defesa da Europa caso ocorresse um ataque da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) era de suma importância, motivo pelo qual o país recebe a possibilidade de integração no Pacto. Sousa ressalta que “[...] Portugal não esteve em São Francisco, a 26 de Junho de 1945, na assinatura da Carta das Nações Unidas, o que mostra como o regime era ostracizado no plano mundial‖³⁷. Para Pereira, a adesão do país demonstra o receio de Salazar frente a um possível conflito envolvendo a –expansão comunista‖ e que a posição de neutralidade portuguesa não fosse respeitada³⁸. Além disso, as bases militares nos Açores correspondiam a uma carta coringa nas mãos dos portugueses, visto que a posição estratégica das ilhas permitia a ligação dos EUA e Europa e, portanto, Portugal acabou por

³⁵ POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras**: Portugal, Grécia, Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 22.

³⁶ SOUSA, Alfredo de. Os anos 60 da nossa economia. **Análise Social**, 30(4), 1995, p. 12-13.

³⁷ Ibidem, p. 12.

³⁸ PEREIRA, Pedro Cantinho. Portugal e o início da Construção Europeia (1947-1953). **Nação e Defesa**, nº115, 3ª série, 1996, p. 243.

beneficiar-se deste estratagema. Beneficiou-se ao não ter de abrir mão de sua política interna e de suas colônias, sendo o único país não –democrático a integrar a Organização.

Nota-se que como instrumento de inserção no cenário político Ocidental, a OTAN representará para além desse veículo de interação com os países ocidentais, uma nova aliança que ultrapassa os acordos seculares com a Inglaterra. A importância representativa da península Ibérica através de Portugal também se fará presente, além de acarretar novos processos e a modernização das Forças Armadas do país, aproximando a sociedade portuguesa do novo sistema presente no Ocidente, como frente na –modernidade industrial e no imperialismo estadunidense, desencadeando uma maior interação do sistema ditatorial para debates plurais com os países ocidentais presentes na OTAN³⁹. Ainda assim, Salazar receava uma aproximação e subordinação dos EUA, fazendo com que este só aceitasse ajuda militar do país em 1951, através do Acordo de Defesa com os EUA, após o recebimento de equipamentos que permitissem a defesa do Atlântico Norte, leiam-se os Açores. Estima-se que entre os anos de 1951 e 1953, a economia portuguesa tenha sido abastecida com o equivalente a 82 milhões de dólares como ajuda militar, sobretudo visando a defesa do território nacional⁴⁰.

A participação de Portugal na Organização significará, portanto, uma troca bilateral com os interesses militares dos Estados Unidos nos Açores e o apoio financeiro militar concedido ao país, além da interação com os países no bloco envolvidos. Para José Telo, a –[...] participação portuguesa na NATO (North Atlantic Treaty Organization) é um ‘mal necessário’, mas que não vai alterar os conceitos de defesa existentes, pelo que se mantém a prioridade à Península e ao império⁴¹, mantendo, desta forma, a política do Estado Novo nas relações internacionais.

Mesmo após o início da guerra colonial em Angola, deflagrada em 1961—[...] ao contrário do que acontecia no fórum das Nações Unidas, a política colonial portuguesa nunca foi alvo de ataques dos aliados no seio da Aliança. A NATO funcionava como um refúgio dos ataques internacionais⁴². A situação do país frente à Organização e a ONU irá alterar-se ao longo da década de 60, com a problematização das colônias portuguesas.

³⁹ TELO, António José. Portugal e a NATO (1949-1976). *Primavera*, nº89, 1999, p. 45-49.

⁴⁰ ANTUNES, J. F. *Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*. Lisboa: Difusão Cultural, 1991, p. 35.

⁴¹ TELO, op. cit., p. 79.

⁴² SANTOS, Pedro Manuel. *Portugal e a NATO: Diplomacia em tempo de guerra (1961-1968)*. Lisboa: ISCTE, Dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre, 2008, p. 21.

Podemos considerar que a participação portuguesa nos meios internacionais, no que diz respeito à Europa Ocidental e Estados Unidos da América, esteve fortemente vinculada ao sistema defensivo proporcionado pelas bases nos Açores. A inserção do país no bloco composto apenas por países de cunho –democrático|| representou a importância geopolítica e geoestratégica das ilhas portuguesas na defesa da Europa contra um possível ataque soviético. A estratégia de tolerância para com o regime português e proporcionando sua integração nos meios de decisão do pós-guerra, fez-se muito presente, sobretudo em finais dos anos 40 e na década de 50. Ainda que com resistência de Salazar frente às políticas de união e soberania dos EUA, mantendo-se ainda afastado como pôde das interferências econômicas, bloqueando assim uma possível intervenção no sistema colonial existente.

Salazar estava diante de um dilema, entre manter os princípios do Estado Novo e da política externa até então seguida em Portugal, podendo sofrer pressão dos países do bloco ou reordenar alguns dos princípios políticos até então mantidos, passando a integrar uma nova ordem mundial na política ocidental. Além disso, Portugal tentará a inserção de Espanha ao longo de toda sua permanência no Pacto, buscando a preservação do Pacto Ibérico e da troca política existente com Franco. –Aliás, uma das exigências de Salazar aquando da negociação para a adesão à NATO foi não deixar a Espanha de fora da defesa da Europa Ocidental||⁴³. No entanto, a adesão da Espanha sob o regime franquista não se mostrará possível durante a existência do Pacto.

Para Manuel Santos, a política bilateral estabelecida entre Portugal e Estados Unidos, reforçará uma aceitação internacional do Estado Novo, sobretudo na política colonizadora. A inserção do país no Pacto pode vir a significar uma afirmação de seu –[...] regime antidemocrático, autoritário, colonialista e defensor de valores já proscritos pela nova ordem internacional que então se erigia||⁴⁴. Após a entrada do país no Pacto, o acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa de Portugal e Estados Unidos da América, conhecido também por Acordo dos Açores, assinado em janeiro de 1951, tratará de resolver a questão bélica do país: os EUA ficariam incumbidos de promover assistência na defesa do Atlântico Norte, promovendo ajuda armamentista.

Este contributo na reestruturação militar portuguesa trará importantes desdobramentos no cenário interno e externo do país. As Forças Armadas iniciarão um processo de inserção no mundo ocidental, em mudanças e organização militar, visualizados e experimentados fora da

⁴³ SANTOS, Pedro Manuel. **Portugal e a NATO: Diplomacia em tempo de guerra (1961-1968)**. Lisboa: ISCTE, Dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre, 2008, p. 15.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 15.

estratégia do Estado Novo. O historiador António Telo tratará a década de 50 e as consequências do Acordo como -revolução serenall, onde os agentes da Revolução de 1974 começarão sua trajetória de desmembramento e mudanças dentro do corpo do Exército, incentivada pelo novo enquadramento do país no processo ocidental de tecnologias e ideais democráticos políticos⁴⁵.

O ano de 1961 representará para Portugal o início do fim de seu Império no Ultramar, indo a desencontro da posição da OTAN e da ONU no que tange a descolonização. Portugal optará pelo reforço em suas colônias e a militarização reforçada nos anos que se seguirão.

Ainda que hesitante quanto a uma possível unificação federativa da Europa Ocidental e a colaboração dos Estados Unidos para a formação de uma política internacional unificada, em defesa dos territórios europeus e da política -democrática defendida pelos Aliados no pós-guerra e no início da Guerra Fria, e, ainda que com um sistema antidemocrático e ditatorial, Portugal foi bem aceito nos meios de interesse e de decisões neste período. O conservadorismo do país não foi objeto de recusa frente a estes processos, como se pode observar na integração do país na maioria dos veículos internacionais, o que favoreceu o diálogo entre as diferentes nações e a troca diplomática entre os mesmos. Sua entrada na OTAN significou a inserção do país no sistema internacional do pós-guerra além de ter apontado o início de uma importante transformação no seio das Forças Armadas e nas estruturas militares, com reforço no armamento e nas estratégias geo-militares do país. As transformações políticas começarão a mostrar-se presentes com a candidatura de Humberto Delgado em 1958 à presidência bem como à liderança falhada na política das Forças Armadas em África protagonizada por Botelho Moniz em 1961, demonstrando a insatisfação e posicionamento da oposição frente à política do Estado Novo. -Pode dizer-se que a influência da geração NATO repercutiu-se politicamente nas mais altas instâncias militares⁴⁶. Portanto, a relação de Portugal na Aliança e na ONU, mas, sobretudo nos desdobramentos de sua participação na Organização, desencadeará o processo de reorganização e reposicionamento no seio das Forças Armadas, tendo como consequência a deflagração da guerra colonial em Angola. Essas peças no tabuleiro da política se reposicionarão ao longo da década de 1960, culminando em medidas intrincadas em 1974.

O ano de 1961 marcaria substancialmente o sistema ultramarino do Estado Novo, com o início da Guerra colonial em Angola. Portugal não adotará o processo de descolonização no

⁴⁵ TELO, António José. Portugal e a NATO (1949-1976). **Primavera**, nº89, 1999, p. 131.

⁴⁶ SANTOS, Pedro Manuel. **Portugal e a NATO: Diplomacia em tempo de guerra (1961-1968)**. Lisboa: ISCTE, Dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre, 2008, pp. 24-25.

mesmo período que Grã-Bretanha, Bélgica e França, adiando até quando pôde colocar-se em conflito nas colônias. O princípio de autodeterminação proposto em 1945 na Carta das Nações Unidas no artigo 73 declara que os membros da ONU que ainda possuíssem ou assumissem responsabilidade frente a uma colônia ainda não completamente independente, deveriam assumir esta ação como uma obrigação.

Portugal, que viria a integrar a ONU apenas em 1955, não se enquadrava nas obrigações impostas pela Organização e passa a estreitar seus laços de exploração com suas colônias. Cabe ressaltar que a relação colonial de Portugal era bastante complexa. Em retrospectiva, a relação com as colônias no início do poderio salazarista já se mostrava complicada quando em 04 de janeiro de 1930, o corte de crédito para as colônias, sobretudo para Angola, foi discutido em conferência pela Associação Comercial de Lisboa⁴⁷. O então governador do Banco de Angola, Cunha Leal, “[...] verbalizou aquele que era o sentimento das forças vivas de Angola] e responsabiliza Salazar pelas dificuldades enfrentadas, defendendo que Portugal poderia manter a política de equilíbrio orçamental nas colônias, menos em Angola que, segundo ele, deveria tornar-se uma –colônia de povoamento]. O governador defendia a hipótese de que a primeira riqueza ali produzida deveria ser convertida em investimentos para a própria colônia, investindo em seu futuro. Segundo Carvalhido, Salazar utilizou de sua influência como ministro das Finanças e remodelou a pasta de governador do Banco de Angola, vindo a prejudicar Cunha Leal⁴⁸. Destaca o autor que as despesas públicas com as colônias ficaram em 1% das despesas do Estado⁴⁹. Quanto às forças vivas de Angola a que o autor se refere, revoltam-se na ausência do Alto-comissário e executam seu substituto interino, o tenente Moraes Sarmiento. As repercussões internacionais chegam a uma ameaça do cônsul inglês em uma intervenção das tropas inglesas –em nome da segurança] em Angola⁵⁰.

Salazar e a política ultramarina: o Lusotropicalismo

No contexto econômico e social em que o país estava inserido, podendo ser considerado como subdesenvolvido devido ao alto nível de analfabetos, na baixa

⁴⁷ CARVALHIDO, Sérgio Domingos de Araújo. **Militarismos, “Parapolíticos” e Perfis Populares na Gênese e (Des)consolidação do 3º Império Colonial Português**. Porto: UFP, Dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, 2005, p.27.

⁴⁸ Ibidem, p. 28.

⁴⁹ Ibidem, p. 28.

⁵⁰ Ibidem, p.27-28.

industrialização e baixo poder competitivo de mercado, a manutenção e exploração de suas colônias mostrava-se uma saída, vindo a ser o que bem retratou Perry Anderson quando aponta o país e o sistema colonial como o –ultracolonialismo, que mantêm um sistema econômico baseado na irracionalidade, no –arcaico⁵¹. Como definiria Hernandez, Portugal era um –[...] país de economia débil e estruturas sociais obsoletas, encontra na ação ditatorial liderada por Salazar o exercício da força física legítima como conteúdo da própria política⁵², política essa que absorverá a mão de obra existente nas colônias para a promoção da economia da metrópole. Para ela, –[...] a justificativa baseia-se no princípio fundamental da unidade, tão caro ao salazarismo, consubstanciado no lema: “Um Estado, Uma Raça e Uma Civilização”⁵³, ou em definição do próprio Oliveira Salazar, “a África é o complemento da Europa, imprescindível à sua defesa, suporte necessário da sua economia”⁵⁴. Sendo este lema construído com base em uma –missão civilizadora, descrita e considerada como não racista, miscigenatória e de assimilação, –[...] operando através da conversão ao cristianismo⁵⁵, a conclusão a que chega Anderson de que estes argumentos colocam-se fora de perspectiva, ao passo que a realidade mostrava-se diferente, onde –[...] a ideologia colonial portuguesa, como as suas equivalentes em qualquer outra parte do continente, é uma falsificação sistemática da realidade, chegando o autor a caracterizar a cosmologia portuguesa de –bizarra, a –irrealidade é tão flagrante e tão completa, [...] típico da propaganda organizada pelos regimes ditatoriais ou, ainda, que –a ideologia colonial portuguesa é um exercício de pura mágica, onde a capacidade de busca na quebra das barreiras –linguísticas, geográficas, econômicas e sociais torna o sujeito passivo a qualquer alteração, qualquer mudança no seu mundo, sendo, portanto, o –ultracolonialismo, um passe de mágica transvertido⁵⁶.

Esta mandraca portuguesa em conseguir, através de sua –luxúria verbal, desconstruir os problemas rechaçados no sistema colonial de outrem, terá como pedra essencial a teoria de Gilberto Freyre sobre o –lusotropicalismo, teoria esta que embasaria e daria –legitimidade à política colonial portuguesa, dentro do supracitado lema de unidade. O império português viria a apoiar-se na teoria de diferenciação na facilidade e disposição dos portugueses no envolvimento, na capacidade de se relacionar com as populações de suas colônias, sem

⁵¹ ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do Ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pp. 07-14.

⁵² HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves. **Os filhos da terra do sol: a formação do estado-nação em Cabo Verde**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2002, p. 114.

⁵³ Ibidem, p. 140.

⁵⁴ Discurso na sede da União Nacional, a 23 de Maio de 1959. Publicação em folheto, Lisboa, 1959.

⁵⁵ FRY, Peter. Culturas da diferença: sequelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África austral. **Afro-Ásia**, 29(30), 271-316, 2003, p. 276.

⁵⁶ ANDERSON, op. cit., pp. 78-83.

-racismos|| ou -preconceitos||, como buscam desconstruir autores como Perry Anderson e Peter Fry. -A imagem de pensador conservador está consagrada a Gilberto Freyre, autor de um livro revolucionário pela prodigiosa heurística que sugere, mas conservador pela visão de mundo que expressa⁵⁷.

A publicação do livro de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, em 1933, viria a defender que tanto no Brasil como nas demais colônias além-mar, os portugueses -desenvolveram relações raciais mais harmoniosas do que os anglo-saxões||⁵⁸ em suas respectivas colônias, positivando, de dada maneira, a relação estabelecida entre colonizador-colonizado. Mais adiante, em 1961, Freyre publicaria outro livro, intitulado *Integração Portuguesa nos Trópicos*, onde defende -[...] Portugal contra seus críticos anticoloniais, afirmando que, desde a era dos descobrimentos, os portugueses desenvolveram uma civilização luso-tropical caracterizada por um intercâmbio entre os portugueses e os seus sujeitos||⁵⁹, gerando dentro da própria cultura uma inserção positiva por parte dos portugueses. Defendia que -[...] no mundo lusófono a raça e a cultura nunca tiveram um vínculo ideológico||⁶⁰. Ora, contra estas colocações muito se discorreu, sobretudo na questão do mascaramento do preconceito, do racismo embutido que, sobretudo no Brasil, ainda nos afeta, na transformação simbólica de objetos -culturais|| que acabam por integrar uma dita -cultura nacional|| embasada nos resquícios da escravidão e fomenta os preconceitos raciais.

Diante da busca pela autenticação do regime salazarista dentro do regime mundial que se impunha, o Estado Novo buscará, através de figuras importantes que compunham o Ministério do Ultramar, a Junta de Investigação do Ultramar e o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, e encontrará em Freyre a teoria que daria sustento à política colonial portuguesa. A busca pela legitimidade girava em torno de três eixos principais: Transparecer internacionalmente um Império com colônias, mas não *colonialista*, no significado pejorativo do termo; buscava-se uma -arquitetura teórica|| do colonialismo português, uma tradição positiva do processo colonizante português e, por fim, demonstrar para a própria população portuguesa que a extensão de seu território ultrapassava os limites de Timor ou Minho, que estas fronteiras, de forma legítima, estendiam-se para o continente africano⁶¹. Gilberto Freyre apareceria no cenário português na década de 50 e, segundo Pinto, -[...] ele aceitou de bom

⁵⁷ PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e a *intelligentsia* salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951-1974). *História*, 28(1), 2009, p. 446.

⁵⁸ FRY, Peter. Culturas da diferença: sequelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África austral. *Afro-Ásia*, 29(30), 271-316, 2003, p. 277.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 278.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 278.

⁶¹ PINTO, op. cit., p. 454.

grado o papel de ideólogo salazarista e em alguns momentos foi percebido como um dos mais eficientes cães de guarda do Império⁶². A fundição da teoria luso-tropicalista ocorrerá nos centros de pesquisa e apropriados como maneira de propagação da política colonial, sendo, em termos gerais a afirmação de Freyre de que “[...] os portugueses tinham uma capacidade especial de se unir os trópicos por uma ligação de amor e não de interesse, e aí constituir sociedades multirraciais marcadas pela mestiçagem e pela interpenetração de culturas⁶³. Desta maneira, a justificação da soberania portuguesa e de sua –boa– conduta em suas colônias, embasava-se em teorias sociais legitimadas através de Freyre, como uma referência ideológica dentro das práticas institucionais do Estado Novo, servindo, sobretudo na década de 60, como meio justificador da política portuguesa após o deslanche da guerra colonial em Angola.

1961: A deflagração da Guerra em Angola

As primeiras marés de libertação em África começaram em 1952 com o Egito e em Gana em 1957, despertando nas colônias portuguesas uma agitação e organização pró-independência⁶⁴. A independência do antigo Congo Belga em 30 de junho de 1960 viria a facilitar o movimento independentista, visto que reforços e uma fronteira de apoio se instalaram. Para Perry Anderson, –a independência do Congo em meados de 60 foi, sem dúvida, o precipitado que catalisou a revolta angolana, seis meses mais tarde⁶⁵. A possibilidade de uma fronteira amigável acrescido de seu terreno pantanoso, montanhoso que colaborava ainda mais para uma insurreição. O início dos ataques deu-se em Luanda, em 4 de fevereiro de 1961, em emboscadas e ataques à prisão militar, desencadeando no dia seguinte, no funeral dos mortos portugueses, forte repressão e ataque aos brancos nos bairros negros de Luanda⁶⁶.

Em 1954, uma associação política foi mobilizada no norte de Angola com a liderança de Holden Roberto, filho de um chefe tribal na região de São Salvador, chamada por União das Populações do Norte de Angola, também conhecida por UPA. Holden Roberto, então

⁶² PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e a *intelligentsia* salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951-1974). *História*, 28(1), 2009, p. 453.

⁶³ CASTELO, Cláudia. Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 19(2), 2012, p. 396.

⁶⁴ ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do Ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 99.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 100.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 102.

funcionário no escritório no Congo Belga, viaja secretamente em 1958 para Gana, vindo a assistir à 1ª Conferência Interafricana que lhe gerará contatos suficientes para sua ida à Nova Iorque, em reunião das Nações Unidas, externalizar os problemas e conflitos decorrentes em África. A insurreição de 1961 é liderada e executada sob organização da UPA⁶⁷. Contrariando o que era esperado inicialmente por Holden Roberto, então presidente da UPA, a insurreição em Angola inicia-se de maneira violenta em 15 de março. Segundo ele, “[...] foi uma coisa bem organizada, vocês devem rebelar-se nas fazendas para mostrar que realmente há trabalho forçado... essa era a intenção inicial⁶⁸. Os ataques ocorreram simultaneamente e pegaram os portugueses de surpresa, obtendo o registro em torno de 50 mortos, apesar deste número subir no cômputo posterior⁶⁹. Em relato feito por ativista, “[...] se a catana não matava à primeira, repetia-se duas ou três vezes. Como estávamos irritados com todo aquele tempo de opressão, não havia aquele sentimento de pena... porque não é pequeno ser-se governado durante 500 anos!⁷⁰. Um resgate aéreo foi promovido pelos portugueses e muitos foram retirados para Luanda e, em questão de dias, o norte de Angola estava tomado pelos nacionalistas. Uma onda de violência se instaura na colônia e muitos africanos bem com muitos portugueses são mortos, ora em ataques militares como em revoltas e linchamentos⁷¹. O envio das tropas militares portuguesas para Angola ocorrerá lentamente, além de que –estavam mal ordenadas e eram em número insuficiente⁷². Em 1963, o movimento insurrecional irá alastrar para Guiné e em 1964 para Moçambique, abrindo mais duas frentes de combate e dificultando a organicidade militar do país. O despendimento da população para a guerra colonial alcançará 7% de seus habitantes além de 40% do Orçamento Geral do Estado ao longo da guerra⁷³.

O –duelo⁷⁴ entre Estados Unidos e a URSS teve grande importância também em África, com as disputas de apoio pelas libertações em colônias, bem como na influência política, ainda que para alguns autores esta ajuda não fosse tão forte em colônias portuguesas como nas demais⁷⁴. O apoio a Portugal pelos membros na OTAN mostrou-se insuficiente e, segundo o “[...] General Spínola, no seu livro *Portugal e o Futuro* (Lisboa, 1974), concluiu

⁶⁷ A UPA unir-se-á em 1962 como Partido Democrático de Angola (PDA), que era uma organização também ao norte de Angola, vindo a formar, com a junção de ambas, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

⁶⁸ FURTADO, Joaquim. **A Guerra**, 2007, documentário exibido pelo canal televisivo RTP. Fala de Holden Roberto, Presidente da UPA, 04:57, episódio 1.

⁶⁹ ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do Ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 103.

⁷⁰ FURTADO, Joaquim. **A Guerra**, 2007, documentário exibido pelo canal televisivo RTP. Fala de José Mateus Lelo, Ativista UPA, 10:34, episódio 1.

⁷¹ ANDERSON, op. cit., p. 107.

⁷² Ibidem, pp. 106-107.

⁷³ Ibidem, pp. 123-124.

⁷⁴ MAXWELL, Kenneth. As colônias portuguesas e a sua descolonização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 15/16/17, 1985, p. 536.

que nem o ocidente nem o leste pareciam ter um real interesse em chegar a uma solução do conflito de uma forma ou de outra⁷⁵. Apoio este dual, ao menos por parte dos Estados Unidos que no início da década de 60 indicaria Holden Roberto como chefe e ponte da ajuda norte americana para Angola, apoio este que será retirado apenas em 1970⁷⁶. De certa maneira, a posição política estratégica dos Estados Unidos pode caracterizar-se por uma via de mão dupla: apoiar a conservação das colônias e do sistema colonial, para não abrir possibilidade de invasão neste campo ideológico e físico da união Soviética e, em contraponto, apoiar moderadamente os movimentos nacionalistas para que, assim, pudesse controlar uma possível influência comunista.

A cautela no processo de independência nas colônias portuguesas pode ser analisada segundo um viés de violência anterior nas guerras coloniais que antecederam 1961, o que pode ser caracterizado como uma –desilusão‖ ao passo que –[...] a independência tinha conduzido, em vários casos, ao aparecimento de regimes mercenários dominados por grupos militares‖⁷⁷. Maxwell propõe uma singularidade nos movimentos nacionalistas destas colônias, com exceção da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA - junção da UPA e do Partido Democrata de Angola), que enquadravam uma postura nacionalista e, ao mesmo tempo neocolonialista, dentro dos grupos do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) na Guiné, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em Moçambique e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)⁷⁸. Neocolonialismo este que, além de representar a grande dependência econômica de Portugal perante suas colônias, também iria a encontro do debate não apenas teórico, mas prático vivenciado pela guerrilha, pela luta armada.

Nota-se que em Angola, a FNLA propunha uma união das frentes independentistas, e, no entanto, –[...] representavam apenas o grupo etnolinguístico bakongol⁷⁹, excluído a participação de outras etnias, dentre elas mestiços e brancos e negava a junção com o MPLA. Em suma, os atos da FNLA declinaram ao longo da guerra colonial por falta de um projeto político de base que acarretasse unanimemente o povo e o território de Angola, além de lidar e manejar seus esforços –[...] contra o colonialismo apostando quase exclusivamente na

⁷⁵ MAXWELL, Kenneth. As colônias portuguesas e a sua descolonização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 15/16/17, 1985, p. 536.

⁷⁶ Ibidem, p. 537.

⁷⁷ Ibidem, p. 537.

⁷⁸ Ibidem, pp. 537-538.

⁷⁹ PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. **Limites do ultramar português, possibilidades para Angola**: o debate político em torno do problema colonial (1951-1975). Niterói: UFF, dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre. Universidade Federal Fluminense, 2009, p. 97.

promoção das ações armadas, isto é, da violência⁸⁰. Com a pouca dinamização entre os projetos e análise da problemática da colonização entre FNLA e o MPLA, este último percorreria também a duração da guerra com desencontros de concordância no seio da organização.

A política de continuidade da guerra ao longo dos treze anos que percorrerá 1961 a 1973 buscará legitimidade através de um proposto referendo em abril de 61 que não se realizará e, posteriormente com uma manifestação organizada em –defesa do ultramar|| no Terreiro do Paço em 1963, traçando uma busca de apoio e favorecimento na posição portuguesa. Leia-se que, devido à censura do Estado Novo, a discussão pública sobre o sistema colonialista e a guerra que se impunha, mostra-se limitado. Em contrapartida, a necessidade de manter uma –herança sagrada|| do período das –descobertas|| e na manutenção do império português ainda mostra-se muito presente⁸¹.

Entretanto, analisando a conjuntura econômica do desdobramento da guerra colonial, ocorreu favorecimento no desenvolvimento da economia das colônias, tanto em Angola como em Moçambique, a partir da abertura, mesmo que forçada ao capital estrangeiro e o crescimento do mercado de circulação interno, visto a presença de militares e da necessidade de circulação de mercadorias para este quadro além do aumento de gastos com fomentos. Apesar deste movimento e do crescimento deste mercado, o laço de distensão com a metrópole e não de reforço será mantido ao longo dos anos de guerra nas colônias⁸².

A posição portuguesa, que logo no início da guerra colonial mostrava-se já em processo de defasagem, apresentava-se dual. Por um lado, valia a acusação de uma exploração no limite, violenta e que visava apenas a exploração da terra e da população colonizada, portando-se dentro de um sistema colonial –primitivo|| ou –ultracolonialista|| como defenderia Anderson em 1966. Em contrapartida, os teóricos e o governo do Estado Novo defendiam a especificidade do sistema luso de colonização, colocando o vasto império português e os –descobrimentos|| como uma espécie de vocação na política e no povo português, sendo estes capazes de se relacionarem com nativos de forma direta e humana, sem racismos ou preconceitos, teoria esta enviesada por Gilberto Freyre.

⁸⁰ PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. **Limites do ultramar português, possibilidades para Angola:** o debate político em torno do problema colonial (1951-1975). Niterói: UFF, dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre. Universidade Federal Fluminense, 2009, p. 103.

⁸¹ ALEXANDRE, Manuel Valentin. A descolonização portuguesa em perspectiva comparada. **Anais III Conferência Internacional África/Portugal, os Estados Unidos e a África Austral.** 31-59, 2005, p. 57.

⁸² ROCHA, Edgar. Portugal, anos 60: crescimento econômico acelerado e papel das relações com as colônias. **Análise Social**, 13(51), 1977, p. 593.

Com a mudança política em 1968 devido ao afastamento e posterior morte de Oliveira Salazar e a entrada de Marcello Caetano no controle do Estado Novo que partiria de propostas em mudanças na economia e na política ultramarina, característica esta nunca afirmada ou expressada ao longo de sua carreira política. Sobre o problema da guerra colonial, Caetano manteria uma posição intermediária, mantendo a guerra e visando realizar posteriormente uma autonomia progressiva nas colônias; a defesa da descentralização administrativa nas colônias viria a ser a principal proposta de Caetano⁸³. A aprovação do projeto de lei traria observações de que tais alterações não mudariam, substancialmente, a situação do regime ultramarino, havendo uma divisão de um grupo –centrista|| que enxergava nas propostas do governo uma possível melhora na política do ultramar e os –integracionistas|| que vetavam e negavam esta revisão constitucional, no temor de que a unidade do império e da nação portuguesa pudesse ser colocada em risco⁸⁴. Em suma, a posição aprovada na mudança da constituição em 1971, não era passível de mudanças, uma vez que a guerra militar nos territórios colonizados mantinha-se, sem na prática propor alianças ou ações que pusessem fim ao problema, mantendo o modelo nacional-colonialista que compunha as bases do Estado Novo.

Logo, ao longo da discussão historiográfica acerca do complexo processo multifacetado da guerra colonial, inserção internacional e movimentos dentro do seio do Exército português – fator importante na subsequente Revolução de 1974 –, apresenta-se a exposição de Maxwell, onde defende que “[...] existe uma relação decisiva entre a descolonização na África e a revolução em Portugal||⁸⁵. Ainda neste sentido, “[...] a revolução é determinada pela combinação da luta colonial com a irrupção das lutas na metrópole e vice-versa, a situação na metrópole reforça a legitimidade dos movimentos de libertação nas colônias e precipita a independência destas num curto espaço de tempo||⁸⁶ e, ainda, “[...] a insatisfação dos militares com os combates na África, a desmoralização progressiva das Forças Armadas, que recebiam a culpa pelos insucessos do regime [...] somavam-se anunciando a ruína do império||⁸⁷.

⁸³ PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. **Limites do ultramar português, possibilidades para Angola:** o debate político em torno do problema colonial (1951-1975). Niterói: UFF, dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre. Universidade Federal Fluminense, 2009, pp. 121-122.

⁸⁴ Ibidem, p 121.

⁸⁵ MAXWELL, Kenneth. As colônias portuguesas e a sua descolonização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 15/16/17, 1985, p. 539.

⁸⁶ VARELA, Raquel. –Um, dois, três MFA...||: o Movimento das Forças Armadas na Revolução dos Cravos – do prestígio à crise. **Revista Brasileira de História**, 32(63), 404-425, 2012, p. 414.

⁸⁷ PEIXOTO, op. cit., p. 137.

CAPÍTULO II

DO SALAZARISMO AO MARCELISMO: UMA “RENOVAÇÃO NA CONTINUIDADE”

*“O saber quando não humaniza, deprava.
Refina o crime e torna mais degradante a covardia”
(Mikhail Bakunin, 1814 – 1876)*

Em setembro de 1968, uma banal queda de cadeira no forte de Santo Antônio em São João do Estoril tiraria do poder Oliveira Salazar⁸⁸, sendo este submetido a uma cirurgia craniana. O então presidente da república, Américo Tomás, o substituiria momentaneamente, sendo o nome de Marcello Caetano o mais provável candidato à substituí-lo. Marcello pode ser considerado um colaborador ideólogo do corporativismo salazarista desde 1929, doutor em Direito aos vinte e quatro anos de idade pela Universidade de Lisboa. Foi auditor do Ministério das Finanças e entre os anos de 1940; em 1944 foi nomeado Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, ministro das Colônias entre 1944-47 e, entre 1950 a 1955 foi também Presidente da Câmara Corporativa⁸⁹ e em 1958 tornar-se-ia professor universitário, sendo estas algumas de suas atribuições.

Tomando a decisão de exonerar Salazar do cargo, visto seu quadro clínico, Américo Tomás acatara a maioria sugestiva do Conselho por Caetano. -O país habituou-se durante largo período a ser conduzido por um homem de génio: de hoje para diante tem de adaptar-se ao governo de homens como os outros⁹⁰; em discurso realizado em São Bento a 27 de setembro de 1968, aos 62 anos de idade, provindo de uma longa carreira política e acadêmica voltada à ala direita conservadora do país, seguidor salazarista, Caetano assume as funções majoritárias de Portugal.

A crise resultante em anos de autoritarismo, corporativismo e censura, não seriam superados com a chegada de Marcello Caetano ao poder. Considerado como um conservador nato, o –representantell da nação, encurralado por uma crise colonial e na própria metrópole,

⁸⁸ António Oliveira Salazar viria a falecer no dia 28 de Julho de 1970 devido às complicações decorridas do acidente.

⁸⁹ CARVALHO, Luís Pedro Melo de. **O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril: do Marcelismo à queda do Estado Novo**. Dissertação apresentação para obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, 2009, p.28

⁹⁰ MARCELLO, Caetano. **Pelo Futuro de Portugal**. Lisboa: Ed. Verbo, pp. 19-20.

não conseguiria meios de promover reforma, ruptura ou transição da sociedade portuguesa para uma democracia. Segundo Ruivo, Caetano era um jovem conservador, próximo ao integralismo Lusitano e que –fundou a revista *Ordem Nova* de índole polémico, fascizante, antiliberal, antidemocrática e reaccionária⁹¹, personalidade que o seguiria como –antiparlamentar e antipartidário por experiência e por convicção⁹².

Decerto que existiam duras críticas a Marcello Caetano tanto pela ala direita quanto pela esquerda política em Portugal, correspondendo a uma dualidade entre uma política continuísta e reformista. Como distingue Torgal, o passado de Marcello e de suas características mutantes ao longo dos anos exemplifica bem suas medidas quando se torna Presidente do Conselho, pois –o Marcelismo esteve sempre próximo de uma matriz de ‘terceira via’ de tipo ‘corporativista’ com traços da influência ‘fascista’, e de uma visão ‘colonial’ de encarar o território português além de que –poderá ter tentado completar, actualizar e modernizar o regime, mas nunca o terá pretendido transformar⁹³.

Em um cenário de diversos interesses e lutas políticas, os problemas econômicos, laborais, educacionais, de moradia, previdência e, sobretudo o impasse colonial, serão dados que analisaremos no governo caetanista, que encontraria no governo uma dimensão extenuante de possíveis mudanças a serem tomadas, além de uma expectativa social e política de abertura e renovação. Através de decisões por vezes contraditórias, suas medidas desembocarão em um sequencial processo de mudanças e efervescências no embaraçado cenário português. Na nossa proposta de expor e explicar as causas e consequências dos movimentos que eclodem no processo revolucionário de 1974, apresentaremos neste capítulo um panorama dos seis anos de governo marcelista, de forma a lançar luz na possibilidade de organização dos movimentos sociais ao final do seu regime.

A Primavera Marcelista

Ao assumir o governo, Caetano colocaria fim em um ciclo, visto que o Estado Novo não permaneceria intacto na ausência de seu precursor, Salazar. Como aponta Saraiva, a personalidade do Presidente do Conselho —era o suporte do regime, e pode dizer-se que o

⁹¹ RUIVO, Francisco Felgueiras Bairrão. **Spinolismo: Viragem Política e Movimentos Sociais**. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Tese defendida para a obtenção do grau de Doutor em História Contemporânea. Julho de 2013, p. 31.

⁹² Ibidem, p. 31.

⁹³ TORRAL, Luís Reis. Marcello Caetano antes do marcelismo. **Espacio, Tiempo y Forma**, Serie V, Historia Contemporânea, t.19, 2007, pp. 49-73, p. 54.

regime consistia fundamentalmente na institucionalização da sua força pessoal, da dedicação que desencadeava, na autoridade que a própria permanência no poder lhe conferia⁹⁴. Uma nova página se abriria na história de Portugal, com o período caracterizado por *marcelismo*, compreendido entre 27 de setembro de 1968 e 25 de Abril de 1974. A –Primavera de Marcello ficaria conhecida pelo início de seu governo, onde a esperança por uma nova via dentro do sistema português promoveria expectativas garantidas na primeira fase de seu governo, entre 1968 e 1970.

Como Presidente do Conselho – designação de chefe de Governo, instalada na Constituição de 1933 –, Caetano investiria em uma balança de prioridades, tendo as liberdades sociais diferentes pesos. As liberdades –menores, como a de informação e expressão, sufrágio universal, a formação aberta de partidos e associações⁹⁵ ficariam no baixo contrapeso de suas decisões. Em contrapartida, os exercícios –maiores de liberdade, que Caetano considerava como exigência das pessoas, –manter a ordem nas ruas, salário digno com o qual possam assegurar a sua subsistência, habitação decente, e educação dos filhos⁹⁶, seriam prioridade em seu governo.

Apontamos algumas medidas tomadas por Caetano neste período e que instigaram a expectativa de mudanças, sendo posteriormente discutidas mais profundamente:

a) na economia, promoveu uma abertura para o capital estrangeiro e para investimento em projetos nacionais financiados por outrem, bem como a aproximação com a Comunidade Econômica Europeia (CEE), acordo que seria de fato celebrado em 1972. Os índices de crescimento em Portugal começam a serem mais significativos quando da inserção do país em grupos de apoio econômico. Como aponta Carvalho, o país registrou –elevados índices de crescimento a partir de relações com European Free Trade Association (EFTA) e também com a CEE – mais tarde conhecida como União Europeia⁹⁷. O desenvolvimento seria emblemático na busca pela industrialização bem como com os projetos da barragem de Alqueva e também do complexo petroquímico de Sines.

b) no campo social irá despontar algumas medidas de previdência e de democratização e reforma do ensino, proposta do Ministro Veiga Simão;

⁹⁴ SARAIVA, J.H. **História de Portugal**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2004, p. 544.

⁹⁵ BAPTISTA, António Alçada. **Conversas com Marcello Caetano**. Lisboa: Ed. Moraes, 1973, p.64.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 63.

⁹⁷ CARVALHO, Luís Pedro Melo de. **O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril: do Marcelismo à queda do Estado Novo**. Dissertação apresentação para obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, 2009, p.33.

c) na política interna, irá autorizar o regresso de alguns exilados, como Mário Soares, o bispo do Porto Dom António Ferreira Gomes e também permitirá a execução do III Congresso Republicano que reunirá em Aveiro boa parte dos integrantes oposicionistas; a tentativa de abrandamento da Censura e da PIDE, que passariam a se chamar Imprensa para Exame Prévio e DGS, entretanto, sem mudar seus intentos; Abertura para algumas atividades sindicais e para a formação de um –ala liberal|| dentro do partido de apoio ao regime e a União Nacional (UN) passa a se chamar Associação Nacional Popular (ANP).

d) quanto às colônias, rejeitará negociações e a liberação de independências, alterando o discurso oficial para uma gradual evolução na questão ultramarina onde as colônias de Moçambique e Angola ganham um estatuto de Estado e, mesmo com essas mudanças teóricas, a evolução pretendida mantêm seu caráter continuista.

A crença em uma evolução democrática era forte para alguns eixos da sociedade, sendo a Primavera Marcelista constituída de medidas que não mudaram o rumo dos caminhos nacionais, apenas jogou o jogo já formulado segundo a Constituição do país, sem de fato romper com o autoritarismo reinante. Para os comunistas, –é, pois, uma mudança de regime e de política num sentido verdadeiramente democrático e popular que é preciso operar em Portugal.||⁹⁸. Ainda assim, como exemplo, o socialista Mário Soares rejeitaria inicialmente a ideia de retorno do exílio, como assim sugeriu Fernando Ferrão ao apontar-lhe que deixasse –de lutar pelo máximo absoluto para lutar pelo máximo possível||⁹⁹, considerando como –Primavera Invernosa de Caetano||¹⁰⁰ sua tentativa de abertura. Mesmo assim, o Soares regressa ao país em Novembro de 68.

Sob o lema –Renovação na Continuidade||¹⁰¹, Caetano de fato apenas promoveria algumas mudanças políticas e sociais, constituiu uma pluralidade de diálogos nas correntes do regime mas não abarcou uma ruptura, ou seja, manteve seu objetivo de dar continuidade com alguma pequena –evolução||. Para Cervelló, Caetano teria dois momentos políticos, pautados na –renovação na continuidade e de continuidade sem renovação||¹⁰². Constata-se essa relativa mudança no quadro do Parlamento, constituindo uma rotatividade de novos Deputados que de alguma maneira apresentavam –uma linha reformista||, permitindo –aduzir

⁹⁸ **Avante!** Ano 39, série VI, nº 413, março de 1970. –Nomes diferentes: o mesmo conteúdo antipopular||, p. 01.

⁹⁹ CARVALHO, Rita Almeida. A definição de Marcelo à luz da revisão da Constituição. In: **A Transição Falhada** (coord.) ROSAS, Fernando. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p.37.

¹⁰⁰ SOARES, Mário. Como vivi a queda de Salazar e a Primavera Invernosa de Caetano. **Visão Histórica**, nº2, 2008.

¹⁰¹ CAETANO, Marcello. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Record, 1974, p. 47.

¹⁰² CERVELLÓ, J.S. **A Revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1993, p. 22.

ao debate parlamentar um maior grau de democraticidade¹⁰³. Ainda assim, perdurava o esquema de partido único e restrição para a vida política bem como a censura ainda era ativa na sociedade.

Desta forma, uma gama variada de frentes deveria ser despontada na busca pela manutenção do regime. Ao longo dos anos do *salazarismo/marcelismo*, e, sobretudo no período de chefeamento do governo por Caetano, pode-se destacar três principais tipos de oposição que se fizeram presentes em diferentes vias da sociedade, sendo a clandestina, eleitoral e a armada¹⁰⁴.

Na frente de oposição clandestina, aponta-se o PCP, liderado por Álvaro Cunhal; a Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN) fundada em 1962 em Roma, tendo em Portugal a representatividade, sobretudo, de Piteira Santos e Manuel Alegre; o Movimento Reorganizativo do Partido Proletariado (MRPP) de inspiração maoísta e com forte apoio estudantil; o Comitê Marxista-Leninista Português (CMLP), fundado por Francisco Martins Rodrigues¹⁰⁵, além de outros diversos grupos, muitos deles dissidentes do PCP e que merecem um outro trabalho para melhor aprofundamento.

Baseado na oposição pela via eleitora, aponta-se a Comissão Eleitoral Monárquica (CEM), liderada por Henrique Barrilaro Ruas; a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), encabeçada por Mário Soares, de composição socialista moderado; a Comissão Democrática Eleitoral (CDE), liderada por Urbano Tavares Rodrigues e José Manuel Tengarrinha, de presença comunista, socialistas radicais e católicos progressistas¹⁰⁶.

Por fim, os meios de resistência pautados na oposição armada, destacamos a Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR); a Acção Revolucionária Armada (ARA) que pode ser considerado um braço da resistência do PCP bem como das Brigadas Revolucionárias (BR), que nascem de uma cisão na FPLN originando o Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (PRP/BR), que se formam após as eleições de 1969.

O marco da -primavera ll caetanista dar-sei-a com a as eleições de 1969, onde sob a determinação da Lei n°2137 de 26 de Dezembro de 1968 a abrangência para os eleitores seria destacada que

¹⁰³ CARVALHO, Luís Pedro Melo de. **O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril: do Marcelismo à queda do Estado Novo**. Dissertação apresentação para obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, 2009, p.31.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 39.

¹⁰⁵ BARRETO, António; MÓNICA Maria Filomena. **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, Vol. VIII, Suplemento F/O, 1999, pp. 417-668.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 420.

São eleitores da Assembleia Nacional todos os cidadãos portugueses, maiores ou emancipados, que saibam ler e escrever português e não estejam abrangidos por qualquer das incapacidades previstas na lei; e os que, embora não saibam ler nem escrever português, tenham já sido alguma vez recenseados ao abrigo da Lei 2015, de 28 de Maio de 1946, desde que satisfaçam aos requisitos nela fixados.¹⁰⁷

Estendendo a possibilidade de voto e atingindo o número recorde de 1.115.248 eleitores¹⁰⁸, apesar de considerada fraudulenta, foi a única eleição que a oposição pôde disputar, tendo a Comissão Democrática Eleitoral (CDE) a maior obtenção de votos da oposição¹⁰⁹. O *Avante!* esbravejaria que –os próprios resultados oficiais das ‘eleições’ revelam a burla realizada e constituem tão evidente derrota política do regime e da demagogia ‘liberalizante’ que os fascistas, mal deram os resultados deixaram de falar neles!’¹¹⁰. Apesar de a oposição respirar ares mais suaves no *marcelismo*, não conseguiram alcançar a liberdade de organização partidária, a libertação de presos políticos tampouco associação, sendo, talvez, uma mudança maquiada ao longo dos seis anos de governo de Caetano¹¹¹.

Portanto, em outubro de 1969 as eleições ficariam marcadas pela relativa abertura do ato eleitoral, onde, além do alargamento de votantes, foi permitida aos grupos de oposição a fiscalização de cadernos eleitorais em algumas sessões e do próprio ato eleitoral e a inserção de membros não ligados ao regime salazarista na lista da União Nacional. Caetano pretendeu, em suas palavras, –recrutar para as listas da UN um núcleo forte de jovens da ala progressistas moderada garantindo-lhes liberdade de movimentos desde que aceitassem os princípios fundamentais comuns à lista em que haviam de ser propostos aos eleitores’¹¹². Logo, jovens políticos como Francisco Pinto Balsemão, Jose Pedro Leite, e João Mota Amaral constituíram a chamada –ala liberal’ do governo. Estas medidas, a nosso ver, causaram falsas expectativas para o processo de abertura e democratização de Portugal, expectativas essas que deixaram no período uma marca de possibilidades, de primaveras.

Sendo Portugal um país relativamente pouco desenvolvido quando comparado ao restante da Europa, alguns marcos são importantes na compreensão do *boom* econômico indicados por alguns com a relativa abertura. Abalizamos que a compreensão dos diversos

¹⁰⁷ Lei 2137, de 26 de Dezembro de 1968. Diário do Governo, nº 303/1968, Série I de 1968-12-26. Base I.

¹⁰⁸ Ministério da Administração Interna, Direcção-Geral de Administração Interna. **25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 109. A maior participação para as eleições para a Assembleia da República correspondeu a 91,7% de participação eleitoral em todo o país no ano de 1975.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 40.

¹¹⁰ *Avante!* Clandestino. Ano 39, série VI, nº 411. Janeiro de 1970.

¹¹¹ CARVALHO, Luís Pedro Melo de. **O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril: do Marcelismo à queda do Estado Novo**. Dissertação apresentação para obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, 2009, p. 40.

¹¹² CAETANO, Marcello. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Record, 1974, p. 58.

segmentos sociais do país é fundamental para contextualizar o desenvolvimento do período caetanista. Desta forma, apresentaremos a seguir alguns índices de desenvolvimento ao longo da década de 1970, de forma a compreender a conjuntura do cenário social no país.

Apontadores sociais e econômicos

Os anos de 1970 a 1973 viriam a ser os de maior declínio em relação à população e ao território, provavelmente marcado pelo intenso fluxo na Guerra Colonial e nas ondas emigratórias, enquanto entre os anos de 1974-76 o país assistirá um aumento de 4,8% de sua população provinda do processo revolucionário e do retorno dos oficiais de África¹¹³. A população emigrante atinge o maior pico em 1973 com cerca de 80.000 portugueses, índices que só serão alcançados e superados em 2011¹¹⁴. Neste espaço, um interessante dado apontado pelo Instituto Nacional de Estatística relata o número de divórcios de 1970 até 2012.

Com o Estado Novo, em 1970 registra-se 509 divórcios. Entre os anos de 1974-76 o número pula para algo em torno de 10.000 divórcios, número que cresce esquematicamente até o final da análise¹¹⁵; em contrapartida, o número de casamentos aumenta em 10,9% no ano de 1975, índice que encontrará uma tendência decrescente a partir dos anos 1980¹¹⁶. Uma nova abertura social mostrava suas faces com as nuances de mudanças que transpassaram pelo país.

No quesito habitação, percebe-se que no decênio de 1970, as moradias portuguesas contavam com um alto índice de precariedade: 36% não possuíam eletricidade, 53% não contavam com água canalizada enquanto 42% sem esgoto. A partir de 1974 observa-se uma significativa diminuição destes números, que continuarão a decrescer até 2012¹¹⁷. O início da década de 1970 estaria fortemente marcado por uma abertura econômica, porém, ainda em acentuados níveis de desigualdade e distribuição de renda.

O cuidado com a saúde e natalidade são visivelmente secundarizados. A taxa de mortalidade infantil é significativa: em 1970, de 1000 crianças nascidas, 55 não completavam

¹¹³ Estimativas Anuais da População Residente, INE, IP. **25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 9.

¹¹⁴ Estatísticas Demográficas; Ministério da Administração Interna – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, INE, IP. **25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 12.

¹¹⁵ Recenseamentos da População, INE, IP. **25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 18/39.

¹¹⁶ Estatísticas Demográficas, INE, IP. **25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 19.

¹¹⁷ Recenseamentos da População e da Habitação, INE, IP. **25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 34.

o primeiro ano de vida. Este número cai para 30 em 1974 e diminui para 2 mortes em 2010¹¹⁸. Segundo Barreto, Portugal contava com –as mais elevadas taxas de analfabetismo e mortalidade infantil. A mais jovem população com a mais elevada natalidade e a mais baixa esperança de vida à nascença. O menor número de médicos e enfermeiros por habitante¹¹⁹, quando comparado ao restante da Europa Ocidental. A falta de efetivação social e do foco de objetivos no campo social ainda mostra-se secundário nas políticas públicas.

Quanto à taxa de analfabetismo por sexo, analisamos uma sensível tendência maior no sexo feminino, sendo entre os anos de 1970-80 praticamente o dobro no gênero feminino que no masculino. Em 1970, 19,7% dos homens portugueses eram analfabetos enquanto as mulheres contavam com a porcentagem de 31%, índice este que não diminuiu significativamente no decorrer das décadas seguintes¹²⁰, contando com um total de 25,7% na taxa da população em geral¹²¹. Sobre a qualificação acadêmica dos portugueses residentes, observa-se também um aumento significativo no grau de instrução e inserção no nível superior e na diminuição de pessoas sem nível de ensino, caracterizando o aumento entre os anos de 1970-2011 de 20,1% de mulheres frente -1,6¹²² de homens matriculados no primeiro ciclo do ensino básico, apontando para um maior empoderamento feminino ao longo das décadas na qualificação educacional. Segundo Barreto, o gasto com educação no país em 1970 correspondia em 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB), além de que apenas 18% dos ingressantes no sistema escolar concluíam seus estudos¹²³.

Quanto à ocupação populacional segundo o setor de atividade econômica, destacamos que ocorre a duplicação porcentual no número de empregos no setor terciário. Em 1970 a presença do setor correspondia a 35,6%, subindo para 45% em 1981, chegando até 70% em 2011, enquanto o setor primário diminuiu na mesma proporção, contando com 30% da população empregada neste setor em 1970, caindo para 20% na década de 80 chegando a 0,4% em 2011. No entanto, a taxa de desemprego é crescente na década de 70, como aponta o

¹¹⁸ Estatísticas de Saúde, INE, I.P., **25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 61.

¹¹⁹ BARRETO, A. A situação social em Portugal. 1960-1995. Lisboa: ICS UL, 1996, p. 161. *Apud* CARVALHO, Luís Pedro Melo de. **O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril: do Marcelismo à queda do Estado Novo**. Dissertação apresentação para obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, 2009, p. 45.

¹²⁰ Recenseamentos da População, INE, IP. **25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 24.

¹²¹ *Ibidem*, p. 41.

¹²² *Ibidem*, p. 41.

¹²³ BARRETO, op. cit., p. 46.

relatório do Instituto Nacional de Estatística, –a taxa de desemprego agravou-se significativamente na década de 70 [...] em um total de 2,7% alcançando 6,8% em 1981¹²⁴.

Notamos uma diferença analítica nos fatores apresentados na historiografia, referente aos resultados da economia e dos estudos estatísticos. Para Corkill, sobre o desemprego em Portugal, –no início da década de 70 conhece uma situação inédita na sua história moderna: o pleno emprego¹²⁵, sendo o crescimento tamanho –que nem o pleno emprego masculino nem o recurso crescente e generalizado ao trabalho feminino foram suficientes para satisfazer a procura de trabalhadores¹²⁶. Apontamos que a taxa de desemprego feminino atingiu a percentagem de 7% nos anos citados pelo autor, e, destacamos, a necessidade de problematização destes dados. A crescente emigração bem como o imenso número de soldados despencados para África, entre os anos de 1970-73 diminuirá significativamente o número de trabalhadores (as) em idade média de produção. O desemprego, que ronda os 2% a 3,7% entre esses anos, apesar de demonstrar um baixo índice, deve ser compreendido como um todo no contexto social português.

Como bem destaca Ruivo em relação às diferenciações na historiografia sobre o crescimento econômico e taxa de emprego sob Caetano, alerta que –não se pode deixar passar que eram várias as distorções da economia portuguesa, muitas delas herdadas do salazarismo, nomeadamente, o excessivo peso das despesas militares, desequilíbrios regionais ou uma desigual e deficiente distribuição de riqueza¹²⁷.

O Plano de Fomento para 1968 e 1969 deveria atingir um crescimento no PIB de 7%, enquanto alcançou o número de 5,2%. O poder de compra dos portugueses, o PIB *per capita*, em 1970, medido em paridade de poder de compra, encontrava-se em cerca de metade da média europeia¹²⁸. Devido à conjuntura do continente na década de 70 que contava com fatores de crescimento associados a fatores endógenos, nomeadamente, em Portugal a uma relativa abertura econômica nacional e a modernização/urbanização do setor industrial, fatores estes que motivaram o crescimento do PIB em termos reais, atingindo aumentos seu máximo histórico em 1971 de 10,5%. Segundo Barreto, *apud* Carvalho, entre os anos marcelista, –o

¹²⁴ Recenseamentos da População, INE, IP. **25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 46.

¹²⁵ CORKILL, David. O Desenvolvimento Económico Português no Fim do Estado Novo. In: **A Transição Falhada – o Marcelismo e o fim do Estado Novo**. (org.) ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, P.A. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2004, p. 239.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 239.

¹²⁷ RUIVO, Francisco Felgueiras Bairrão. **Spinolismo: Viragem Política e Movimentos Sociais**. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Tese defendida para a obtenção do grau de Doutor em História Contemporânea. Julho de 2013, p. 37.

¹²⁸ Eurostat, **25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 91.

rendimento nacional por habitante cresceu a uma média de 6,5% ao ano, com valores que por vezes ultrapassavam os 10%, este foi o período de maior crescimento da história do país¹²⁹.

O –mito do crescimento econômico nacional deve sempre ser associado às condições de possibilidades de fatores externos ao país, às variáveis que condicionavam todo o conjunto do contexto internacional, como os índices de crescimento externo na média de 5,1% ao ano. Países em nível equivalente de desenvolvimento como Grécia (7,6%), Espanha (7,2%) e Irlanda (4,4%) gravitaram no mesmo equilíbrio de desenvolvimento de Portugal, podendo-se entender que o ciclo ascendente no período marcelista foi favorável para a economia, para medidas além das tomadas pelo Presidente do Conselho. –As contribuições do Consumo Privado, acima dos 5 p.p., e do Investimento, que atingiu os 6,8 p.p., foram fundamentais para este resultados¹³⁰. Em contrapeso, o índice de exportação também representa um aumento significativo, na casa dos 107% de aumento entre os anos de 1969 e 1973, sendo representativo para a –expansão econômica, pautada, em sua maioria, em exportações de empresas multinacionais. A maquiagem feita nos números para o –milagre econômico e compreensão dos mesmos pode ser sentida quando deslocamos nossa lente de abrangência para além dos valores matemáticos: ocorre uma maior abertura para investimento estrangeiro, gerando empregos em um país que ainda não condicionava leis trabalhistas condizentes com a tendência europeia, chegando um trabalhador português a trabalhar 58 horas semanais, sem 13º salário, sem direito à férias remunerada tampouco o recebimento do 7º dia de descanso semanal; recolhimento de impostos que não eram socialmente distribuídos e, a maior porcentagem do valor voltava aos países de origem das empresas, como nos aponta Poulantzas¹³¹, criando um cenário de aparente crescimento econômico mas que, afinal, não contava com uma crescente melhoria de vida ou abertura significativa para as liberdades civis. Portanto, mesmo com as aparentes injeções de dinheiro pelos emigrantes, a produtividade dos grandes grupos econômicos ou a estabilidade monetária apontada por alguns autores, não sustentam a teoria da –primavera marcelista, quando os dados e contextos sociais são revisitados adequadamente. Destaca-se, ainda na questão econômica, que as despesas com a Guerra Colonial atingiam números exorbitantes na casa dos 40% no ano de 1973, garantindo que a expansão social em Portugal se tornasse inviável. A precariedade e falta de ação

¹²⁹ BARRETO, A. A situação social em Portugal. 1960-1995. Lisboa: ICS UL, 1996. *Apud* CARVALHO, Luís Pedro Melo de. **O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril: do Marcelismo à queda do Estado Novo**. Dissertação apresentação para obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, 2009, p.43.

¹³⁰ **25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 92.

¹³¹ POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

pragmática sobre a questão colonial por Caetano constituíram importante fator para a quebra do regime em Abril de 1974.

A crise internacional resultante, em partes, do choque petrolífero no ano de 1973, criou um dominó de reações na economia portuguesa, como uma trajetória ascendente da taxa de inflação, registrada em 13,1% em 1973 e 26,2% em 1974, sucedendo um processo de aumento de desemprego e crescente valor de preços. Como destaca Carvalho, o custo de vida português teve uma alta em média de 25% no período entre Março de 1973 e Março de 1974¹³², caracterizado pela subida da inflação e pela desestabilidade política vivenciada no país, ou, como aponta Edgar Rocha, a taxa média anual de crescimento econômico, verificada através do PIB a preços constantes entre 1960 e 1973 possuiu uma alteração de 6,9%, enquanto entre os anos de 1954-60 há variação de 4,3 e entre 1974-79, de 2,7%¹³³.

Podemos pautar que o período administrado por Marcello Caetano foi assistido por um relativo avanço econômico, uma atinente abertura internacional regida ainda por condições autoritárias, tentativa de abrandar os conflitos sociais sem muito êxito somada à uma ausência de grandes desestabilidades macroeconômicas. A primavera marcelista não colheria assim tantas flores.

Leis na ordem do dia: As resoluções caetanistas e a busca de “abertura”

A tentativa de mudanças no sistema pode ser percebida através de leis e decretos que fermentaram a ação social no governo de Caetano. Escolhemos utilizar como demonstrativo deste processo a Lei 2144 de 29 de maio de 1969 e os Decretos-Lei 49212 de 28 de agosto de 1969 e o 49058 de 14 de junho de 1969. Com isso, representaremos algumas medidas caetanistas que, por uma via, buscaram construir um maior contato com os trabalhadores e com parcela da sociedade e, por outra, continuava a garantir uma áurea modernizadora assentada ainda na teoria conservadora. Ao contrário de Salazar, Caetano irá fazer passar pela Assembleia Nacional e pela Câmara Corporativa estes três diplomas bem como diversos representantes sindicais, administradores e representantes corporativos, de forma a legitimar e

¹³² CARVALHO, Luís Pedro Melo de. **O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril: do Marcelismo à queda do Estado Novo**. Dissertação apresentação para obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, 2009, p. 44.

¹³³ ROCHA, Edgar. Crescimento económico em Portugal nos anos de 1960-73: alteração estrutural e ajustamento da oferta à procura de trabalho. **Análise Social**, vol. XX (84), 1984-5º, pp. 621-644.

fazer dialogar os diferentes campos dentro do cenário político, ou, como –quisesse vinculá-los ao texto legislativo que mais resistência poderia provocar nos meios patronais¹³⁴.

Uma perceptível mudança no ambiente social em 1969 devido às mobilizações de empresas do cinturão industrial de Lisboa e Setúbal bem como os movimentos estudantis em sua intensificação da luta contra o regime podem ter sido, e acreditamos que foram, fatores preponderantes para o surgimento das leis de –abertura¹³⁵ sindical e sobre os contratos coletivos. Em greves que –surpreenderam até o PCP¹³⁵, os trabalhadores da CP irão protestar por 8 dias devido ao aumento sinalizado no final de 1968. Diversas agitações e protestos também irão permear empresas como a Lisnave, Sapec, Secil, Sacor, entre outras.

O Decreto-Lei 49212 propunha estruturação e formulação das convenções coletivas de trabalho, articulando os sujeitos que a ela pertencem no –modo e prazos de negociação; ausência de acordo, conciliação e arbitragem; adesão às convenções celebradas; portarias de regulamentação das condições de trabalho; penalidade e sanções pelo seu não cumprimento; publicação e entrada em vigor¹³⁶, além de ser vedado ao Estado o direito de obrigatoriedade de filiação sindical, criando uma redefinição no processo de contratação coletiva. Medidas-chaves foram estabelecidas na reavaliação trabalhista a partir deste decreto, como a obrigatoriedade de negociações claras entre contratos e acordos em ambas as partes. Também possibilitava –conciliação e arbitragem¹³⁶ neste processo, bem como –estabelecia prazos máximos para todas as fases do processo negocial, impedindo as habituais manobras dilatórias a que patrões e grêmios recorriam para se eximir à contratação coletiva¹³⁷.

Pode-se considerar que estas medidas permitiam uma distinta liberdade negocial entre patrões e trabalhadores, se afastando cada vez mais das diretivas estatais. Questões teóricas e práticas indicavam um ideal de reforma, pautado também em pressão da Organização Mundial do Trabalho (OMT), lembrando sempre da pressão exercida pela tardia presença de Portugal em África. Patriarca, realizando uma ponte com um despacho interno do Ministério do Interior, confidencial de 19 de fevereiro de 1969, destaca que as medidas estariam pautadas, sobretudo, em uma maior disciplina das empresas, controlada pelos empresários¹³⁸. A utilização de força policial quando de greve ou quaisquer outras indisciplinas não mais era

¹³⁴ PATRIARCA, Fátima. Continuidade e ruptura: as primeiras leis sociais de Marcello Caetano. Acessado em 24 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/Maria%20de%20F%C3%A1tima%20Patriarca%20%20Publica%C3%A7%C3%B5es%202008%20n%BA.pdf>.

¹³⁵ Ibidem, p. 128.

¹³⁶ Decreto-Lei 49212, de 28 de Agosto de 1969. Diário do Governo n° 201/1969, Série I de 1969-08-28.

¹³⁷ PATRIARCA, op. cit., p. 127.

¹³⁸ Ibidem, p. 125-126.

obrigação imediata do Estado, apenas quando a mesma fosse requerida pela força patronal. Segundo o documento, a polícia tinha a função apenas de –proteger as pessoas e os bens‖, quando estes estivessem –ameaçados, assegurar a liberdade de trabalho e a ordem‖¹³⁹. O desentendimento entre patrões e trabalhadores não mais caberia à coação policial, restando ao Instituto Nacional do Trabalho e Previdência tomar medidas, se cabíveis. Quanto à PIDE, caberia apenas acompanhar os ocorridos de forma a intervir apenas se houvesse –ação criminosa de trabalhadores e dirigentes responsáveis‖ em consideradas –ação subversiva‖¹⁴⁰. Para Patriarca, se comparada à interpretação do Decreto-Lei 23870 de 18 de maio de 1934, onde grevistas eram punidos com prisão sob Oliveira Salazar e, ainda assim, não colocado em prática em toda a sua extensão ao longo do governo salazarista, as medidas adotadas por Caetano podem até serem concebidas como –benevolentes‖¹⁴¹ determinando que a negociação coletiva sempre seria uma melhor saída aos problemas laborais que a greve. O despacho de 1969 será então uma descriminalização da greve econômica e não sua legalização, chegando assim ao entendimento dos trabalhadores.

O dito Estado Social de Marcello Caetano encontra suas raízes ainda em elaboração durante o período salazarista, indo em desencontro às teorias de que o mesmo teria inovado nas afirmativas legislativas no setor laboral. A maioria dos projetos edificaram-se e foram discutidos anteriormente ao período marcelista, ao menos em seu sentido técnico, porém, foram levados à cabo apenas em seu período de vigência no poder. Contudo, a primazia da ruptura estabelecida por Marcello Caetano deve ser dita, uma vez que este conseguiu cumprir, ao menos em partes, uma divisão reformista em contraponto à Salazar¹⁴². Para Patriarca,

Marcello Caetano irá aprovar um conjunto de medidas que indubitavelmente alterarão os dados da ‘questão social’, fazendo-o de um modo muito hábil, ou seja, envolvendo e comprometendo patrões e sindicatos numa singular ‘negociação colectiva’ realizada no interior dos próprios órgãos de poder, com destaque para a Câmara Corporativa. Se a autonomia da negociação colectiva face ao Estado era um dos objectivos dessa legislação, não foi essa – nem podia sê-lo de resto – a estratégia política que esteve na génese dos primeiros diplomas do marcelismo social¹⁴³.

¹³⁹ PATRIARCA, Fátima. Continuidade e ruptura: as primeiras leis sociais de Marcello Caetano. Acessado em 24 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/Maria%20de%20F%C3%A1tima%20Patriarca%20%20Publica%C3%A7%C3%B5es%202008%20n%BA.pdf>, p. 126.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 126.

¹⁴¹ Ibidem, p. 126.

¹⁴² Ibidem, p. 138.

¹⁴³ Ibidem, p. 138.

Com o Decreto-Lei 49058, a tentativa consistia em reger com mais abrangência os sindicatos nacionais, apontando algumas medidas mais diretivas sob o controle do ministro das Corporações. Também impedia a dissolução de sindicatos sem que este passasse por assembleia geral como pelo Conselho Corporativo. Segundo Patriarca, esse diploma possibilitava a abertura de –portas a sindicatos mais fortes e sobretudo mais independentes do Estado¹⁴⁴. Consideramos que as principais mudanças a serem tomadas destacam-se em: a) questão de enquadramento profissional para os sindicatos que englobem uma determinada área, passando a seguir critérios —por fundamento o uso de iguais técnicas ou conhecimentos de base, acrescentando ainda, em conformidade com a orientação da Câmara Corporativa (...) a concorrência para uma mesma produção ou a laboração de idêntica matéria-prima¹⁴⁵. b) alargamento territorial na abrangência dos sindicatos, proporcionando uma –base geográfica mais ampla; medida que reforça o poderio de unidades sindicais mais potentes em sua disseminação. c) Organização sindical das profissões liberais com o alargamento das profissões de formação superior. d) Sobre a dimensão dos sindicatos, pauta-se que estes organismos –deverão ter a dimensão e a capacidade financeira bastantes para assegurar convenientemente a representação dos trabalhadores enquadrados e o desempenho das funções que lhes estão confiadas¹⁴⁶. e) Sessões sindicais com maior extensão quanto ao limite administrativo; seções —femininas para estudo das condições de trabalho das mulheres. f) Sobre a representação internacional dos sindicatos, há uma relativa abertura quanto à possibilidade de filiação à órgãos internacionais como representação em reuniões em manifestações internacionais, tendo estar de acordo o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. g) Quanto às eleições sindicais, orienta-se a substituição do sistema de homologação posterior sobre eleições de direções, para um mecanismo de legitimação prévia e inserindo novamente a –recondução à via judicial de todo o contencioso eleitoral, ou seja, uma vez que os candidatos estivessem considerados aptos a se candidatarem à gerência do organismo por uma via especificamente aos tribunais do trabalho, a homologação posterior tornava-se dispensável. Uma autonomia parecida seria indicada sobre a dissolução dos sindicatos, quando esta poderia acontecer sob deliberação da própria assembleia geral que rege o organismo sindical ou sob decisão do Conselho Corporativo, bem como a fiscalização

¹⁴⁴ PATRIARCA, Fátima. Continuidade e ruptura: as primeiras leis sociais de Marcello Caetano. Acessado em 24 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/Maria%20de%20F%C3%A1tima%20Patriarca%20%20Publica%C3%A7%C3%B5es%202008%20n%BA.pdf>, p. 127.

¹⁴⁵ Decreto-Lei 49058, 14 de Junho de 1969, redação substituto do Decreto-Lei 23050 de 23 de Setembro de 1933. Ministério das Corporações e Previdência Social, n. 138/69, Série I, pp. 669-674.

¹⁴⁶ Ibidem.

dos atos dos gerentes cabe às respectivas assembleias gerais e aos tribunais de trabalho. Percebemos novamente aqui a tentativa de um desmembramento da obrigação do Estado nas questões laborais, direcionando certa autonomia aos privados e aos sindicatos.

Em relação aos trabalhadores rurais, e tendo em vista o intenso êxodo rural no decorrer da década de 60, a questão da providência destes trabalhadores já seria problematizada por Oliveira Salazar no III Colóquio Nacional do Trabalho, da Organização Corporativa e da Previdência Social. Ao longo dos anos de 1966 e 1967, o ministro das Corporações, Gonçalves Proença irá defender e projetar normas de previdência condizentes com o trabalhador rural nos padrões urbanos, medidas estas que serão amplamente barradas pelo ministro da Economia, Gonçalo Correia de Oliveira, defendendo que as articulações sociais não deveriam agravar os custos da produção agrícola no país¹⁴⁷. Em carta, Gonçalo Correia escreve para Gonçalves Proença, também pedindo para que esta questão não seja levada à discussão pública:

Não deve o Governo contribuir para qualquer agravamento do custo da produção agrícola: a lavoura não o pode suportar pelo rendimento das suas explorações; o Ministério da Economia não pode transferir para os preços no consumidor os encargos financeiros desse esquema de política social. De resto teria que ser muito vasto, um esquema de política social com suficiente poder de atracção de uma mão-de-obra agrícola que teria de se qualificar para merecer o que quer ganhar¹⁴⁸.

Desta feita, o ministro Gonçalves de Proença buscará moldar novas propostas na conjugação da regulamentação das contratações coletivas de trabalho, destacando medidas como –a criação de um órgão arbitral independente cujas decisões valerão, em princípio, como resolução definitiva dos conflitos colectivos¹⁴⁹. Marcello Caetano, tendo como herança essas tendências já elaboradas poucos anos antes de sua chegada ao poder, lançará em 29 de maio de 1960 a Lei 2144, diplomando sobre a reorganização das Casas do Povo bem como dos regimes de previdência dos trabalhadores rurais, onde define que não haverá nenhuma entidade que seja similar às atividades da Casa do Povo e que

As Casas do Povo são organismos de cooperação social, dotados de personalidade jurídica, que constituem o elemento primário da organização

¹⁴⁷ PATRIARCA, Fátima. Continuidade e ruptura: as primeiras leis sociais de Marcello Caetano. Acessado em 24 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/Maria%20de%20F%C3%A1tima%20Patriarca%20%20Publica%C3%A7%C3%B5es%202008%20n%BA.pdf>, p. 130.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 131.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 136.

corporativa do trabalho rural e se destinam a colaborar no desenvolvimento económico-social e cultural das comunidades locais, bem como a assegurar a representação profissional e a defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores agrícolas e a realização da previdência social dos mesmos trabalhadores e dos demais residentes na sua área¹⁵⁰.

Se no Estado Novo de Oliveira Salazar a carta da vez estava sempre nos mandatórios económicos e financeiros, a política de Caetano neste momento estaria estrategicamente voltada para as missões sociais, destacando nesta lei, por exemplo, a obtenção de seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais –instituído em benefício dos trabalhadores agrícolas e na promoção da medicina do trabalho¹⁵¹; a criação de um fundo de previdência bem como de abono família¹⁵²; abrangência das caixas de previdência de Abono de Família e da Caixa Nacional de Pensões aos trabalhadores rurais em diversos níveis, como alto nível de especialização; serviços de exploração agrícola e trabalhadores de cooperativas e empresas agrícolas¹⁵³. Contudo, nesta lei também percebe-se a manutenção do regime autoritário sobre a Base XX/1, onde –as Casas do Povo não podem utilizar ou ceder a sua sede ou contribuir com os seus meios de acção para qualquer actividade política ou social contrárias aos interesses da Nação¹⁵⁴. Estas medidas seriam compreendidas como um meio de popularidade por Caetano, em busca por sobrepujar o valor do trabalho rural. Busca talvez falhada no decorrer dos anos após a Lei: os gastos com a Administração das Casas alcançou um terço entre os anos de 1970-72 e com fundos de enfermagem, praticamente mais um terço, não sendo concedido nenhum direito ao subsídio em 1970¹⁵⁵; o pagamento pelos associados tornava-se o mais do mesmo.

Sob os entraves impostos ao governo já defasado do Estado Novo, Caetano buscará inserir uma branda legitimidade em suas medidas, como a necessidade de aprovação pela Assembleia e pelo Conselho, além de iniciar medidas que concentrarão forças nas questões sociais. Apesar de manter uma –continuidade¹⁵⁴ das questões que já eram discutidas com Salazar, o foco da estratégia de Caetano irá se mostrar mais propenso às reformas sociais.

¹⁵⁰ Lei 2144, de 29 de Maio de 1969. Diário do Governo, nº 127/1969, Série I de 1969-05-29, Capítulo I, Secção I, Base I.

¹⁵¹ Lei 2144, de 29 de Maio de 1969. Diário do Governo, nº 127/1969, Série I de 1969-05-29, Base IV//2.

¹⁵² Lei 2144, de 29 de Maio de 1969. Diário do Governo, nº 127/1969, Série I de 1969-05-29, Base VIII/1.

¹⁵³ Lei 2144, de 29 de Maio de 1969. Diário do Governo, nº 127/1969, Série I de 1969-05-29, Base XXII.

¹⁵⁴ Lei 2144, de 29 de Maio de 1969. Diário do Governo, nº 127/1969, Série I de 1969-05-29, Base XX/1.

¹⁵⁵ **Avante!** Ano 43, Série VI, nº 455, julho de 1973, p. 01.

Teorizando o Estado: Estado Social de Direito e o projeto “liberal” de Marcello Caetano

Pensar a relação entre os indivíduos e o Estado, bem como a própria noção de Estado e dos indivíduos enquanto cidadãos participativos deste processo é um exercício necessário na compreensão das sociedades Ocidentais, à qual não escapa o Estado português, mesmo que de cariz autoritário. Caetano seria amplamente caracterizado pela oposição, sobretudo pelo PCP como liberal, de conduta no governo em sentido –liberalizante. Apoiamos a ideia de que um debate teórico sobre o Estado se faz necessário para, posteriormente, desenvolvermos um diálogo com a política marcelista e buscarmos apontadores sobre suas ações no governo e o teor teórico de suas práticas.

Logo, o debate sobre a concepção e teorização do Estado na década de 70 é representativo se comparada às décadas anteriores que buscavam uma aplicabilidade da teoria marxista nos campos da filosofia, da cultura enquanto os temas da política e economia segundo esta vertente ficavam em segundo plano e, nas décadas seguintes, acabaram por reduzir a discussão ao academicismo ou à superficialidade das problemáticas acerca do tema. Um debate importante que marca esta teorização dar-se-á a partir das premissas de Nicos Poulantzas e Ralph Miliband, sobretudo nas páginas da revista *New Left Review*. Este debate marcará profundamente as fundamentações das categorias analíticas da teoria marxista na busca por uma teorização sobre o Estado.

Poulantzas, em sua obra *O Estado, o poder, o socialismo*¹⁵⁶, busca demonstrá-lo como uma estrutura, a partir de níveis. Neste sentido, o autor acaba dialogando de maneira abstrata com sua concepção de Estado, ou, em um –nível puramente teórico. O poder político sobre as frações de classes, residente na exploração capitalista e no controle de suas instituições, serão então apontados como fundamentos sociais, onde o Estado é necessariamente uma relação social, ou como um produtor de relações sociais. Este é uma –condensação material que se expressa em instituições entre classes e frações, derivando-se em uma –ossatura que é atravessada pelas contradições das classes. Para Poulantzas, o Estado organiza o interesse político do bloco que se encontra no poder, sob hegemonia de uma classe ou fração de classe, e, a partir do instante que tem uma autonomia relativa, opera entre a distinção entre o poder de classes e o poder político. A partir de então, os aparelhos do Estado organizam os interesses e o unificam, desorganizando politicamente os interesses das

¹⁵⁶ POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

¹⁵⁷ CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato (Coord.) **Marxismo como ciência social**. Curitiba: Editora UFPR, 2011, p. 37.

classes dominadas. O Estado não é um dispositivo unitário de alto a baixo, é dividido, destrinchado e atravessado pelas contradições sociais presente também entre agências do Estado, o que o autor considera como –burocratismoll no sistema administrativo, onde as relações de poder na sociedade tendem a se materializar e se expressar inclusive entre diferentes agências do Estado. As conquistas das classes dominadas são filtradas por mecanismos que reproduzem uma relação de dominação/subordinação. Contudo, o poder se distribui, passa e corre pelas veias de uma –ossatura do Estadoll, em suas mais diversas melindras repartições, unidades e extremos. A partir de sua capacidade organizativa bem como estruturante, alcança os níveis de interesse dentro de si mesmo, favorecendo e desfavorecendo os que nele estão contidos.

Pode-se apontar que para a teoria marxista do Estado capitalista em Poulantzas, o abandono das funções –economicistasll e –instrumentalistasll seriam necessários na medida em que, para entender suas funções a partir das estruturas organizacionais da –infraestrutura econômica ll ou de que o mesmo seria uma marionete das classes dominantes economicamente¹⁵⁸. Em contrapartida, o Estado deveria ser entendido, ora como responsável da –coesão social ll tendo em vista que este é –[...] afinal, a instituição responsável pela reprodução do sistema social em que aquela classe ocupa a posição dominante ll¹⁵⁹; ora deveria ser colocada em análise a forma como este organismo capitalista em questão poderia dimensionar e aplicar esta função integralizante.

Para Rauph Miliband, o Estado capitalista na teoria marxista de política insere-se também em uma ordem de classismo mas, ao mesmo tempo, goza de uma grau relativo de autonomia em relação às classes sociais, mesmo em relação às classes dominantes. Neste sentido, as classes dominantes são resguardadas pelo Estado a partir de sua própria distribuição material, onde ocorre o controle de classe sobre os meios de produção. Nesta concepção, não fará diferença quem o dirige, uma vez que o seu funcionamento cabe, então, às estruturas, à conformação organizativa dele próprio. A adoção do sufrágio universal pelos regimes democráticos burgueses restringia ou fazia enganar a possibilidade de mudanças ao dar o poder de escolha ao povo, uma vez que, independentemente do escolhido, o sistema se manteria estruturalmente organizado a manter suas funções. A partir de então, as variedades de formas implicará em diferentes graus de autonomia, apesar de que –[...] todos eles são

¹⁵⁸ PERISSINOTO, Renato. Marx e a Teoria Contemporânea do Estado. In **Marxismo como ciência social**. CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato (Coord.) Curitiba: Editora UFPR, 2011, p. 79.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 79.

Estados classistas¹⁶⁰. Em conclusão, para Miliband, o Estado é classista na medida em que é formado por condições estruturais do capitalismo mas não por ser mero -instrumento da classe dominante.

Claus Offe escreverá na década de 80 apontando uma análise da teoria marxista do Estado em sua base necessariamente e seletivamente estrutural. Este aparecerá como representante de um -comitê executivo dos interesses das classes, ou como um -capitalista coletivo ideal. O Estado promulgar-se a proteger os interesses capitalistas e para isso utilizar-se-á mecanismos de separação, como a divisão de política e economia ou a igualdade jurídica e a cidadania individual. A partir de então, Codato nos demonstra a conclusão de Offe a partir de que, a [...] função social do Estado capitalista - a reprodução da ordem social classista - só se manifesta *post faestum*, isto é, se e quando suas ações transparecem nos conflitos de classe.¹⁶¹

Portanto, como bem destaca Codato e Perissinotto, a análise do Estado a partir de uma matriz teórica marxista da política não há de se basear na função do mesmo como um agente que trabalha em prol da sociedade¹⁶². Ao contrário, -o Estado moderno não é mais que um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa¹⁶³, onde no mesmo sentido, Miliband nos aponta que -o ponto de partida da teoria marxista da política e do Estado é sua rejeição categórica do mundo de ver segundo o qual o Estado aparece como fideicomissionário, instrumento ou agente da sociedade como um todo¹⁶⁴.

A partir disso, entende-se que o Estado, necessariamente, contém em sua formação fatores que transcendem a dominação política, constituindo um organismo próprio em uma estrutura regimental constituída, sobretudo, por funções administrativas, burocráticas, nos mais diversos campos constitutivos da sociedade¹⁶⁵. Aspectos na teorização de Poulantzas e Miliband, apesar de convergirem entre si, enfim, entrelaçam-se involuntariamente: é a partir da conjunção de ideias, sendo elas em comum acordo ou não que promoverá e incentivará maior reflexão sobre uma problemática. Ao expor os aspectos *estruturalizantes*, os mecanismos de dominação do Estado a partir da empiria, Miliband demonstra aspectos caros quanto à sua organização e como esta se fará presente na complexidade distributiva material

¹⁶⁰ MILIBAND, Ralph. **Marxismo e política**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979, p. 72.

¹⁶¹ PERISSINOTO, Renato. Marx e a Teoria Contemporânea do Estado. In **Marxismo como ciência social**. CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato (Coord.) Curitiba: Editora UFPR, 2011, p. 88.

¹⁶² Ibidem, p. 35.

¹⁶³ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Apud* CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato (Coord.) **Marxismo como ciência social**. Curitiba: Editora UFPR, 2011, p. 35.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 35.

¹⁶⁵ CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato (Coord.) **Marxismo como ciência social**. Curitiba: Editora UFPR, 2011, p. 35-38.

das classes, constitutivas de suas estruturas. Poulantzas, em sua epistemologia *teoricista* negada, nos fornece fartamente aspectos teóricos sobre o Estado na concepção marxista, pontuando sua relação de classes, suas *contradições* e no esqueleto imagético que o compõe em suas mais derivadas instâncias.

A partir das premissas antepostas, cabe-nos, sobretudo, a seguinte questão: Como se fundamentou a estrutura política e econômica nos entraves do Estado português que buscará inserção no cenário liberal internacional, com uma procura pela abertura interna? Para que esta relação se mostre possível, uma integração das classes sociais e o Estado, a teoria burguesa do *Estado coisa* ou *Estado sujeito*, deveria ser superada¹⁶⁶. A partir do momento em que este é tratado de forma manipulável, ou visto como um -instrumento|| de utilidade aos interesses das classes dominantes, perde seu sentido fundamentador das relações sociais e de sua capacidade organizativa dentro de seus próprios órgãos. Neste sentido, o Estado não é -[...] só sujeito ou só coisa, mas, por natureza e da mesma maneira que o _capital‘, o *Estado é uma relação*, ou melhor, a condensação da relação de forças entre as classes tal como ela se manifesta de *forma específica, no seio dele próprio*”¹⁶⁷ (grifo do autor). Neste sentido, a partir do momento que concebemos que o Estado é constituído por contradições de classes, essas mesmas contradições se desenvolverão dentro de seu próprio meio, de sua própria -ossaturall, resultando em uma posição, em uma resposta às medidas políticas, econômicas e sociais que a elas se impõe. Sobretudo na década de 1970 em Portugal, Caetano irá promover a inserção internacional e o processo de dependência do capital estrangeiro, que já mostrava suas faces - a formação de um sistema capitalista nos moldes internacionais e de tendências liberais, onde estas contradições percorrerão cada extremo e cada fissura do Estado. Este processo, salienta Murteira:

Em nenhum país europeu, na segunda metade do século xx — mesmo considerando a agitação social em França e Itália nos finais dos anos 60 — se afigura tão próxima a derrocada duma ordem social capitalista, sem intervenção exterior e apenas por agudização da luta de classes interna, e tão eminente também a emergência dum novo poder assente no proletariado rural e urbano. Embora efémera, a profundidade da crise experimentada então na sociedade portuguesa não poderia deixar de transformar aspectos importantes do sistema económico¹⁶⁸.

¹⁶⁶ POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 64.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 65.

¹⁶⁸ MURTEIRA, Mário. Do estado obsoleto à nação democrática (Portugal na periferia europeia na segunda metade do século XX). **Análise Social**, v.XXII (91), 1986-2, p. 263.

Em essência, na luta contra o Absolutismo na Europa entre os séculos XVIII e XIX, particularmente, alguns pensadores defendiam formas diversas na organização liberal. Montesquieu sugeriria a limitação do soberano garantindo as liberdades fundamentais dos seus súditos, mantendo uma possível monarquia, como em Inglaterra, enquanto Voltaire criticava o regime absolutista, propunha a liberdade de opinião era contra uma igreja política sem, contudo, apoiar a vontade geral, apontando que o povo não deveria participar e opinar no processo do Estado liberal. De maior abertura democrática, Rousseau afirmava a existência de um –contrato social, onde o soberano deveria ser submetido à vontade geral, caso contrário, corria o risco de sua própria destruição. Percebemos que ao longo da História, em diversos casos, sobretudo nas lutas de independência nas Américas, a compreensão de liberdade e liberalismo não estendia suas asas ao todo social. O liberalismo também pode ser visto, se voltarmos às suas raízes, como antidemocrático.

No nosso entendimento, para o século XX, o ideal liberal pontuava a laicização do Estado bem como a independência dos poderes em Legislativo, Executivo e Judiciário, excetuando-se o poder único e centralizado. Além disso, pauta-se na teoria de que o liberalismo econômico concentra-se na não inserção de interferências do Estado no mercado, no *laissez-faire* bem como assentado na livre-iniciativa. Também pode assim dizer que,

O liberalismo pode ser entendido como uma ideologia que concede espaços à iniciativa e à autonomia individuais. Nessa filosofia, as ações dos indivíduos, desde que respaldadas por normas legais (e nesse caso o Direito é fundamental para a instituição de uma sociedade liberal), podem manter uma autonomia relativa ante o Estado. Este, por sua vez, deve exercer algumas funções específicas, limitadas, mas essenciais à ação livre dos cidadãos proprietários. Desse modo, há estreita relação entre o liberalismo político e o liberalismo econômico, na medida em que o Estado se estrutura para garantir os contratos, não interferir nos lucros de seus membros, permitir a manutenção da propriedade privada, regular os jogos de interesses, manter a ordem social¹⁶⁹.

Em uma tentativa de dar novas caras ao regime autoritário do Estado Novo, Marcello Caetano o rotularia como um –Estado Social de Direito, indicando uma possibilidade de compromisso histórico almejado ao longo do fim da Segunda Guerra Mundial entre as frações da burguesia capitalista e os trabalhadores, com a corrente mediação do Estado. Proporia uma relativa atualização do regime com vias ao que se chamaria de Estado Social, pautado na tentativa populista/popular ou uma possibilidade mais –elitista; educação para todos;

¹⁶⁹ SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. Verbete –Liberalism. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p. 260.

desenvolvimento econômico; busca por uma adequação cultural ao padrão europeu e maior leque de –benefícios‖ sociais para os cidadãos.

Ao inserir medidas de abertura de capital estrangeiro no país, bem como construir uma nova reforma do ensino sem diálogo com as áreas envolvidas e propor superficialmente diretrizes pedagógicas, consideramos que o Estado português estava regido por uma dinâmica de subordinação das classes dominadas face à hegemonia do grupo dominante, buscando sempre concretizar e defender os interesses de quem o estava guiando. Logo, as tomadas de decisão, de leis como as supracitadas, ocorrem de forma a abrandar os movimentos reivindicativos mas não de concretizar mudanças absolutas de transformação do Estado em uma democracia liberal. Não esqueçamos que Caetano, como um membro ativo do Estado Novo, de cariz nacional e antidemocrática, atuou como escritor em defesa de tais ideais tanto quanto ao sentido antiliberal do sistema. Apesar de buscar uma relação política com a –ala liberal‖, não cremos que as iniciativas marcelistas possam ser entendidas como –liberalizantes‖ ou liberais em seu sentido mais teórico, visto que a regulação econômica, social e política ainda pautava-se na concentração de poder e na manutenção de um Estado controlado por uma minoria autoritária, cautelada em um Estado forte. Além das medidas internas, Caetano tinha sobre a mesa o impasse da guerra colonial em África, que além de consumir altos números da econômica, desgastava cada vez mais as relações sociais nos diversos trânsitos do país.

Assim, para Ruivo, o que estava em causa –era modernizar o regime mas sem pôr em causa a sua natureza antipartidária e antidemocrática, sem alterar a sua essencial¹⁷⁰, ou, como defende Rosas, Marcello –não era nem um liberal nem um democrata, mas um reformista dentro do regime desde o segundo pós-guerra, quando compreendeu que o Estado Novo podia resistir a pressões temporárias ou conjunturais mas não ao espírito da época¹⁷¹. Apesar de convicto nas medidas corporativistas, antidemocráticas e em sua falha na resolução colonial, Caetano incitou algumas medidas que chegaram próximas a uma –renovação‖ no quadro nacional mantendo-se, contudo, inexoravelmente na continuidade de um regime autoritário.

A Guerra Colonial sob um monóculo: O MFA e as medidas de Caetano

¹⁷⁰ RUIVO, Francisco Felgueiras Bairrão. **Spinolismo: Viragem Política e Movimentos Sociais**. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Tese defendida para a obtenção do grau de Doutor em História Contemporânea. Julho de 2013, p. 37.

¹⁷¹ ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, P.A. **A Transição Falhada**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 13.

Através da Resolução 1514, em 14 de dezembro de 1960, a Assembleia-Geral integrada por Holanda, Reino Unido e Estados Unidos como potências administrantes e Marrocos, México e Índia como não administrantes, traria à tona na ONU a discussão sobre a definição dos territórios –não autônomos‖ em África, cobrando uma posição dos países que ainda possuíam territórios extra-metrópoles, como é previsto no artigo 73º da Carta das Nações Unidas, com votos contrários apenas Portugal, Espanha e África do Sul. Os problemas que circulavam a diplomacia portuguesa assentavam-se na dinâmica ultramarina, fator que seria agravado com a aprovação da Resolução 1542, onde Portugal deveria prestar contas sobre os territórios considerados pela ONU como não autônomos. O ano de 1961 seria, ainda, fortemente marcado pela mudança de presidência nos Estados Unidos, quando John Kennedy viria a assentar sua política em apoio às independências coloniais.

Com a guerra colonial em África, o país estava sob forte pressão internacional sobre o processo de descolonização, e para isso, a política do progressivo processo de autonomia e desenvolvimento nas colônias seria marcante na teoria marcelista. No entanto, destaca-se que a sua indicação pelo Presidente da República consagrou-se na promessa de manutenção do império do ultramar¹⁷², mesmo que essa se encaminhasse para uma –adaptação‖. A partir das revisões constitucionais e com a titulação de Estados honoríficos concedidos à Angola e Moçambique, na prática, continuariam sob a égide da metrópole e a descolonização, tabu da nação portuguesa, continuaria assim caracterizada.

Cabe destacar, em números, que Portugal despendeu em torno de 169 mil homens para a guerra em África, dos quais aproximadamente 8.290 faleceram, sendo mais da metade mortos no período marcelista¹⁷³ (4.718 entre os anos de 1968-74). Considera-se que as dificuldades de estabilização das guerrilhas foram mais acentuadas na Guiné, devido à forte organização do Partido, bem como dificuldades geográficas e de intenso apoio dos países vizinhos.

Em Angola, apesar de alguns autores apontarem que o domínio sobre a guerrilha era favorável às Forças Armadas Portuguesas e que o país não obteve –vitórias dignas de registro‖¹⁷⁴, cabe sublinharmos que os pontos de resistência eram fortes ao longo do território, mesmo que não fossem resistências armadas. De acordo com Carvalho, as medidas de aldeamento estratégico, utilização de equipamentos militares como helicópteros e forças

¹⁷² CARVALHO, Luís Pedro Melo de. **O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril: do Marcelismo à queda do Estado Novo**. Dissertação apresentação para obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, 2009, p.29.

¹⁷³ Ibidem, p. 47.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 48.

terrestres e unidades paramilitares garantiram uma maior autonomia dos portugueses sobre os revoltosos. Uma das estratégias dos militares foi a negociação com a FNLA e a UNITA contra o MPLA, gerando um profundo desentendimento interno no movimento.

Já a guerra de guerrilha da Guiné, é considerada como o único palco de maior resistência, com perda de território colonial, que viria a culminar com a Independência do Estado da Guiné-Bissau em setembro de 1973, fato que seria reconhecido internacionalmente. Como em Angola, o desconhecimento geográfico e o apoio dos países vizinhos, Senegal e Guiné Conacri, dificultaram e impossibilitaram o sucesso das Forças portuguesas. A disputa territorial mostrou-se tão intensa que em meados de 1968 o então Presidente do Conselho, Oliveira Salazar colocaria o brigadeiro António de Spínola sob o cargo de Governador e Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné. Pode-se apontar que Spínola, como irá mais tarde elaborar em seu livro *Portugal e o Futuro*¹⁷⁵, que seus objetivos na Guiné assentavam-se, sobretudo, em promover um aumento na relação sociedade e economia nas colônias, bem como uma maior inserção dos africanos no cenário vivencial dos portugueses e, por fim, um aumento na ação militar das Forças Armadas pois, uma vez que –é impossível ganhar uma guerra de guerrilhas¹⁷⁶, o exército deveria equipar-se e preparar-se de forma adequada às definições de guerra em território africano.

Com o apoio bélico da União Soviética, o PAIGC conseguirá manter-se forte no movimento de resistência, bem como provocará diversas derrotas no exército português. Com o retorno de Spínola para Portugal em agosto de 1973, a declaração de independência será proferida e as Forças Armadas irão aos poucos se retornando ou se aquartelando na capital de Bissau.

Por fim, em Moçambique, o brigadeiro Costa Gomes chega em território africano e insere medidas de estratégia militar com a aproximação do quartel-general e das áreas de conflito, contribuindo para uma maior facilidade nas operações. Quando Caetano assume, a situação estava –controlada, mesmo com as investidas e novas frentes açambarcadas pela FRELIMO, principalmente pelo motivo contrário de Angola e Guiné: Portugal contava com um relativo apoio de países fronteiriços, como a África do Sul, a Rodésia e Malawi. Como destaca Carvalho, a central de espionagem portuguesa, sobretudo Jorge Jardim, –desempenhou um papel relevante nas ações de espionagem levadas a cabo contra a FRELIMO e na dinamização de organizações paramilitares de contra-guerrilha que tiveram

¹⁷⁵ SPÍNOLA, António. **Portugal e o Futuro**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1974.

¹⁷⁶ Ibidem, p.24.

bastante sucesso¹⁷⁷. Em 1973, a situação agrava-se pelos desentendimentos políticos entre as forças aliadas e os revoltosos, situação que se estenderia até 1974, quando as negociações para a independência começariam a mostrar caminhos.

Caetano depara-se com um impasse quando adentra no governo português: aderir uma política desenvolvimentista e de crescente autonomia para as colônias ou a contínua inserção de reformas¹⁷⁸. A Lei 3/71 de 16 de agosto que altera a Constituição, determina que –a nação portuguesa constitui um Estado independente, cuja soberania, una e indivisível, só reconhece como limites a moral e o direito¹⁷⁹, e também defende que o Estado português é unitário possibilitando a compreensão de regiões autônomas, onde os territórios fora da Europa constituem –províncias ultramarinas, as quais –terão estatutos próprios como regiões autônomas, podendo ser designadas por Estado, de acordo com a tradição nacional, quando o progresso do seu meio social e a complexidade da sua administração justificarem essa qualificação honorífica¹⁸⁰. A partir disto, o país trilhará um caminho de unidade estatal e uma reforma nas colônias, o que causará uma contínua condição ambígua no problema fulcral da nação: a guerra em África.

A discussão do problema da guerra colonial e sua solução como um fator político e não militar, começaria a ser moldado em meados de 1972, pelo então general António de Spínola que integrou o governo e comandante-em-chefe das Forças Armadas da Guiné no período de 1968 a 1973. O apoio a ele referenciado, a *posteriori*, se estruturará com a ausência, senão na contramão da organicidade da Academia Militar para a formação da oficialidade intermediária no órgão. Em suma, com o grande despendimento de oficiais para a guerra colonial em várias frentes, a falta de oficiais para o Exército mostrava-se um problema, vindo então o Ministro da Defesa a publicar decretos¹⁸¹ que possibilitassem o aceleração na formação de oficiais para os capitães milicianos que assim o desejassem, num período de dois semestres de duração, enquanto que para um cadete que almejasse tornar-se alferes,

¹⁷⁷ CARVALHO, Luís Pedro Melo de. **O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril: do Marcelismo à queda do Estado Novo**. Dissertação apresentação para obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, 2009, p. 51.

¹⁷⁸ Cf. TORRALBA, Luís Reis. Marcello Caetano antes do marcelismo. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea*, t.19, 2007, pp. 49-73.

¹⁷⁹ Lei 3/71 de 16 de Agosto de 1971, Diário do Governo nº 192/1971, 1º Suplemento, Série I de 1971-08-16, Art. 1º.

¹⁸⁰ Lei 3/71 de 16 de Agosto de 1971, Diário do Governo nº 192/1971, 1º Suplemento, Série I de 1971-08-16, Artigos 4º, 5º, 43º, 133º.

¹⁸¹ Decreto-lei nº353, de 13 de julho de 1973 e decreto-lei nº409, de 20 de agosto de 1973.

necessitava de quatro anos na Academia Militar¹⁸². A organização deste corpo de militares de carreira viria a tornar-se balizada politicamente, trazendo para si a questão da guerra colonial e as possibilidades de solução.

General Spínola, que não integrou o Movimento de Capitães - movimento este que deu origem ao Movimento das Forças Armadas, composto em sua maioria por integrantes -[...] oriundos de sectores intermediários da sociedade, pouco politizados e limitados ao objectivo de pôr fim à guerra¹⁸³ - mas que teve base fundamental para o processo que desencadearia a Revolução em 74 apresentava, desde 1968, a deixa ao governo português de que a possibilidade de derrota por parte dos portugueses, na Guiné, era imprescindível, inevitável¹⁸⁴. Neste sentido, -Spínola fez muito para restaurar a confiança dos militares, implementou um amplo programa de ação cívica destinado a conquistar o apoio da população local e incorporou africanos à administração colonial e às forças armadas¹⁸⁵. Em 1972, Spínola busca um -cessar fogo e um encontro diretamente com o líder da insurgência, buscando um acordo passível do que havia proposto a Caetano e lhe é negado onde se mantêm a posição de militância e guerra nas colônias. Em 1973, após a morte de Amílcar Cabral¹⁸⁶, parte do território dominado pela guerrilha, declarar-se-ia independente e seria reconhecido, então, por 54 países além de receber apoio da União Soviética com material bélico¹⁸⁷.

Com a publicação do livro *Portugal e o Futuro*¹⁸⁸, Spínola apresentava a argumentação da resolução da guerra colonial através dos meios políticos, onde seu pessimismo quanto ao momento histórico fazia-se presente, quando afirma que -Portugal vive hoje, sem dúvida, uma das horas mais graves, senão a mais grave da sua História, pois nunca as perspectivas se apresentaram tão nebulosas como as que se deparam à geração actual¹⁸⁹.

¹⁸² PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. **Limites do ultramar português, possibilidades para Angola: o debate político em torno do problema colonial (1951-1975)**. Niterói: UFF, dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre. Universidade Federal Fluminense, 2009, p. 130-131.

¹⁸³ VARELA, Raquel. —Um, dois, três MFA...!: O Movimento das Forças Armadas na Revolução dos Cravos - do prestígio à crise. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.32, nº63, p. 403-425, 2012, p. 405.

¹⁸⁴ MAXWELL, Kenneth. **O Império Derrotado: Revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 54.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 54.

¹⁸⁶ Amílcar Cabral foi secretário-geral do Partido Africano da Independência da Guiné (PAIGC) e importante figura no processo de descolonização em África e nos movimentos de libertação. Caboverdiano de nascimento, foi educado na Universidade de Lisboa formando-se em engenharia, vindo a desenvolver importantes trabalhos e desenvolvimento na agricultura de Guiné e Angola.

¹⁸⁷ MAXWELL, op. cit., p. 56.

¹⁸⁸ SPÍNOLA, António de. **Portugal e o Futuro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974. Publicado no Brasil e destacado ser -Proibida a exportação para Portugal. Não cabe aqui uma análise aprofundada, mas, pertinentemente, apontar que o prefácio do livro é escrito no Brasil, por Carlos Lacerda.

¹⁸⁹ SPÍNOLA, António de. **Portugal e o Futuro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974, p. 21.

Defendia, portanto, que manter-se na guerra era –aceitar, de antemão, a derrotall ¹⁹⁰, apresentando uma análise de propostas para –consertarll os problemas da colonização. Segundo Peixoto, os cinquenta mil exemplares que foram soltos na primeira edição portuguesa, foram vendidos em apenas doze horas, além de contar com uma propagação enorme nos meios internacionais de comunicação¹⁹¹. Em suma, nos meios da política, seguindo a ótica de Spínola, Portugal deveria buscar respostas dentro da própria Europa, para manter os padrões do país, promover a industrialização, algo inviável uma vez que despendia praticamente metade dos gastos nacionais com as operações militares em África além de manter um exército de aproximadamente 170 mil homens¹⁹². Acrescenta-se a absoletaliedade da guerra, a defasagem demográfica na metrópole bem como o atraso nos princípios de colonização estendidos por tão longo tempo, nos parece um quadro demasiado pesado para manter-se.

Spínola concluiu que a chave para a luta não estava no mutável campo de batalha, mas na mente da população. Defendeu o claro reconhecimento do direito de autodeterminação, a necessidade de estabelecer instituições democráticas e de aceitar o governo da maioria das colônias. A seu ver, quando os africanos avaliassem suas escolhas, decidiriam permanecer ligados a Portugal em algum tipo não rígido de federação de Estados autônomos. Ele esquematizou detalhadamente uma possível estrutura para essa federação¹⁹³.

A recusa de Caetano frente à posição –federalistall de Spínola mostra-se clara quando diante da Assembleia Nacional ele retoma a ideia de que os povos africanos não compreendem a democracia ocidental, por não passarem do sistema tribal de organização; desta forma, acabam por implementar ditaduras militares e a tirania¹⁹⁴. Além disso, —seria a brecha facultada ao inimigo para, com mais descaramento do que já tem, espalhar suas mentiras, divulgar as suas doutrinas, incrementar junto da juventude e do povo em geral a campanha de intimidação já agora por tantas formas e em tantos campos posta em práticall ¹⁹⁵.

Em tentativa frustrada de afirmação de seu governo, Caetano convoca uma cerimônia –de subserviência da hierarquia militarll, ordenando que o general Spínola e o General Costa Gomes - primeiro nome dado pelos membros do MFA para liderar o país após a queda de

¹⁹⁰ MAXWELL, Kenneth. **O Império Derrotado: Revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 59.

¹⁹¹ PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. **Limites do ultramar português, possibilidades para Angola: o debate político em torno do problema colonial (1951-1975)**. Niterói: UFF, dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre. Universidade Federal Fluminense, 2009, p. 131.

¹⁹² MAXWELL, op. cit., p. 57.

¹⁹³ Ibidem, p. 57.

¹⁹⁴ PEIXOTO, op. cit., pp. 134-135.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 134.

Caetano - além de 120 dos mais altos escalões oficiais comparecessem para jurar a lealdade às políticas do ultramar; a não comparência e posterior exoneração de Spínola, Costa Gomes, Arriaga e outros, apenas fez-se reforçar a fraqueza e um caminho para a derrocada do regime¹⁹⁶.

O -Movimento dos Capitães, organizado, sobretudo, pelos oficiais menos graduados, precederia o MFA que viria a originar-se entre os soldados subalternos, que, além de questionarem o sistema de status e elevação do sistema do oficialato¹⁹⁷, também viriam a reclamar -[...] que não queriam ir mais para a guerra, que consideravam perdida¹⁹⁸. A composição deste movimento estava entre capitães e majores do quadro efetivo inicialmente, passando, posteriormente, a abranger alguns oficiais graduados -de confiança girando em torno de 200 compositores, sobretudo em Moçambique e Guiné¹⁹⁹. Portanto, -[...] o arrastamento da guerra ao longo de 13 anos sem vislumbre de qualquer solução política no quadro do regime de Marcello Caetano e a iminência de derrota abriram a crise nas Forças Armadas²⁰⁰. Sua posição em combinação de -marxismo eclético e nacionalismo²⁰¹ promoveu de forma positiva a interação do movimento junto aos movimentos independentistas em África durante a organicidade da revolução, bem como no processo posterior de descolonização, ainda que com seus desacordos, sobretudo em Angola²⁰².

O programa do MFA baseava-se em três pontos de simples desenvolvimento: democratização, desenvolvimento e descolonização. As propostas, que seriam mais facilmente integradas e propagadas se promovesse uma união ideológica e causal, não ocorreu, tendo no seio dos organizadores e componentes do movimento, ideias políticas divergentes. -Sua aglutinação não era resultado de nenhum objetivo conspiratório uniforme, e sim uma convergência de ressentimentos, uma perda do sentimento de utilidade e um afastamento emocional e intelectual em relação às longas guerras coloniais²⁰³. Desta forma, o processo de descolonização de fato se iniciaria com a Revolução e acabaria por comprometer a homogeneidade dentro do grupo e da força política do MFA, a partir das mudanças nas diretrizes do programa que diziam respeito às colônias.

¹⁹⁶ MAXWELL, Kenneth. **O Império Derrotado: Revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 59.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 60.

¹⁹⁸ VARELA, Raquel. -Um, dois, três MFA...: O Movimento das Forças Armadas na Revolução dos Cravos - do prestígio à crise. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.32, nº63, p. 403-425, 2012, p. 404.

¹⁹⁹ MAXWELL, op. cit., p. 63.

²⁰⁰ VARELA, op. cit., p.404.

²⁰¹ MAXWELL, Kenneth. As colônias portuguesas e a sua descolonização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 15/16/17, maio 1985, p. 539.

²⁰² Ibidem, p. 540.

²⁰³ MAXWELL, op. cit., p. 64.

A dissolução do precário e arcaico sistema nacional português via rumos semanas antes do 25 de Abril, quando o Presidente chega a confidenciar que –ele não vai fazer nada do que pode e eu não posso fazer nada do que devo [...] É fácil de prever o que nos vai acontecer: vamos ambos pela borda fora!²⁰⁴. Para Carvalho, ao preservar –a censura, a polícia política, o partido único, a restrição ao voto universal, a guerra colonial e os territórios ultramarinos, manteve, na essência, a estrutura do Estado Novo de Salazar, uma vez que as alterações produzidas tiveram efeitos mais semânticos que políticos²⁰⁵.

²⁰⁴ AMARAL, D.F. O Antigo Regime e a revolução: memórias políticas. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. Apud CARVALHO, Luís Pedro Melo de. **O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril: do Marcelismo à queda do Estado Novo**. Dissertação apresentação para obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, 2009, p. 145.

²⁰⁵ CARVALHO, Luís Pedro Melo de. **O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril: do Marcelismo à queda do Estado Novo**. Dissertação apresentação para obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, 2009, p. 35.

CAPÍTULO III

CONTRA A POLÍTICA “LIBERALIZANTE”: A VAGA ORGANIZATIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

*Em uma luta entre desiguais,
a indiferença é sempre a cumplicidade com o mais forte*
(Valério Arcary)

O PCP na organização dos trabalhadores no século XX

A fundação do Partido Comunista Português dar-se-á em 1921, onde traçava alcançar maior representatividade entre a classe trabalhadora com sua aproximação ao anarco sindicalismo e com os socialistas, durante as décadas de 30 e início de 40. Destaca-se que a partir da chegada de Álvaro Cunhal na liderança do partido, sua base política aumentaria. Maxwell determina que as ações dos comunistas bem como sua –psiquell foram alteradas ao longo de tantas décadas de clandestinidade durante o regime do Estado Novo²⁰⁶. A linha do partido concentrava-se, segundo ele, em –rigorosas linhas leninistas: pequenas células, disciplina severa, desconhecimento das identidades dos companheiros de partido e decisões tomadas de cima para baixo²⁰⁷, além de ser subserviente a Moscou. Cunhal, provindo da classe média-alta, estudou Direito em Lisboa e torna-se membro do Comitê Central (CC) do partido em 1936, passando 13 anos preso em Portugal além de 14 anos exilado no Leste europeu e também em Moscou. Para Rosas, o PCP se afirmou como sendo o único partido de representação de resistência com capacidade de se manter até o final do regime, mesmo com seus altos e baixos apresentados por uma forte organização central, a manutenção de uma imprensa clandestina e constante atividades regulares mesmo na ilegalidade²⁰⁸. Apesar dos problemas encarados ao longo da década de 30, o partido –[...] va ganhando influencia entre los sectores más combativos del obrerismo, de la juventud, de la intelectualidad de izquierda

²⁰⁶ MAXWELL, Kenneth. **O Império Derrotado: Revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 104-107.

²⁰⁷ Ibidem, p. 107.

²⁰⁸ ROSAS, Fernando. La oposición a la dictadura militar y al Estado Novo (1926-1974): la larga marcha de la izquierda portuguesa. **Ediciones Universidad de Salamanca, Stud. Hist.** N.21, 2003, pp. 137-154, p. 140.

y, a breve plazo, se convertia en la más importante fuerza organizada de la resistencia clandestina al régimen, lo que no quiere decir en su fuerza ideológicamente hegemónica²⁰⁹.

A partir do acidente que causou a incapacitação de Salazar e com a chegada de Caetano ao poder, ocorrendo a liberalização das eleições para os sindicatos organizados nos sindicatos corporativistas, o PCP torna-se forte dentro deste movimento sindical, chegando em 1970 a ocorrer a união dos sindicatos ligados ao partido através de uma organização centralizada chamada Intersindical. Para Maxwell, antes da revolução, os –comunistas estavam fortemente entrenchados nos sindicatos metalúrgicos e vinham ganhando influência entre os trabalhadores de colarinho-branco da classe média baixa, em especial nos sindicatos de bancários de Lisboa e Porto²¹⁰.

Em oposição ao PCP, origina-se a Associação Socialista Portuguesa (ASP) na década de 60 e também o Partido Socialista português (PS), em 1973. Destaca-se algumas figuras de proa neste movimento anti regime pela vertente do socialismo, sendo até meados da década de 60 o historiador Jaime Cortesão e o filósofo António Sérgio, passando a frente para os advogados Mário Soares e Francisco Salgado Zenha e também o editor do periódico *República* Raul Rego, tendo a fundação da Ação Socialista Portuguesa em 1964 em Genebra, rebatizada posteriormente como PS, na Alemanha Ocidental em 1973. Os vínculos do partido assentavam-se nos partidos socialistas da Alemanha Ocidental, da Suécia e da Grã-Bretanha, filiando-se à Internacional Socialista.

É importante destacar que o PS não tinha raízes profundas e muito menos uma base organizacional forte em Portugal anteriormente a 1974, ao contrário do PCP. A diferença compunha-se em que os integrantes comunistas eram mais velhos, enquanto o PS contava com –sangue novo, jovens sintonizados com os rumos por que tomava a Europa Ocidental, e, além disso, não tinham passado pelo desgaste da clandestinidade como os comunistas. –Não obstante, homens como Raul Rego, Soares e Salgado Zenha haviam corrido riscos consideráveis e tinham sido presos várias vezes por suas convicções. A força de sua dedicação era um fator que os comunistas tendiam a desmerecer e, conseqüentemente, subestimar²¹¹.

Os grupos de oposição, incluindo o PCP, concentraram-se até 1958 no Movimento de União Democrática (MUD), tendo dividido-se em 1958 em uma organização própria para as eleições os socialistas e os socialdemocratas, em torno da Comissão Eleitoral de Unidade

²⁰⁹ ROSAS, Fernando. La oposición a la dictadura militar y al Estado Novo (1926-1974): la larga marcha de las izquierdas portuguesas. **Ediciones Universidad de Salamanca, Stud. Hist.** N.21, 2003, pp. 137-154, p. 140. ²¹⁰ MAXWELL, Kenneth. **O Império Derrotado: Revolução e democracia em Portugal.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 108.

²¹¹ *Ibidem*, p.109.

Democrática. Maxwell defende que a base representativa após o golpe já estava planejada, onde –existia um grupo já pronto de indivíduos claramente identificados a quem os militares poderiam recorrer se desejassem formar um governo composto de homens cujas mãos estavam limpas de qualquer envolvimento com o regime derrubado²¹².

No ano de 1970, a política reivindicativa do Partido Comunista centrava-se nos seguintes pontos:

1. Pela liberdade de associação, de expressão do pensamento, de reunião, de manifestação, de greve e sindical;
2. Pela abolição da censura e pelo direito de informação;
3. Pelo reconhecimento a título permanente da existência legal da Oposição democrática e das suas organizações e meios de propaganda;
4. Pela libertação de todos os presos político, pelo regresso dos exilados, pela abolição das ‘medidas de segurança’, pelo inquérito aos crimes fascistas e abusos de autoridade, pela dissolução da Legião Portuguesa e pela dissolução efectiva da PIDE, agora escondida sob o nome de ‘Direcção Geral de Segurança’;
5. Pela gestão democrática das organizações de massas, designadamente dos Sindicatos Nacionais e Associações de Estudantes;
6. Pela satisfação das reivindicações económicas da classe operária e das massas laboriosas, relativas a salários, a preços, a impostos;
7. Pelo fim imediato da guerra colonial, insistindo na urgência de estabelecer contactos e negociações com os legítimos representantes dos povos de Angola, Guiné e Moçambique;
8. Por uma viragem na política externa na base de relações pacíficas com todos os povos²¹³.

O programa das Forças Armadas propunha o período de dois anos para a definição de um novo sistema, abrindo campo para disputas políticas até então proibidas. Desta forma, como os comunistas contavam com um maior poder organizativo no período anterior ao golpe, a facilidade de tomar frente diante dos sindicatos e das administrações locais fez-se presente e, como apontamos anteriormente, a formação da Intersindical no ano de 1970 ajudará na consolidação deste protagonismo. Ao integrar a consolidação da organização, Avelino Gonçalves enfatiza que –[...] tive a felicidade de participar de uma forma activa no Movimento Sindical Unitário, na Intersindical Nacional, que enquadrou e deu voz às camadas e sectores mais generosos e combativos dos trabalhadores portugueses - o que era um motivo mais de segurança, de confiança sobre o que havia para fazer naqueles tempos de gesta

²¹² MAXWELL, Kenneth. **O Império Derrotado**: Revolução e democracia em Portugal. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 110.

²¹³ **Avante!** Ano 39, série VI, n. 411, janeiro de 1970, p. 5.

históricall²¹⁴, além de, segundo ele, a Intersindical ter sido [...] uma das mais importantes forças impulsionadoras do processo democrático, teve um papel relevante na realização concreta da Revolução no plano das liberdades e direitos dos trabalhadores e um papel determinante no rumo de desenvolvimento económico e social que a Revolução imprimiu ao país²¹⁵. Somado a isso, o partido também organizou a criação de sindicatos que eram proibidos até então, como funcionários públicos e trabalhadores agrícolas, buscando uma maior aproximação com os trabalhadores.

Os Movimentos Estudantis contra o Regime

Portugal não se encontrava -adormecido²¹⁶ nos anos que antecederam a Revolução. Um exemplo marcante sobre tal questão pode ser representado, para além das greves e paralisações trabalhistas, no movimento estudantil, tanto universitário como secundarista.

A problemática da guerra colonial transpassava todos os setores da sociedade, com o auto custo que esta representava além dos efetivos em África alcançarem a casa dos 140.000 homens. A obrigatoriedade do alistamento ao serviço militar de dois a quatro anos também foi um fator acentuado para as pautas estudantis. Accornero aponta que a hegemonia do PCP no movimento estudantil era marcante na década de 1960, o que nos leva a analisar que a problemática da guerra em África é secundarizada nas pautas estudantis, sendo mais aflorada nos anos 70²¹⁷. No ano de 1961, início da guerra colonial, 11% dos jovens convocados para o serviço obrigatório no exército são refratários, número que sobe para 20% em 1973-1974²¹⁸, representando um maior índice de resistência ao problema africano. O processo de radicalização política no início dos anos 70, sobretudo a partir de novas organizações da esquerda e até mesmo um maior envolvimento com o movimento estudantil por parte do PCP, pode ser sobressaltado sobre o marco historiográfico refletido em 1969 com a crise da Reforma estudantil. Em nossa análise sobre estas manifestações através do *Avante!* e *Diário*

²¹⁴ GONÇALVES, Avelino António Pacheco. Três momentos decisivos na construção democrática. **O Militante**, nº 238 - Janeiro / Fevereiro, 1999. Consultado em 09 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.pcp.pt/publica/militant/238/p36.html>

²¹⁵ Ibidem.

²¹⁶ Cf. CRUZ, M.B. **Instituições Políticas e Processos Sociais**. Lisboa: Bertrand, 2000.

²¹⁷ ACCORNERO, Guya. A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo. **Análise Social**, nº 208, XLVIII (3º), 572-591, 2013, p. 576.

²¹⁸ Ibidem, p. 584.

de Lisboa, mostram-nos que a intensificação das reivindicações alcançaram maior influência de fato na década de 70, hipótese também defendida e sustentada por Guya Accordero²¹⁹.

No auge da –primavera marcelista, ocorre um evento que dará início a uma série de greves e manifestações estudantis que percorrerão os anos de governo de Caetano, com forte pressão sobre o governo. Em abril de 1969, constituindo o início da Reforma proposta por Veiga Simão, o edifício das Matemáticas da Nova Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra seria inaugurado e, nesta cerimônia, ocorre o veto à palavra do Presidente da Associação Acadêmica de Coimbra, fato que levará Caetano a sonoras vaias e a prisão do Presidente da Associação.

Esta Reforma do ensino, protagonizada por Veiga Simão - que será nomeado ministro da Educação Nacional em 1970 -, apesar de não cumprir todas as medidas propostas, irá culminar em novas quatro Universidades –públicas, em Guimarães, Braga, Aveiro e em Lisboa (Universidade Nova). Também, nesta reformam, cria-se o Instituto de Acção Social com fundamento em complementar o apoio aos estudantes, proporcionando a possibilidade de ingressar na Universidade a partir de provas de capacidade, sem comprovação de habilitações acadêmicas anteriores. Quanto ao ensino básico, o Ministério da Educação subiu para oito anos a obrigatoriedade do ensino, dividido entre ciclo primário e secundário, reforma esta que, aprovada em 1973 em Assembleia, passou a acatar a obrigatoriedade dos oito anos de ensino iniciais. O forte e politizado movimento estudantil garantiu a inaceitação da Reforma, em vistas à manifestações e fechamentos de escolas e Universidades. Como declama Caetano, –quanto entusiasmo posto em levá-la a cabo, quantas esperanças acalentadas a respeito dela! E quanta tristeza em ver como a tanto trabalho e a tanto esforço correspondia da parte da maioria daqueles que deveriam colaborar uma atitude de passividade e desconfiança, senão de franca e aberta hostilidade!²²⁰. Os descaminhos da Reforma fustigaram a abertura de uma arena de debates dos alunos, cientes que uma reforma no ensino não bastaria se não ocorresse uma ruptura do regime como um todo. É apenas o início da crise acadêmica que se instalará no país.

A virada dos anos de 1968-1969 contava com uma ligação política no meio acadêmico a partir das intensas lutas trabalhistas, sobretudo com os jovens trabalhadores que processavam este contato. A intensificação das lutas e das manifestações nas fábricas, sobretudo em Lisboa, serão um índice de apoio ao movimento estudantil com uma maior

²¹⁹ ACCORNERO, Guya. **Efervescência Estudantil: Estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)**. 338p. 2009. Universidade de Lisboa. Tese defendida para a obtenção do grau de Doutoramento em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais. Lisboa, 2009.

²²⁰ CAETANO, Marcello. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Record, 1974. p. 163.

radicalização ao passar dos anos. Para os grupos ligados à nova esquerda, resultado das eleições de 1969, muitos surgidos à beira do movimento estudantil, apontam o reflexo nas organizações operárias, que –apresentava uma inovação de repertórios, como comportamentos de baixa produção, até ao próprio boicote e à introdução de novas reivindicações, como os salários mínimos e os aumentos salariais iguais para todos²²¹.

Já no início de 1970, os estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa recorreriam duas vezes à greve, em forma de protesto contra a transferência de localidades de cursos. Em Coimbra, a luta mantinha-se, após o episódio com o presidente, por seus direitos associativos, contra a repressão do governo, manifestadas também em passeatas de ruas, sob repressão policial. Já na Faculdade de Engenharia do Porto há greves e, nos Institutos Superior Técnico e de Agronomia, em Lisboa, há debates sobre a problemática da reforma do ensino. A luta pelo não fechamento de cursos também ocorrem em Aveiro e no Porto. Algumas medidas são adotadas em favor das reivindicações dos estudantes, como a substituição do Ministro da Educação Saraiva por Veiga Simão, da mudança de Reitor e vice Reitor em Coimbra e do diretor do Instituto Superior Técnico de Lisboa. Algumas pautas são fortemente defendidas, como a autonomia das universidades, reforma do ensino e democratização do ensino.

As pautas de ação pelos estudantes pode ser traduzida sobretudo para

Que sejam arquivados todos os inquéritos e processos disciplinares e judiciais nomeadamente na Universidade de Coimbra, a par da normalização da vida associativa e escolar nesta Universidade; Que seja reconhecido o funcionamento legal de todas as Associações de Estudantes em todas as Faculdades e escolas do País; Que a participação real dos estudantes democraticamente eleitos na gestão da Universidade e na preparação da reforma do ensino seja um facto reconhecido²²².

Para Accordero, a expansão da difusão das pautas estudantis se estendeu para diversos setores sociais, como para os próprios professores e assistentes, chegando até os oficiais intermédios das Forças Armadas, onde –as temáticas sociais e políticas introduzidas pelo movimento estudantil contribuíram para criar uma intolerância cada vez maior, em variados setores sociais, em relação às instituições autoritárias²²³.

Em março de 1970 ocorre greve de solidariedade na Faculdade de Medicina em Lisboa em apoio às greves hospitalares e aos trabalhadores do setor, referidos por nós

²²¹ ACCORNERO, GUYA. A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo. *Análise Social*, nº 208, XLVIII (3º), 572-591, 2013, p. 583.

²²² *Avante!* Ano 39, série VI, nº 412, fevereiro de 1970. –Recuos e mais demagogia do governo ante a força do movimento estudantil, p. 4.

²²³ ACCORNERO, op. cit. p. 576.

posteriormente. Também destaca-se a busca em diversas universidades de trazer ao debate as questões relativas ao ensino, sendo no Porto e em Lisboa coagidas pela infiltração da PIDE. Registra-se que muitos alunos foram presos e enviados para a guerra colonial, exacerbando ainda mais a pauta anticolonial. Alunos do ensino secundário, no liceu de Castelo Branco, fazem greve por dias pela proibição de exposição de ideias progressistas. Destaca-se que os alunos de Coimbra e de o Instituto industrial reconquistam o direito de associação. Neste ínterim, Veiga Simão propõe a participação de dois alunos da Universidade do Porto e dois de Coimbra para comporem uma comissão da Reforma, a que ocorre um boicote pelos alunos por não haver clareza das intenções da comissão²²⁴. Já em maio de 1970, os estudantes de Coimbra veem-se vitoriosos ao conseguirem o arquivamento dos processos disciplinares bem como os estudantes que haviam sido incorporados no exército receberam autorização de retorno²²⁵.

O ano de 1970 decorre com muita repressão por parte da PIDE-DGS e de empoderamento policial dentro das universidades. Em 9 de maio, há repressão extenuante pelas forças da PSP com cassetetes e gás lacrimogêneo por uma reunião estudantil, seguida de uma manifestação com cerca de 1000 estudantes nas ruas de Coimbra, sendo uma face hipócrita na afirmação positiva do novo reitor na –pacificação‖ dentro da Universidade. Em apoio aos estudantes de Coimbra, os estudantes de Lisboa decretam greve geral e Veiga Simão suspende as aulas universitárias²²⁶. O PCP afirmaria, na altura, que

[...] a luta dos estudantes, afirma-se com grande continuidade à escala das três academias, alarga-se a liceus e a escolas técnicas, assume frequentemente uma poderosa expressão de massas, revela um vivo descontentamento e uma grande energia combativa e impõe abertamente o direito do movimento associativo intervir nos problemas nacionais²²⁷.

O final deste ano ficaria fortemente marcado pelo fechamento das principais Universidades do país, contestadas em manifestações de ruas seguidas de aguda repressão policial; ocorre também o impedimento da realização de uma Plenária na Universidade de

²²⁴ **Avante!** Ano 39, série VI, nº 415, abril de 1970. –Revigora-se a acção estudantil por uma verdadeira Reforma do ensinol, p. 4.

²²⁵ **Avante!** Ano 39, série VI, nº 416, maio de 1970. –Vitoriosos os estudantes de Coimbra, alerta contra a demagogia caetanista‖. p. 4.

²²⁶ **Avante!** Ano 39, série VI, nº 417, junho de 1970. –Terrorismo fascista na Universidade: as massas estudantis reagem contra a repressão‖, pp. 01-04.

²²⁷ **Avante!** Ano 39, série VI, nº 418, julho de 1970.

Lisboa, seguida de greve de toda a academia lisboeta no dia 16 tendo como greve de solidariedade os alunos de Coimbra no dia 18, movimento também seguido no Porto²²⁸.

O ano de 1971 iniciar-se-ia com prisões e ocupações das universidades pela polícia, onde oito estudantes são presos além de António Cordeiro, presidente da Associação Acadêmica da Faculdade de Direito. Em Coimbra, a Universidade fica ocupada pela polícia durante semanas, contando com mais de 30 alunos presos²²⁹. Em maio, ocorre o fechamento da Associação de Medicina da Universidade do Porto seguida de greve pelos estudantes e repressão policial²³⁰. No mês de novembro, o Comitê Central do PCP irá considerar e criar um movimento de organização nacional dos estudantes comunistas, com base nos ideais do marxismo-leninismo, de forma a educá-los —no espírito de fidelidade aos interesses da classe operária e do seu partido: para dar aos estudantes uma orientação correcta e abrir-lhe uma verdadeira perspectiva revolucionária [...] para forjar dirigentes capacitados e militantes de vanguarda da juventude estudantil. Após um intervalo de praticamente seis meses sem reportagens diretamente relacionadas ao movimento estudantil, o *Avante!* irá se pronunciar de forma a conduzir um movimento de –verdadeiras pretensões revolucionárias²³¹.

No mês de março de 1972, a União dos Estudantes Comunistas (UEC) seria então criada, grupo que reconhece –o papel dirigente do proletariado na revolução socialista e o P.C.P. como vanguarda revolucionária do proletariado de Portugal e fôrça política determinante no movimento antifascista²³², tendo também como objetivos específicos –unir, organizar e mobilizar os estudantes em torno dos grandes objetivos políticos do povo português, estreitar a ligação da luta estudantil com a luta da classe operária e das massas populares e dar-lhe uma perspectiva revolucionária²³³. Ainda destaca o jornal que os quatro grandes objetivos políticos da UEC pauta-se na –luta contra a ditadura fascista e pelas liberdades democráticas, contra a guerra colonial e contra o colonialismo, contra o imperialismo e pela verdadeira independência de Portugal, pelo socialismo e o comunismo, grandes ideais da juventude²³⁴. O PCP tentaria chamar para si a frente dos movimentos estudantis, condicionados às pautas e aos princípios dinâmicos do partido, ou, como melhor aponta Varela, –a política do partido é de compartimentar as lutas, não deixando que as lutas

²²⁸ *Avante!* Ano 40, série VI, nº425, 2ª quinzena de janeiro de 1971. –Os estudantes passam à ofensiva, p. 4.

²²⁹ *Avante!* Ano 41, série VI, nº 429, abril de 1971. —Apoio activo aos estudantes contra a repressão!, p. 5.

²³⁰ *Avante!* Ano 41, série VI, nº 429, maio de 1971. –Os estudantes do Porto respondem à repressão!, p. 6.

²³¹ *Avante!* Ano 41, série VI, nº 436, dezembro de 1971, p.4.

²³² *Avante!* Ano 42, série VI, nº 439, março de 1972. –Criada a União dos Estudantes Comunistas: ao trabalho camaradas!, pp. 01-04.

²³³ *Ibidem*, pp. 01-04.

²³⁴ *Ibidem*, pp. 01-04.

operárias se confundam com as lutas estudantis ou mesmo intersectoriais²³⁵. No entanto, a influência do partido nos movimentos estudantis em final da década de 60 e início de 1970 era menor se comparada aos grupos de extrema esquerda de maior conotação dentro do movimento estudantil, uma vez que o -PCP é um partido operário que antes de mais privilegia a direcção dos sectores produtivos da sociedade em detrimento do sector estudantil²³⁶.

O ano de 1972 inicia-se com o fortalecimento das unidades estudantis e também das ações de repressão. Em abril, ocorre o encerramento das instalações da Comissão Pró- Associação na faculdade de Letras de Lisboa, seguida de greve pelos estudantes do Direito e também greve dos alunos de Agronomia devido a afirmações racistas de um professor que teria insinuado que -tal como os adubos, também os homens negros são inferiores aos brancos²³⁷. Manifestações nas ruas de Porto e Coimbra são intensas neste mês e, segundo o *Avante!* no período de meados de março de 1971 a março de 1972, foram fechadas e proibidas seis Associações de Estudantes com intervenção policial pautada na violência. Seguidamente, no mês de maio, ocorre uma invasão da Universidade de Coimbra pela polícia após a proibição da realização de comemorações pelo 17 de abril, data do início das lutas escolares de 1968-69. Os estudantes iniciaram a Assembleia às portas da faculdade que foi seguida de confusão entre os alunos e a polícia²³⁸. O segundo semestre do ano de 1972 apresenta algumas vitórias da luta estudantil. Em agosto, ocorre greve de exames do IST com 99% de adesão dos alunos. -Os estudante de Económicas mantinham-se em greve geral às aulas e em todas as escolas e academias desenvolvia-se uma campanha de solidariedade aos estudantes do Técnico e Económicas²³⁹. Uma ponte de apoio é exercida pela Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros à greve dos estudantes. Diante da pressão exercida pela greve de exames e por sua repercussão, os alunos garantem por negociações a reabertura da Associação dos Estudantes bem como a homologação da direcção da mesma e a realização de novos exames para os que faltaram em decorrência da greve. No mês de setembro, dá-se a reabertura da Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, a homologação da eleição para direcção bem como a paralisação dos processos criminais contra diversos estudantes, após cumprirem 70 dias de greve de aula e também greve de exames²⁴⁰.

²³⁵ VARELA, Raquel. **A História do PCP na Revolução dos Cravos**. Lisboa: Bertrand Editora, 2011, p. 155.

²³⁶ *Ibidem*, p. 155.

²³⁷ *Avante!* Ano 42, Série VI, n° 440, abril de 1972. -Ações de massas contra a repressão e a provocação fascistas, p. 02.

²³⁸ *Avante!* Ano 42, Série VI, n° 441, maio de 1972. -Jornada de luta na Universidade de Coimbra, p. 2.

²³⁹ *Avante!* Ano 42, Série VI, n° 444, agosto de 1972. -Vitória de grande significado do movimento estudantil, p.6.

²⁴⁰ *Avante!* Ano 42, série VI, n° 446, outubro de 1972. -Nova vitória estudantil, p. 4.

No entanto, percebe-se um movimento de radicalização e maior pressão exercida pelos alunos, através das greves de exames, greves de aula, ocupações diárias e manifestações de ruas que, por vezes, eram seguidas da quebra de lojas de grandes redes. Em 12 de outubro ocorre uma manifestação contra o regime e em defesa da Associação recém reaberta, um grupo da DGS ataca e dispara sete tiros, matando o estudante de Direito José Ribeiro Santos e deixando outros tantos feridos²⁴¹. Accordero defende que o marco da radicalização estudantil encontra-se após a morte do estudante, –ocasião de duros choques entre estudantes e forças da ordem, com numerosas detenções, e a memória desta morte representou um significativo fator de mobilização e de radicalização para os anos seguintes²⁴². Se dispersa uma greve por toda a comunidade escolar em protesto contra a arbitrariedade policial, onde diversos estudantes são espancados e sessenta presos seguido de apoio massivo de outros institutos ao longo do país. No dia do funeral, ocorre confusão generalizada onde os policiais tentaram impedir o cortejo do corpo, acompanhado por mais de cinco mil pessoas²⁴³. A –violência revolucionária tomaria conta deste movimento, sendo defendido por grupos como MRPP e o PRP. Destaca-se também uma maior participação de alunos mais novos, secundaristas, onde Accornero levanta os índices de que 24% dos estudantes presos em 1973 possuíam menos de 19 anos.²⁴⁴

Já em início de 1974, período de maior repressão e prisões contra os estudantes, ocorre o fechamento do IST e instalação de monitoramento, proibição de matrículas, obrigatoriedade ao alistamento no exército e policiais a paisana dentro dos institutos, onde os alunos respondem com greve com intenso apoio docente e da Ordem dos Engenheiros. –É absolutamente necessário que os trabalhadores e as massas populares apoiem activamente a luta dos estudantes, não permitindo que o fascismo liquide as suas estruturas democráticas e as suas conquistas. Que todos os sectores desenvolvam acções de solidariedade e apoio, à corajosa luta dos estudantes!²⁴⁵. Ao longo dos quatro anos anteriores à revolução, constatamos também um intenso apoio à mobilização estudantil por parte do corpo docente das Universidades em um ciclo de formação de professores de esquerda que voltavam a propagar uma política contra o sistema em salas de aula. Accornero ainda salienta que a força

²⁴¹ **Avante!** Ano 42, Série VI, nº 447, novembro de 1972. –A PIDE-DGS assassinou um estudante: milhares de manifestantes gritaram nas ruas ‘_Fora a Pide!’, ‘_Abaixo a guerra colonial’, ‘_Abaixo o fascismo’!, pp. 01-06.

²⁴² ACCORNERO, Guya. A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo. **Análise Social**, nº 208, XLVIII (3º), 572-591, 2013, p. 576.

²⁴³ **Avante!** Ano 42, Série VI, nº 447, novembro de 1972. –A PIDE-DGS assassinou um estudante: milhares de manifestantes gritaram nas ruas ‘_Fora a Pide!’, ‘_Abaixo a guerra colonial’, ‘_Abaixo o fascismo’!, pp. 01-06.

²⁴⁴ ACCORNERO, op. cit., p. 581.

²⁴⁵ **Avante!** Ano 43, série VI, nº 462, fevereiro de 1974. –Não à Universidade Caserna!®, p. 4.

contra o regime na Faculdade de Direito de Coimbra era significativa a ponto de atingir o cerne da reprodução jurídica contra as próprias metas do Estado Novo marcelista²⁴⁶. Também da Faculdade de Direito saíram grupos estudantis dispostos à colaboração com os moradores do bairro da Boavista, promovendo manifestações e a quebra dos vidros do quartel da PSP bem como um intenso movimento de ocupações apoiadas por estes estudantes um mês antes do 25 de Abril²⁴⁷. A radicalização e expansão da luta estudantil mostrava-se mais eficiente em propagar-se em diversos nichos sociais.

Empiricamente constatado em nossa pesquisa, concordamos com Accornero quando esta expressa que os estudantes representaram a categoria social mais atingida pela repressão do regime, em seus anos finais, onde praticamente a metade dos presos políticos de 1973 e dos primeiros anos de 74 foram os estudantes, contabilizando, na média anual entre 1956-1974, 13% do total de prisões para este grupo social²⁴⁸; nos últimos quatro meses de regime, já contabilizava-se 43 prisões entre os estudantes, enquanto a média anual concentrava-se em 52 prisões e, em 1973, 39% das prisões recaíram sobre os estudantes²⁴⁹. Estes números nos indicam a via de contraposição entre uma maior radicalização do movimento e a insegurança do sistema político marcelista. Vários atores que atuaram no período revolucionário eclodiram nos anos anteriores ao 25 de Abril, potencializando a pressão exercida pelo fim do regime estadonovista e, sem dúvidas, o movimento estudantil esteve presente numa escalada nos setores de radicalização de suas manifestações e pautas.

3.2.1 “Ai senhores a gente morre aqui de fome...” os levantamentos de rancho e as mobilizações nos quartéis

A guerra colonial teve um papel fundamental em todas as estratificações das manifestações sociais em Portugal. A oposição nos quartéis esteve amplamente ligada às mobilizações estudantis, que apoiavam e defendiam os resistentes às leis e os desertores, chegando à negação jovem ao alistamento na casa dos 20% em 1973-74²⁵⁰. O intenso gasto econômico nacional com a guerra e o crescente número de soldados despendidos para África fomentavam uma ação intensa em resistência à corporação do Exército, sobretudo dos oficiais advindos do meio estudantil, a partir de seus próprios meandros. No entanto, estas ações eram

²⁴⁶ ACCORNERO, GUYA. A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo. *Análise Social*, nº 208, XLVIII (3º), 572-591, 2013, p. 588.

²⁴⁷ Ibidem, p. 588.

²⁴⁸ Ibidem, p. 576.

²⁴⁹ Ibidem, p. 576.

²⁵⁰ Ibidem, p. 584.

contrárias aos membros do PCP que, em etapas de diretivas políticas, inicialmente propuseram em 1961 um convite à deserção, seguida de deserção em massa para, posteriormente, motivar os militantes do partido a entrarem as Forças Armadas encarregados da missão de promover iniciativas e propagandas de boicote por dentro do organismo militar²⁵¹. –A própria polícia política assinalava um aumento de agitação nos quartéis e nas escolas militares, como a de Mafra – através de ações como deserções, roubos de material militar, propaganda subversiva – em coincidência com a incorporação militar dos principais atividades da crise académica de 1969²⁵².

Os –levantamentos de rancho¹ são os mais encontrados como forma de manifestação dentro dos quartéis: em 1970, no Regimento de Artilharia Ligeira 4 em Leiria, 120 soldados fazem protestos pela longa espera no refeitório e vão comer fora do quartel. No Batalhão de Sapadores os soldados protestam contra a qualidade da refeição servida, com gritos de –ninguém toca na comida!², onde o oficial do dia defende a ação. Na Escola da Armada, no Alfeite, 500 alunos fazem um levantamento de rancho. Os Cadetes de Mafra realizam um protesto pela morte de um soldado atingido por um petardo, e, em resposta, 500 soldados em vaias de –Assassinos!³. No Anexo do Hospital Militar de Lisboa, 800 –mutilados⁴ pela guerra realizam um levantamento de rancho. No Curso de Oficiais Milicianos, em Mafra, 700 milicianos abandonaram o juramento da bandeira²⁵³. No mês de março, na Escola da Armada, cerca de 2000 marinheiros recusaram-se a comer em protesto quanto à má qualidade e quantidade de comida²⁵⁴. Em Évora, ocorre a deserção de um pelotão completo que estava com data marcada para o embarque para África. Levantamentos de rancho ocorrem em Vendas Novas com 60 cabos milicianos; em Mafra 200 soldados também recusam-se a comer. Em alguns quartéis, narra-se o debate nas aulas de –psicologia e guerra subversiva⁵ sobre a guerra colonial. Ainda em Mafra, os instrutores recorrem à –ceral⁶ durante duas semanas no mês de novembro pelo não pagamento do subsídio a que tem direito²⁵⁵. Ao final do ano, em Vendas Novas, na Escola Prática de Artilharia, os soldados resistem à uma formação forçada na madrugada sob gritos de –fascistas!⁷. Em Santarém os soldados protestam contra a má alimentação batendo em seus pratos, ação reprimida pelo oficial do dia²⁵⁶.

²⁵¹ ACCORNERO, Guya. A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo. *Análise Social*, nº 208, XLVIII (3º), 572-591, 2013, p. 585.

²⁵² Ibidem, p. 586.

²⁵³ **Avante!** Ano 39, Série VI, nº 412, fevereiro de 1970, p. 5.

²⁵⁴ **Avante!** Ano 39, Série VI, nº 413, março de 1970, p.2.

²⁵⁵ **Avante!** Ano 39, Série VI, nº 416, maio de 1970, p.2.

²⁵⁶ **Avante!** Ano 40, Série VI, nº 422, novembro de 1970, p. 5.

Diversas manifestações, sobretudo as realizadas através da recusa em comer ou as batidas aos pratos dentro dos refeitórios, sintetizam o desgosto pela guerra colonial transversalmente às possibilidades de ação dentro dos quartéis. Os que não desertavam, buscavam outras formas de demonstrar suas pautas. Outra forma de manifestação recorrente em nossas pesquisas foi a recusa no juramento à bandeira ou esta feita de –má vontade!, sobretudo em Mafra, com forte influência de estudantes universitários obrigados ao alistamento. –Assim, se a incorporação dos ativistas estudantis tinham contribuído em parte para acalmar o meio universitário, esta solução criava uma situação perigosa no seio das próprias Forças Armadas e, sobretudo, na instituição para a qual foram encaminhados estes estudantes: a escola de Infantaria de Mafra²⁵⁷. Algumas ações revolucionárias tiveram curso nesta escola, como a fuga de oito estudantes que estava obrigatoriamente cumprindo o serviço militar, sobretudo alunos dissidentes que eram obrigados também ao alistamento, aumentando ainda mais as fileiras políticas dentro do seio da corporação. No ano de 1971, ocorre o levantamento de rancho em Sacavém, na Escola Eletromecânica em Lisboa. Em Mafra, tem-se distribuído documentos e panfletos contra a guerra colonial e o regime, seguidos de inscrições no quartel com frases de –queremos paz!! e –abaixo a guerra colonial!! Em Leiria, os quadros de aula foram preenchidos com as frases –Abaixo o exército colonialista!! e –Recusa-te a combater na guerra colonial!!, permanecendo por vários dias sem que ninguém os apagasse²⁵⁸. No mês de julho em Mafra, após a morte de 4 cadetes por afogamento devido aos duros exercícios, despontou o levantamento de rancho de mais de 800 cadetes com o abandono dos refeitórios do quartel. Os cadetes promovem uma reunião para discutir os problemas vivenciados no quartel e sobre os problemas gerais da guerra em África, que –confirma o amadurecimento de condições para uma decisiva resistência revolucionária a esta política no próprio interior das forças armadas! ²⁵⁹. No mês de novembro de 1971, 2000 marinheiros fazem levantamento de rancho contra a má qualidade da alimentação do quartel de Alfeite, seguido também por um levantamento em Cascais. Também em novembro no Grupo de Detenção, Alerta, Conduta e Interpretações (GDACI), mais de 400 soldados negam-se a comer. –Ai senhores a gente morre aqui de fome...!, entoam os soldados do 2º pelotão de Aveiro, em levantamento de rancho. Em Mafra, no mês de dezembro, inúmeros adesivos são fixados no quartel onde diziam: –Milicianos não querem a guerra!! e –Abaixo a

²⁵⁷ ACCORNERO, GUYA. A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo. *Análise Social*, nº 208, XLVIII (3º), 572-591, 2013, pp. 585-586.

²⁵⁸ *Avante!* Ano 41, Série VI, nº 429, maio de 1971, p. 2.

²⁵⁹ *Avante!* Ano 41, Série VI, nº 431, Julho de 1971, p. 4.

guerra colonial!], onde seguiram como meio de resistência a apatia no juramento da companhia²⁶⁰.

No ano de 1972, as manifestações se agudizam, e em Tavira, mais de mil soldados batem aos pratos pelo aumento da quantidade de comidas e ameaçam rancho para o jantar, ao passo que a quantidade de comida aumenta de forma a sufocar maiores manifestações. Em Mafra, após a visita de Caetano, há recusa de um pelotão em realizar uma visita ao governante²⁶¹. Em Figueira da Foz, ocorre um motim liderado por um grupo de soldados caboverdeanos do Regimento de Artilharia Pesada (RAP), destruindo diversos móveis. Em Vendas Novas mais de 100 cabos milicianos resistem ao juramento à bandeira enquanto em Mafra, dos 800 milicianos que deveriam apresentar-se, apenas 160 o fizeram. Em Cascais, devido à forte repressão de um comandante a um soldado, que ficou gravemente ferido, formou-se um batalhão em frente ao gabinete oficial e suspenderam serviços de caserna, cozinha e secretaria²⁶². Em Alfeite e na Escola de Fuzileiros no mês de junho, ocorre levantamento de rancho entre mais de mil marinheiros²⁶³. No mês de julho, em Coimbra, 200 soldados do Regimento dos Serviços de Saúde (RSS), levantaram rancho contra castigos arbitrários contra os soldados. Em Mafra, o juramento dos cadetes do primeiro ciclo foram realizados em baixa voz além de ter sido levantado um abaixo assinado pedindo o afastamento de um capitão²⁶⁴.

Em 1973, além das manifestações destacadas em África sobre a problemática da guerra colonial, os movimentos de inquietação dentro dos quartéis prosseguem. Em abril, ocorre um levantamento de rancho em Tavira, em Sacavém e em Campolide. No Hospital Militar, o descontentamento também pautava-se nas péssimas condições do hospital bem como contra a guerra colonial. Autodenominados de -doentes anticolonialistas], estes ameaçaram sair do hospital mesmo que sem autorização²⁶⁵. Em Mafra, os juramentos de bandeira passaram a ser feitos às portas fechadas, o que pode ser entendido como uma derrota para a propaganda militar e do regime. Em Alfeite, mais da metade dos cadetes da Reserva Naval recusaram-se a jurar a bandeira. Em Abrantes, ocorre levantamento de rancho por mais

²⁶⁰ **Avante!** Ano 41, Série VI, nº 437, Janeiro de 1972, p. 5.

²⁶¹ **Avante!** Ano 42, Série VI, nº 439, Março de 1972, p. 4.

²⁶² **Avante!** Ano 42, Série VI, nº 443, Julho de 1972, p. 4.

²⁶³ **Avante!** Ano 42, Série VI, nº 445, Setembro de 1972, p.2.

²⁶⁴ **Avante!** Ano 42, Série VI, nº 447, Novembro de 1972, p. 4.

²⁶⁵ **Avante!** Ano 43, Série VI, nº 454, junho de 1973, p. 4.

de 300 soldados²⁶⁶ e no quartel de Caldas da Rainha, chega-se a 600 soldados negarem-se a comer²⁶⁷.

Nos primeiros meses de 1974, as lutas intensificam-se em todos os campos. Nos quartéis, ocorre levantamento de rancho no forte da Ameixoeira; em Mafra, cadetes se recusam a participar do banquete e do juramento da bandeira no dia da –festa do cadete!. Na Academia Militar, metralhadoras foram apontadas para cerca de 120 alunos que gritaram –abaixo a guerra colonial!. Boicote à festa de natal com os internados nos Serviços Hospitalares Militares em Lisboa, onde ao invés dos 2000 internados assistirem à festa, apenas 100 compareceram²⁶⁸. No golpe falhado em 16 de Março, o seguinte documento é emitido pelo —movimento dos oficiais!:

Entendemos necessários, como condição primeira de solução do problema africano, da crise das Forças Armadas e da crise geral do País, que o poder político detenha o máximo de legitimidade, que as suas instituições sejam efectivamente representativas das aspirações e interesses do Povo. Por outras palavras: sem democratização do País não é possível pensar em qualquer solução válida para os gravíssimos problemas que se abatem sobre nós²⁶⁹.

As Forças Armadas eram sensivelmente o setor social mais estreito em relação à guerra colonial e também o setor que mais teve aproximação com a mobilização estudantil²⁷⁰. Como sintetiza Accornero,

a *resistência à incorporação* e emigração juvenil, juntamente com a extensão do conflito, provocaram uma constante falta de homens no Exército e, com efeito, um profundo mal-estar no setor mais diretamente envolvido, o dos oficiais intermédios, os quais muitas vezes eram ex-estudantes, ou pelo menos próximos, por idade e extração social, ao meio estudantil. Foram mesmo os oficiais intermédios a criar, em 1973, as primeiras células do MFA, autor da revolução e principal ator político dos primeiros momentos da transição democrática portuguesa.

As ações presenciadas nos quartéis ao longo do país colocam em evidência um amplo leque de questionamentos sobre o regime e sobre a guerra colonial, com descontentamentos e hostilidade, sobre as forçosas ações de instrução, a má alimentação, a obrigatoriedade da

²⁶⁶ **Avante!** Ano 43, Série VI, nº 457, Setembro de 1973, p. 5.

²⁶⁷ **Avante!** Ano 43, Série VI, nº 459, novembro de 1973, p. 4.

²⁶⁸ **Avante!** Ano 43, Série VI, nº 462, fevereiro de 1974, p. 2.

²⁶⁹ **Avante!** Ano 44, Série VI, nº 464, abril de 1974, p. 01.

²⁷⁰ ACCORNERO, Guya. A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo. **Análise Social**, nº 208, XLVIII (3º), 572-591, 2013, pp. 585-586.

disciplina arbitrária. Juntamente aos outros nichos sociais, as manifestações nos quartéis incidiram em uma pressão e organização mais aguda para a derrubada do regime.

O Movimento Operário português: do republicanismo ao fascismo

Em 1911 Portugal sairá da monarquia para vislumbrar um curto período de tempo sob a égide da República, para logo assentar uma *ditadura* de longos 48 anos. O histórico de lutas no país, mesmo que ainda incipiente, terá formação de organizações políticas em modelo autônomo do operariado industrial, tendo como possíveis influências a Comuna de Paris (1871) e da formação da I Associação Internacional dos Trabalhadores Portugueses, tendo como resultado a origem do Partido Socialista, em 1875²⁷¹. Com a expansão dos centros urbanos, as questões sociais tornar-se-ão mais latentes em relação às questões laborais e de moradia, ainda que a concentração industrial fosse pequena, as organizações de trabalhadores já existiam. Essa problemática será apontada por Varela²⁷² já no decorrer da Revolução como um fator desencadeante da dificuldade de abranger um maior espaço geográfico no país, uma vez que as organizações mais fortes e as indústrias como um todo, estavam desde o início do século, concentradas na região sul do país, sobretudo no entorno de Lisboa e Setúbal, sendo o norte, até hoje, característico de uma vida mais agrária e rural²⁷³.

Com a abertura da luta internacional da Revolução Russa somada à entrada do país na primeira Guerra Mundial, as organizações trabalhistas tomarão maior fôlego, com os anarcosindicalistas²⁷⁴ e com o surgimento da primeira Central Sindical Portuguesa (CSP), a União Operária Nacional (UON) entre os anos 1911 e 1917. Já em 1919 temos o ano de fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) que mobilizaria singularmente os trabalhadores no decorrer das repressões cada vez mais fortes a partir de 1921. Como apontou Netto [...] os governos republicanos punham as armas na rua para reprimir as manifestações populares, mas faltava-lhes força para fazer aplicar qualquer legislação que favorecesse o proletariado.

²⁷¹ ABADIA, Danúbia Mendes. **O Jornal Combate e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974-1978)**. 2010, 1-165, dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre. Goiânia, Universidade Federal de Goiás (UFG) – Faculdade de História, 2010, p. 20.

²⁷² VARELA, Raquel; ARCARY, Valério; DEMIER, Felipe Abranches. **O que é uma revolução? Teoria, história e historiografia**. Lisboa: Edições Colibri, 2015, p. 33.

²⁷³ NETTO, José Paulo. **Portugal: do fascismo à Revolução** apud ABADIA, Danúbia Mendes. **O Jornal Combate e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974-1978)**. 2010, 1-165, dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre. Goiânia, Universidade Federal de Goiás (UFG) – Faculdade de História, 2010, p. 22.

²⁷⁴ Corrente forte na luta operária do país no decorrer da primeira metade do século XX, enfraquecendo após a tomada do Partido Comunista Português nas questões dos trabalhadores, sobretudo na década de 1940.

Com o descontentamento das políticas republicanas e a ascensão do autoritarismo como uma solução a longo prazo, [...] conduziram apenas à intervenção militar e à subsequente proclamação do ‘Estado Novo’ por Salazar. Assim, o 28 de maio de 1926 vai se fazer muito mais no espaço aberto pela desmobilização sindical do que como resposta a ela²⁷⁵.

A primeira ação no sentido de constitucionalização e burocratização dos sindicatos se deu no ano de 1930. A questão dos sindicatos organizados por setores centrava-se na discussão se deveriam ou não manter diálogo aberto com o governo autoritário, com as características discutidas anteriormente. Desta maneira, lideranças populares dos sindicatos foram convocadas e uma divisão de opiniões se instala: os socialistas apoiavam o diálogo enquanto comunistas e anarco sindicalistas defendiam que apenas com a luta de classes as conquistas seriam efetivas²⁷⁶. A decisão final foi a da não participação nas propostas governamentais. Uma comissão (Inter-Sindical Pró-Defesa do Horário de Trabalho) foi montada em defesa dos direitos dos trabalhadores e a relação autônoma ganhou em não ter relações com o Estado. Esta comissão, vindo do seio comunista, passou a manter oposição com a CGT de cunho anarquista, desfazendo a liga que havia se constituído em 1930. Já os socialistas, buscando manter os sindicatos dentro da legalidade, obtiveram o conhecimento de –colaboracionista com o regime. No início dos anos 1930, portanto, três correntes sindicais disputavam a supremacia sindical: os socialistas, comunistas e anarquistas²⁷⁷.

Com a instauração do Estado Novo em 1933 e com a organização institucional dos elementos estatais, foram criados o Estatuto do Trabalho Nacional e o Instituto Nacional de Trabalho e Previdência que se submetiam ao secretariado das Corporações e Previdência Social. Pelo decreto-lei 23.050, os sindicatos eram reunidos nos Sindicatos Nacionais onde o Estado tinha extensos poderes de 1933 a 1944. Após a divulgação do decreto, uma greve geral é convocada e deflagrada, com seus sucessos e insucessos, representando a força e existência de um movimento operário no país. Para Ângelo Novo, a derrota deste evento operário e a adoção do Decreto, seriam expressos na –fascização dos sindicatos destruindo a possibilidade da organização autônoma, onde a CGT [...] desapareceu da vida social

²⁷⁵ ABADIA, Danúbia Mendes. **O Jornal Combate e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974-1978)**. 2010, 1-165, dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre. Goiânia, Universidade Federal de Goiás (UFG) – Faculdade de História, 2010, p. 24.

²⁷⁶ MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Corporativismo e trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal e no Brasil. In. **O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo** (org.) MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 58.

²⁷⁷ Ibidem, p. 60.

portuguesa e os anarquistas deram o último sinal de actuação pública atentando contra a vida do ditador Salazar, em Julho de 1937²⁷⁸. Uma das medidas deste decreto estabelecia que cada profissão deveria ter um único sindicato que o representasse. O decreto fazia com que os sindicatos seguissem as seguintes normas:

[...] hierarquia dos interesses, que subordina os interesses particulares aos da economia nacional; colaboração com o Estado e com as outras classes; e nacionalismo, que limita a ação dos sindicatos exclusivamente ao plano nacional, em respeito absoluto aos ‘superiores interesses da Nação’. O legislador determinava ainda, que os estatutos dos sindicatos deveriam conter não só a afirmação de fidelidade ao nacionalismo e à colaboração social, como a declaração de ‘renúncia’ a toda e qualquer atividade contrária aos ‘interesses da Nação portuguesa’ além do exposto ‘repúdio da luta de classes’²⁷⁹.

Com data limite de 31 de dezembro para que os sindicatos se enquadrassem, assembleias foram realizadas e das 38 associações que se mobilizaram, 15 se recusaram e 23 aceitaram as condições havendo um empate. Os que não aceitassem, deveriam se dissolver. Muitos aceitaram para entrar nos enquadramentos e legalidade do Estado originando, segundo a vertente historiográfica de Martinho²⁸⁰, uma –horizontalidade e pulverização do movimento sindical, mesmo que um não acarrete ao outro; havia exceções como é o caso dos ferroviários e pescadores.

Assim, em 1933 impõe-se pelo Estado a unicidade sindical, a ampliação do número mínimo de trabalhadores por sindicato e o estabelecimento do distrito como unidade geográfica. Funda-se os SASs (Serviços de Acção Social) para o controle da vida dos sindicatos portugueses. O Estado começa a rigorosa fiscalização no cumprimento da carga horária máxima bem como dos salários, atraindo aliança dos sindicatos. A adesão espontânea dos trabalhadores nos sindicatos não ocorre com tanta recorrência, sendo criadas duas categorias: a de sócio do sindicato e a do contribuinte obrigatório, apenas pertencente à classe. Para Abadia, com o carácter corporativista que o Estado Novo compunha, propunha-se –[...] uma economia de regulação onde a ação do Estado funcionou para reordenar os conflitos sociais, tendo por fim a ação de controle dos/as trabalhadores/as como garantia da paz social,

²⁷⁸ NOVO, Ângelo. O 18 de Janeiro na historia das ideias. In. **Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX**. (coord.). VARELA, Raquel; NORONHA, Ricardo; PEREIRA, Joana Dias. Lisboa: Edições Colibri, 2012, p. 106.

²⁷⁹ MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Corporativismo e trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal e no Brasil. In. **O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. (org.). MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 62.

²⁸⁰ Ibidem.

quer dizer, do silêncio dos/as trabalhadores/as²⁸¹. No contexto da Segunda Guerra Mundial Salazar busca manter uma política de equilíbrio, se aproximando mais do modelo político do Eixo, onde mantinha uma relação histórica e dependente com a Inglaterra, tendo neste período um crescimento industrial que não conseguiu dar conta das demandas necessárias de ações sociais, bem como ocorre –uma estagnação no campo com resultados particularmente trágicos em um país estruturalmente agrário. Em outras palavras, a euforia econômica se realizava a partir da superexploração do trabalho urbano e rural²⁸².

Como discutido anteriormente, os anos de 1943 a 1947 colocaram em dúvida a sobrevivência do Estado Novo, quando este ao fim da guerra teve de colocar-se no sistema –democrático dos aliados. Dentro do Estado mantinha-se uma crise para satisfazer os interesses populares e da elite. A partir desta conjuntura, em lei decreto de 36.173 o Estado afasta-se dos contratos de convenção coletiva deixando as partes interessadas se resolverem: as organizações trabalhistas e os empregadores²⁸³.

A corrida pela industrialização e urbanização do país cria vigor a partir da década de 50, desdobrando as atas reivindicativas de acordo com os novos problemas enfrentados. Em paralelo, a quebra na produção agrícola é enorme, transferindo para as cidades e para as indústrias pessoas ainda acostumadas na cultura rural, com pouca ou nenhuma experiência no modo de produção capitalista. Em contrapartida, o comércio aumenta, os transportes modificam-se e ocorre um aumento significativo no quadro de empregados do funcionalismo público, mostrando –um país em profunda mudança, mais desenvolvido, mais urbano e mais moderno²⁸⁴.

A situação opressiva e péssimas condições de trabalho se intensificarão, sobretudo, na década de 1960 com a forte inserção do modo de produção industrial capitalista, na busca pela concentração e centralização do capital, configurando-se na tentativa de controle dos trabalhadores, reprimindo as lutas sociais. Ainda assim, observa-se que a movimentação na

²⁸¹ ABADIA, Danúbia Mendes. **O Jornal Combate e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974-1978)**. 2010, 1-165, dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre. Goiânia, Universidade Federal de Goiás (UFG) – Faculdade de História, 2010, p. 25.

²⁸² MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Corporativismo e trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal e no Brasil. In. **O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. (org.). MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 68.

²⁸³ *Ibidem*, p. 69.

²⁸⁴ SUÁREZ, Miguel Ángel Pérez. **Contra a exploração capitalista: Comissões de trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)**. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2008. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em História dos Séculos XIX e XX. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2008, p. 22.

formação autônoma dos operários, em desacordo com as situações de exploração e baixos salários foi constante, sobretudo no último trimestre de 1973.

As lutas operárias na propulsão da Revolução (1970-1973): um debate teórico

O movimento operário em Portugal, com reivindicações que expressam a relevância e consciência do movimento ao longo dos quatro anos que antecedem a Revolução, são representativos para que nossa teoria seja aqui defendida. Apresentaremos uma breve discussão teórica, seguida de uma análise de dados e, posteriormente, qualitativa destes movimentos, funcionando como um dos basilares no desencadear do 25 de Abril. O descontentamento na metrópole com o sistema autoritário em suas perspectivas da problemática econômica face a desestruturalização da produção industrial, do desemprego e da falta de suporte para as condições laborais; a repressão e supressão de direitos; da falta de projetos que visassem melhoramentos na vida social como habitação, saúde e educação; a insustentável política ultramarina com as impossíveis despesas da guerra colonial bem como o fator ideológico da mesma são fatores que destacam-se para as manifestações de norte a sul do país no alvorecer da Revolução dos Cravos.

Ao buscarmos uma representação do cenário trabalhista no período de 1970 às portas do 25 de Abril de 1974, utilizaremos o periódico *Avante!*, jornal que circula pelo país através do Partido Comunista Português. Publicado durante o Estado Novo como *Avante! Clandestino*, manteve-se circulante com tal denominação de 15 de fevereiro de 1931 até o 25 de abril de 1974, sendo o jornal comunista que por mais tempo conseguiu manter frequência nas edições sob um regime autoritário. O periódico foi e ainda é organizado e publicado pelo PCP, e durante o regime salazarista/marcelista foi importante ferramenta na orientação e mobilização da classe operária e dos mais diversos setores trabalhistas no país, atividade atuante até os dias de hoje. Até os anos 1940, sua publicação não foi regular devido à censura tanto dos meios de informação como do próprio partido, alcançando a regularidade mensal a partir de 1941, com a direção do partido assumida por Álvaro Cunhal e tendo atribuída a maior tiragem do jornal nesta década, em torno de 10 mil exemplares²⁸⁵. Destacamos a importância deste veículo de informação dentro do sistema que compunha a sociedade portuguesa, e, sobretudo, no período que propomos trabalhar.

²⁸⁵ –O *Avante* na História do Partido. Disponível em: <http://www.pcp.pt/avante-clandestino>. Consultado em 01/11/2015.

Não pretendemos fazer uma análise esgotada das reivindicações trabalhistas no período, mas sim utilizar como representação a existência e intensidade destes movimentos como indicativo de resistência em busca de mudanças na sociedade e, para tanto, o jornal *Avante!* cumpre nosso objetivo, mesmo que de forma parcelar. O país vivia durante esses anos um ainda forte caráter repressivo de manifestações, reuniões e direito de expressão. A polícia política do regime do Estado Novo era frequentemente convocada para apaziguar confrontos, bloquear a entrada de funcionários, e até mesmo dirigir-se às residências de trabalhadores para promover interrogatórios. Ao organizarem-se através dos órgãos de unidade dentro das indústrias, fábricas e cooperativas demonstravam uma marcante consciência de que com a luta, poderiam alcançar melhorias laborais. Portanto, escolhemos mapear os movimentos organizativos que não se apresentam ligados à sindicatos no momento de suas lutas reivindicativas, buscando mostrar a organização operária a partir de outra face: a face da consciência do poder da luta de classes.

Para expor estas perspectivas de lutas e reivindicações, faremos uma breve exposição sobre *classe e consciência de classe* através do prisma de Edward Thompson, sem nos atermos às algemas metodológicas conceituais que a teoria muitas vezes nos obriga a trilhar. Gostaríamos de propor, portanto, um caminho desimpedido de amarras e correntes historiográficas sobre estes tais conceitos.

3.4.1 A luta reivindicativa da classe operária: Uma análise segundo Edward Thompson

-Toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse²⁸⁶: a relação do econômico com o cultural, da política e da vida social são elementos reguladores na prática histórica de Thompson. Ao buscarmos a experiência individual e coletiva na formação da identidade, da classe ou das frações de classe, assumimos, como historiadores, a expectativa de compreender a base da consciência histórica dos envolvidos no processo, buscando tornar a classe um fator não só teórico, mas passível de ser compreendido nas relações sociais. A perspectiva thompsoniana nos aparenta -[...] a memória social, de modo que as pessoas puderam definir novas perspectivas, na medida em que passaram a compreender de outro modo a formação do presentel²⁸⁷. Atribuir ao sujeito, enquanto

²⁸⁶ THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.189.

²⁸⁷ INGLIS, Fred. *Apud* MORAES, Maria Célia Marcondes de. MÜLLER, Ricardo Gaspar. -História e experiência: contribuições de E. P. Thompson à pesquisa em educação. **Perspectiva**. Florianópolis, v.21, .02, p.329-349, p. 332.

pertencente a uma classe, a –responsabilidade de suas expectativas, uma vez que este possui a noção da consciência de sua influência no campo das mudanças, faz-se primordial para o entendimento da análise dos movimentos trabalhistas no período referido.

A maneira como o trabalhador é visto na história e na produção historiográfica nem sempre relaciona os fatores da –experieñcial, –consciencial e inserção nos modos de produção do momento analisado, de forma a destituir da força do trabalho, e de quem o promove, como apenas um agente passivo na vivência mundana. Sobretudo após a Revolução Industrial, o único bem que nasce com o homem é sua capacidade de trabalho, de oferecer sua capacidade intelectual e física em troca de meios para sua sobrevivência. O homem no século XX sobrevive, pautado unicamente na sua condição de trabalho. Ao trocar e compartilhar experiências individuais ou coletivas, a formação da classe adota a função de encarar a exploração econômica, as desigualdades e opressões políticas, resultando na inserção do trabalhador como agente ativo. A partir da Revolução Industrial, as nuances da exploração tornam-se mais claras atingindo os níveis da economia, do social e da cultura, sendo, para Thompson, fatores indissociáveis para a compreensão da formação da classe²⁸⁸.

Todo material de consumo produzido no mundo capitalista, todas as mercadorias de ostentação e valorização como obrigatoriedade social provêm da força de trabalho do homem, sendo esta sua única ferramenta de sobrevivência neste cenário de capitalismo exacerbado. Ou ainda como nos aponta Marx, –[...] no decurso da produção capitalista, desenvolve-se uma classe operária que, por educação, tradição, hábito, admite as exigências daquele modo de produção como evidentes leis da Natureza²⁸⁹. A valorização do trabalho como meio analítico no campo da história é elemento e contribuição fundamental para entendermos as disputas sociais na esfera das transformações.

Na década de 1970, a luta dos trabalhadores alcança maior número e uma maior possibilidade de movimentação, visto que a efervescência política do momento impossibilitava maiores divulgações nos meios de informação, ao passo que apenas jornais não formais conseguiam expor as lutas reivindicativas dos trabalhadores. O início dos anos 70 também representa uma aderência dos movimentos trabalhistas não apenas do operariado: ocorre em Lisboa e no Porto em 1970 e 1971 a greve dos médicos; em 1973 a greve dos empregados bancários e ainda em 1973 a aderência do setor administrativo da TAP

²⁸⁸ POPINIGIS, Fabiane. –E.P.Thompson e a experiência da classe trabalhadora. AMORIM, Henrique; SILVA, Jair (orgs.) **Classes e lutas de classes**. São Paulo: Annablume, 2015, p. 164-165.

²⁸⁹ MARX, Karl. —A Chamada Acumulação Original; 3. Legislação Sangrenta contra os Expropriados desde o fim do século XV. Leis para o rebaixamento de salários. *O Capital*. Acesso em 24 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/cap24/cap01.htm>

(Transportes Aéreos Portugueses) e na CP (Caminhos de Ferro) que virá a demonstrar ainda mais a instabilidade vivida no país, por atingir diferentes nichos da classe trabalhista²⁹⁰. As principais reivindicações das greves ocorridas na década de 70 são o aumento salarial e melhorias na condição de trabalho. Conta-se também a exigência do 13º salário, redução de horas semanais para 40, direito a férias subsidiadas e a proibição de despedimento sem justa causa.

Desta forma, a crise econômica que deflagrava em 1973, resultante de uma recessão mundial promoverá baixas abruptas do PIB nos países de economia central, causando reflexo ainda maior nos países –periféricos. Em Portugal, segundo Varela, a taxa de variação do PIB passa de 11,2% em 1973 para 1,1% em 1974 e -4,3% em 1975²⁹¹. Tal crise exercerá uma maior mobilização dos trabalhadores por direito ao emprego, aumentos salariais, promoção dos direitos sociais e tentativas de frear a diminuição de carga horária e, conseqüentemente os cortes de salários e de funcionários.

As condições de luta e consciência da situação em que o país passava bem como da possibilidade de mudanças a partir de novas diretrizes trabalhistas tornar-se-ão mais evidentes durante o período revolucionário. Logo, temos diante de nós a reflexão da primazia da luta na classe dos trabalhadores urbanos, sobretudo os operários industriais. A luta por mudanças dos trabalhadores urbanos consiste em um –inquestionável protagonismo político²⁹², sendo o –mais poderoso movimento social organizado, e a história do século que se encerra, foi em grande medida a história do confronto, em alguma décadas sob a forma da disjuntiva revolução/contra-revolução, entre o proletariado e seus aliados e a preservação da ordem capitalista²⁹³. A formação da classe trabalhadora, para Thompson, estabelece-se por um conjunto de dinâmicas que são indissociáveis à classe social, que –ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas²⁹⁴ e nas condições da experimentação e consciência. Dessa forma, a classe não é uma estrutura monolítica, mas sim um processo, uma conjunção de práticas coletivas que de forma articulada decorre junto aos domínios econômicos, políticos e ideológico/cultural. Se compreendermos o processo da

²⁹⁰ VARELA, Raquel Carneira. A persistência do conflito industrial organizado: greves em Portugal entre 1960 e 2008. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 3, n.6, pp. 151-175, 2011.

²⁹¹ VARELA, Raquel Carneira. A revolução portuguesa de 1974-1975 e o seu impacto na transição espanhola para a democracia vista através da imprensa clandestina espanhola. **Espacio, Tiempo y Forma**. Série V, t.21, pp. 267-287, 2009, p. 268-269.

²⁹² ARCARY, Valerio. **As Esquinas Perigosas da História**: Um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2000, p. 147-148.

²⁹³ Ibidem, pp. 147-148.

²⁹⁴ THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa** (vol. 1). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9.

formação da classe a partir do princípio da consciência de classe em seus termos relacionais, sobretudo na questão da experiência individual e coletiva, teremos, para o caso de Portugal, um aporte teórico que sustenta a capacidade organizativa dos movimentos que se desenvolvem e se fortalecem, sobretudo, ao longo do período autoritário e no desenrolar do processo revolucionário. Contudo, se as –relações de produção defin[e]m o meio em que as pessoas vivem, não determinam automaticamente sua consciência, e sim a maneira como significam, individualmente ou em grupo, a experiência vivida, que é a mediadora entre o ser social e a consciência social²⁹⁵. Desta forma, a experimentação do homem dar-se-á em seu tempo, condicionará e contribuirá nas condições de sua existência.

Thompson parecia a noção de processo na construção e do –fazer-se da classe, colocando como argumento que a classe é agente ativa ao fazer-se a si própria e –passiva ao ser atingida e sofrer os processos construídos historicamente, história essa construída por homens e mulheres envolvidos em seus processos de manutenção. Com isso, como aponta Popinigis²⁹⁶, Thompson –alçara os trabalhadores à condição de sujeitos de sua própria história, colocando-os frente às escolhas conscientes baseadas em suas próprias –experiências. A autora aponta, a partir desta perspectiva, o distanciamento que Thompson cria com os pressupostos economicistas, onde a classe trabalhadora era tratada como reação, resultado e –subproduto do modo de produção capitalista após a revolução industrial. Para ele, a formação da classe operária além de conter o sentido processual é também –relacional, na medida em que ela encontra-se em processo e em relação com sua existência. –A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seu interesse entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus²⁹⁷.

A classe operária em Portugal ganha força com a experiência adquirida ao longo dos anos repressivos do Estado Novo para uma margem de conquista com a possibilidade aberta pela Revolução de Abril. Experiência somada à consciência das condições de possibilidade que a classe adquiriria se tomasse frente dos processos de produção e introduzisse a participação na arena política. As ações –reformistas tomadas ao longo do Processo Revolucionário em Curso (PREC - nacionalização de diversos setores, com destaque para a

²⁹⁵ POPINIGIS, Fabiane. –E.P.Thompson e a experiência da classe trabalhadora. AMORIM, Henrique; SILVA, Jair (orgs.) **Classes e lutas de classes**. São Paulo: Annablume, 2015, p. 167-168.

²⁹⁶ Ibidem, pp. 164-165.

²⁹⁷ THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. Apud POPINIGIS, Fabiane. –E.P.Thompson e a experiência da classe trabalhadora. AMORIM, Henrique; SILVA, Jair (orgs.) **Classes e lutas de classes**. São Paulo: Annablume, 2015, p. 164.

banca; reforma agrária; melhoria de salários e condições laborais; evolução no sistema universitário e dos ciclos básicos), adquirem um caráter revolucionário ao terem sido conquistadas com estratégias e métodos próprios dos trabalhadores, como greves, ocupações de terra, controle e autogestão nas fábricas, muitas vezes através de organismos autônomos, fugindo do controle partidário e sindical, contando até mesmo com assalariados agrícolas e muitas vezes com o apoio das Forças Armadas²⁹⁸.

Tomarei aqui a liberdade de transcrever uma entrevista realizada através do canal RTP, em Abril de 1976, na calda do momento revolucionário em uma assembleia de trabalhadores comuns da Companhia União Fabril (CUF). Durante a década de 60, mas, sobretudo em 70, concretiza-se a transferência do campo para as cidades, sendo o operariado em sua maior parte composto por jovens que buscaram fugir da guerra colonial ou, ainda, integrantes já antigos neste processo, em sua maioria analfabetos e ainda pouco qualificados para os serviços produtivos industrializados. O debate entre os operários sobre a sua função na construção de um novo modelo de sociedade, conscientes de sua participação ativa, faz-se presente:

Jornalista: A maioria da população portuguesa de uma forma ou de outra tem apoiado os partidos que pretendem o socialismo. Por isso quero que me respondam, antes de mais, o que entendem por socialismo?

Operário Um: Eu entendo o socialismo... a gente às vezes aí, *pá*, falamos uns com os outros... eu entendo o socialismo nestes moldes: quando não há efetivamente exploração do homem pelo homem e que os meios de produção passem para as posses dos trabalhadores. Evidentemente, eu tenho uma ótica do socialismo em que admito que haja o pequeno comerciante, o médio industrial, o pequeno industrial e o médio comerciante. E, *pá*, tenho uma ótica em que não há exploração do homem pelo homem, efetivamente! Não é demagogia dizer que há socialismo desta ou daquela forma, onde não haja efetivamente exploração do homem pelo homem.

Jornalista: Mas o que quer dizer a exploração do homem pelo homem?

Operário Um: É um homem não pode explorar outro homem.

Jornalista: Portanto, será primeiramente estatizar as empresas?

Operário Um: Quer dizer, eu entendo que... talvez um camarada mais me possa dar uma ajuda, que eu agora fui apanhado de surpresa.

Operário Dois: Pois, eu poderei dar mais uma achega. Apenas a estatização das empresas não irá resolver, *pá*, os problemas dos trabalhadores, *pá*, portanto é fundamental que os trabalhadores lutem para conseguirem efetivamente o poder político, na medida em que um governo colocado pelo povo e servindo os seus interesses poderá garantir os direitos dos trabalhadores. Eu considero que a nacionalização é um passo importante para o socialismo, mas não chega. É curto. Nós podemos ter várias empresas nacionalizadas, mas se o governo é da burguesia, não serve os interesses dos

²⁹⁸ VARELA, Raquel; ARCARY, Valério; DEMIER, Felipe Abranches. **O que é uma revolução? Teoria, história e historiografia**. Lisboa: Edições Colibri, 2015, p. 36.

trabalhadores. Efetivamente, a nacionalização é uma mudança de padrão – o padrão passa a ser o Estado.

Jornalista: Portanto, segundo a sua definição, socialismo seria um governo realmente socialista e a estatização?

Operário Dois: Não, não chega! Terá que haver os meios de produção deixarem de ser privados, um governo dos trabalhadores. E outra condição indispensável, *pá*, que é a participação efetiva dos trabalhadores na condução dos seus próprios destinos. São as três condições que eu considero básicas para se atingir uma sociedade em que se acabe a exploração do homem pelo homem.

Operário Três: Eu acho que o controle operário...hã... aliás isso tem sido afirmado por muitos dos trabalhadores, não é um controle dos operários sobre outros operários, ou de trabalhadores sobre outros trabalhadores, as um controle a todos os níveis porque nesse controle operário não serão só integrados operários, pois serão integrados trabalhadores a todos os níveis, o operário terá a sua parte de controle assim como outras profissões terão também a sua parte do controle dessa empresa ou dessa fábrica. Neste capítulo terão integração também outras profissões como economistas, médicos, engenheiros, todos eles terão que ser colocados também nesse mesmo controle operário (...). Pois, *pá*, esse problema do controle operário é um problema que nos preocupa desde há bastante tempo e estamos atualmente numa fase de trabalho no sentido da implantação do controle operário na CUF (...). O controle operário só será eficaz a médio prazo porque deverá ser acompanhado de outra tarefa completamente diferente, que é a capacitação dos trabalhadores. Quem lida com a classe operária e com outros trabalhadores conhece perfeitamente a capacidade da grande maioria dos trabalhadores. **Mas um trabalhador hoje em dia trabalhando 8 a 10 horas, num trabalho repetitivo, que o mutila, não pode desenvolver a sua personalidade, inteligência, e ao fim de um dia de trabalho, está suficientemente cansado para poder adquirir cultura necessária para se ocupar dos grandes problemas de gestão, não só da fábrica mas de toda a sociedade**²⁹⁹.

Perceberemos neste diálogo, a conquista da capacidade reflexiva política e social, da inserção destes trabalhadores no caminho de mudanças por suas próprias vias, alcançando debate nos mais diversos espaços conquistados pela Revolução. Apesar de ser apenas uma amostragem, muito bem caracteriza o espírito da classe operária no período por nós estudado: discutir-se o *socialismo no chão de fábrica*. –Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real³⁰⁰.

3.5 As lutas operárias sobre o prisma do Avante! Clandestino

²⁹⁹ **Arquivo RTP**. À procura do Socialismo, 21 de abril de 1976. *Apud* VARELA, Raquel; ARCARY, Valério; DEMIER, Felipe Abranches. *O que é uma revolução? Teoria, história e historiografia*. Lisboa: Edições Colibri, 2015, pp. 11-13.

³⁰⁰ THOMPSON, Edward. A formação da classe operária inglesa. *Apud* POPINIGIS, Fabiane. –E.P.Thompson e a experiência da classe trabalhadora. In: AMORIM, Henrique; SILVA, Jair (orgs.). *Classes e lutas de classes*. São Paulo: Annablume, 2015, p. 171.

O impulso para as diversas lutas na classe operária e também de lutas no campo pode ser traduzido por diversos fatores que tornaram a política do Estado Novo insustentável: a política de defesa dos monopólios e a falta de respaldo com a classe trabalhadora, diante do agravamento das condições de vida, dos congelamentos salariais, a alta dos preços de gêneros alimentícios e de moradia, o aumento nos transportes. A luta pelo aumento dos salários a partir de 1969 pode ser explicada, para além do descontentamento com o sistema autoritário longevamente instaurado, o crescimento da massa monetária seguida de uma baixa na produção, ou seja, a inflação. O aumento de preços e do custo de vida torna-se mais acentuado após 1969, devido ao baixo crescimento econômico visto no país. Apesar das indicações de Marcelo Caetano apontando crescimento após seu governo, conseguimos perceber que a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto em 1968 foi 6,5% inferior ao de 1967 (6,8%), enquanto que em 1969, segundo o Relatório do Banco Português do Atlântico, foi de 5,2%, sendo o pior índice desde 1959 (com exceção de 1966)³⁰¹. Ainda neste sentido, as taxas não alcançaram a previsão do Plano de Fomento, que deveria alcançar a casa dos 7%. Em comparação com o crescimento europeu, o PIB dos países da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) registrou um aumento de 6% ao longo do ano de 1970, segundo o Relatório do Banco de Portugal³⁰². Dessa forma, –as greves e outras lutas operárias constituíram a primeira grande resposta organizada do povo português à demagogia ‘liberalizante’ de M. Caetano||³⁰³.

Ao longo da análise documental composta por 54 números das edições do periódico entre os anos de 1970 e 1974, resumindo-se, portanto, em todas as edições deste recorte, percebemos que as pautas repetem-se ao longo dos quatro anos até o 25 de Abril de 1974. Repetem-se pois a situação sociopolítica e econômica do país mantinha suas raízes desde a instauração do Estado Novo. A perspectiva por mudanças era lenta, gradual e pouco levada em conta. Com o governo de Caetano, a abertura para empresas multinacionais se intensificou e, sobretudo, as leis trabalhistas e as condições mínimas que deveriam ser garantidas pelo Estado, não existiam. A guerra em África consumia algo em torno de 45% de todo o gasto econômico anual do país, deixando o país em situação de extrema alienação desenvolvimentista. A conta ficou para o trabalhador pagar.

Preferimos destacar a descrição de algumas lutas reivindicativas de setores que marcaram o período em suas formas de organização e dos movimentos desenvolvidos. Além

³⁰¹ **Avante!**. Ano 39, série VI, n. 419, agosto de 1970, p.5.

³⁰² Relatório do Banco de Portugal, Referência 1970, p.44.

³⁰³ **Avante!** Ano 39, série VI, n. 419, agosto de 1970, p.5.

das diversas lutas em empresas de produção têxtil, na mineração ou dos vidreiros, a luta reivindicativa dos metalúrgicos alcançou imenso destaque. Como destaca Patriarca, em nível de exemplo, a fábrica da metalomecânica constitui um espaço de produção e de transformação nas composições teóricas e práticas da classe operária portuguesa³⁰⁴, sendo, para nós, uma exemplificação que direciona para todos os outros setores produtivos. Quando apontamos a defesa de que um dos basilares desencadeante da Revolução constituía a luta dos trabalhadores nos anos anteriores a 1974, o fazemos pois todos os segmentos do país adentraram na luta por mudanças naquela sociedade: bancos, transporte (ônibus, metrô, avião), hospitais, indústrias, comércio, pescadores, estivadores, correios, trabalhadores agrícolas. As lutas refletiam o descontentamento da população frente ao sistema autoritário em que viviam desde décadas antes, estagnada. Iremos, portanto, apresentar algumas destas lutas destes setores como representativo em nossa teoria.

As reivindicações dos trabalhadores giravam em torno, em sua maioria, por aumento de salários. A inflação e o consecutivo aumento no custo de vida foram intensos entre os anos estudados, enquanto o congelamento dos salários também esteve presente. Se o custo de vida aumentava em 17%, como em Évora, a média do aumento dos salários era de 5%. A impossibilidade de manter uma família, uma casa dentro das condições mínimas necessárias, empurraram os trabalhadores para cada vez mais pressionarem os patronatos por mudanças. As aprovações nos sindicatos – sindicatos estes muitas vezes fantoche do governo marcelista, com dirigentes inseridos pelo governo – dos novos Contratos Coletivos de Trabalho (CCT) e o seu cumprimento dentro das fábricas eram também motivos de luta para a classe operária, percebida ao longo destes quatro anos como intenso fator de luta.

Na metalurgia, temos alguns exemplos de manifestações que marcaram o período. Na Oliveira & Ferreirinha, paralisações diversas ocorreram no ano de 1970 contra o –prêmio, mas sim ao direito de aumento de salários. Em março, após uma paralisação seguida de forte represália da polícia, três funcionários são presos, onde os demais bradam que –se vão três, vamos todos³⁰⁵. Na empresa Trefilaria, fazem –cerall³⁰⁶ por uma semana e diminuem em mais da metade a produção, formando uma comissão de negociação, conquistando a vitória de inclusão do prêmio no salário base e uma melhoria na situação dos aposentados³⁰⁷.

³⁰⁴ PATRIARCA, Fátima. Taylor no Purgatório: O trabalho operário na metalomecânica pesada. *Análise Social*, vol. XVIII (71), 1982-2º, p.435-530, p. 435.

³⁰⁵ *Avante!* Ano 39, série VI, n.413, março de 1970, p. 3.

³⁰⁶ Forma reivindicativa muito presente nestas manifestações. Consistia em diminuir o ritmo de trabalho de forma não declarada.

³⁰⁷ *Avante!* Ano 39, série VI, n.413, março de 1970, p. 3.

O setor da metalomecânica pesada no país, a partir das análises da empresa Mague, pode ser considerado um setor de diversos membros do PCP, em uma confrontação direta pelos princípios de produção taylorista³⁰⁸, uma vez que o trabalho sob encomenda e as especificidades das condições de produção trilham para a qualificação e valorização profissional, contando com uma constante variação e conflito nas formas do -capital profissional dos operários. —Resta dizer que este é um dos casos em que mais visível se torna a natureza da ‘organização científica do trabalho’ (OCT), ou seja, onde as razões de ordem econômica e social primam sobre os imperativos técnicos³⁰⁹.

Na Mague, as questões de organização, de remodelação orgânica bem como nas análises de trabalho e das especializações passam a fazer parte das pautas administrativas na mudança para este novo sistema produtivo, a partir da década de 60. -Programar, especializar, simplificar, normalizar, tornam-se preocupações dominantes. De forma lenta, mas inexorável, as Oficinas Centrais vão perdendo a sua antiga fisionomia. Inicia-se o processo de unificação de tarefas e centralização administrativa³¹⁰. Neste segmento, a função dos soldadores - que em pouco ou nada sofreram com a inserção de novos maquinários, tendo uma oferta de empregos maior que a procura contando com salários positivos - surgem como um grupo participativo nas formas reivindicativas de forma coesa. No ano de 1970, inicia-se um período de rachamentos entre as relações laborais e o sistema de disciplina dentro deste setor. Com a mudança de governo e uma relativa abertura, as formas reivindicativas afloram em novas perspectivas como petições, recusas em se fazer horas extras, desaceleramento na produção, surgindo as primeiras greves nos anos subsequentes³¹¹. Como define Patriarca,

Ainda que se mantenha a tentação de tratar a greve como um ‘assunto de polícia’, a representação operária e a negociação entram em hábitos da empresa. Período de relativa agitação, ele marca de qualquer modo o fim de

³⁰⁸ Sobre o taylorismo, cabe destacar que este ascendeu juntamente aos Estados Unidos na virada do século XIX para o XX como potência industrial mundial, a partir da transição do sistema de empreitadas (onde os empreendedores passavam para os profissionais autônomos a responsabilidade de criar o sistema produtivo em suas fábricas, um investimento) para o sistema burocrático. Neste contexto, Taylor formalizará sua teoria da Administração Científica, tendo como objetivo substituir estes sistemas considerados tradicionais por estruturas pautadas na burocracia, de forma a garantir o funcionamento -eficiente no processo produtivo. Com objetivo de aumentar a eficiência do trabalho, Taylor escreverá em 1903, nos Estados Unidos o livro *Shop management*, sendo em 1906 eleito presidente da Associação Americana de Engenheiros (sua formação original), tendo em 1911 a publicação do livro *Princípios de administração científica*. Taylor focava seus estudos na racionalização do trabalho em linha de produção e com o ideal do *homo economicus*. (Cf. MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; VASCONCELOS, Isabella Francisco Freitas Gouveia de. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002).

³⁰⁹ PATRIARCA, Fátima. Taylor no Purgatório: O trabalho operário na metalomecânica pesada. **Análise Social**, vol. XVIII (71), 1982-2º, p.435-530, p. 436.

³¹⁰ Ibidem, p. 465.

³¹¹ Ibidem, pp. 495-496.

um modelo de relações e o aparecimento de um outro tipo mais contratual, que o 25 de Abril viria apressar e também consolidar³¹².

Pode-se dizer que o sistema taylorista não foi bem recebido pelos operários do segmento metalúrgico. Palavras como -choque||, -mal estar||, -reação enorme e mesmo violenta||, -estado explosivo|| e -forte resistênci|| são algumas características presentes nos documentos da empresa sobre este tema³¹³. Houve forte reação aos procedimentos dos -colarinhos brancos|| na busca pelo domínio da produção, bem como -a aplicação do novo sistema vinha inevitavelmente reavivar a clássica oposição entre o mundo oficial e o mundo dos gabinetes entre _os que trabalham‘ e _os que se limitam a mexer em papéis‘||³¹⁴. Na década de 70, muitas reivindicações serão observadas nesta fábrica como a recusa em se fazer horas extras, petições exigindo o pagamento destas horas, a mensualização, o décimo terceiro salário bem como a redução para 44 horas semanais³¹⁵.

Na metalomecânica, as greves e paralisações intensificam-se entre os anos de 1972-1973 na busca pelas melhorias laborais bem como a busca pela representação própria entre os trabalhadores. Movimentos de resistência também serão vistos diante das adoções tayloristas no processo de produção, à adesão de fichas de trabalho e de segmentação de setor, os trabalhadores responderão como atos de -cer|| e imporão um maior diálogo entre a burocratização administrativa e de produção³¹⁶.

No Primeiro de Maio de 1970, na região de Lisboa, em torno de 14 mil trabalhadores manifestam-se nas ruas, sofrendo repressão pela polícia e somando vinte e oito prisões. A ordem do dia é a conquista do 1º de Maio como feriado nacional do trabalho, reivindicação também muito presente em pautas específicas dentro das empresas³¹⁷, como na fábrica de Limas que também apresenta essa reivindicação. Na mesma empresa, os funcionários trabalham 54 horas semanais, sem o recebimento de horas extras. No mês de abril de 1970, fazem uma -greve de braços caídos|| a duras penas com forte repressão da PIDE, mas alcançam um aumento salarial de 16%³¹⁸. A mesma repressão³¹⁹ ocorre com os vidreiros na empresa Roldão quando exigem o direito ao trabalho dos 120 operários despedidos sem

³¹² PATRIARCA, Fátima. Taylor no Purgatório: O trabalho operário na metalomecânica pesada. *Análise Social*, vol. XVIII (71), 1982-2º, p.435-530, p. 496.

³¹³ Ibidem, p. 497.

³¹⁴ Ibidem, p. 497.

³¹⁵ Ibidem, p. 499.

³¹⁶ Ibidem, pp. 502-514.

³¹⁷ *Avante!* Ano 39, série VI, n. 416, maio de 1970, p.1.

³¹⁸ *Avante!* Ano 39, série VI, n. 420, setembro de 1970, p. 4.

³¹⁹ Neste caso o relato apresenta a PIDE -deitando água|| sobre os manifestantes com mangueiras de forte pressão.

pagamentos de direitos³²⁰. Na Ford de Azambuja, em torno de 700 operários da Ford entram em greve durante uma semana, tendo o setor administrativo participado da greve³²¹. Na empresa Firestone de Alcochete, fizeram greve os trabalhadores, reivindicando 42 horas semanais, melhorias no trabalho e aumento salarial. Mesmo com a repressão de seis carros da PIDE-DGS e de um pelotão da Guarda Nacional Republicana (GNR) tentando prender os grevistas, conquistaram, ao final, aumento de 26% nos salários³²². Na fábrica Simões em Lisboa, 800 operárias recorreram à greve reivindicando aumento de salários, seguindo a pressão dos metalúrgicos de diversas empresas com apresentação de cartas e abaixo assinados em prol de uma nova aprovação de Contratos Coletivos de Trabalho³²³. Emblemática também é a greve geral seguida de ocupação na fábrica Grunding. A empresa alternava os trabalhadores de sindicatos indo em favor do CCT que mais favorecesse os lucros da empresa. Diante desta situação, abriram greve geral de cerca de 2.500 operários, com forte repressão e violência corporal pela polícia que bloqueia as portas da fábrica, impedindo a circulação dos trabalhadores entre as seções. Com o desmaio de uma funcionária, os operários conseguem montar barricadas e expulsar a polícia. Diversas outras empresas metalúrgicas reagem em apoio à greve e, assim, conquistam o aumento de 40 a 70% de aumentos³²⁴.

Na Gialco, Porto, considerada a maior fábrica de louças de alumínio e cobre do país, a direção pretendia não pagar as indenizações aos trabalhadores referente à uma possível falência da empresa. Em resposta, os trabalhadores pararam os serviços e tomaram os espaços da fábrica, exigindo esclarecimentos, que seguem com um pequeno aumento de salário e a justificação do processo de falência que corre na justiça³²⁵.

Processo de falência também ocorre na fábrica de papel da Abelheira, que justifica-se pela absorção desta empresa ao grupo Champalimaud, através da empresa Papel do Prado. Cerca de 400 funcionários têm em vista a perda de seus empregos e o não pagamento de suas indenizações³²⁶. Após seis meses de luta na indústria Abelheira, marcada pela ocupação dos operários para que a gerência não retirasse o material já produzido e as máquinas, pressionando pelo pagamento das indenizações após a falência, os trabalhadores conseguem receber o pagamento dos salários bem como o pagamento de subsídios e férias referentes ainda ao ano de 1972 e, também os operários com mais de 60 anos conseguiram o direito a

³²⁰ **Avante!** Ano 39, série VI, n. 417, junho de 1970, p.1.

³²¹ **Avante!** Ano 41, série VI, n.429, abril de 1971, p.1.

³²² **Avante!** Ano 41, série VI, n. 430, junho de 1971, p.3.

³²³ **Avante!** Ano 41, série VI, n. 436, dezembro de 1971, p.6.

³²⁴ **Avante!** Ano 42, série VI, n. 439, março de 1972, p.1.

³²⁵ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 450, fevereiro de 1973, p.3.

³²⁶ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 453, maio de 1973, p.1.

aposentar-se contando o tempo de trabalho até o encerramento da empresa³²⁷. Também destacamos a greve metalúrgica na Sacor, com 600 operários ao norte no país, em Leça da Palmeira que teve duração de três dias. Os trabalhadores cumpriam 55 horas semanais de trabalho, sem pagamento das horas extras e sem o pagamento do sétimo dia. A empresa contava com mão de obra francesa e espanhola que também entraram na greve, e conquistaram suas reivindicações³²⁸. Trabalhadores e trabalhadoras de diversas empresas recorrem à greve no mês de novembro de 1973, como é o caso da Automática Elétrica Portuguesa (Plessey) tendo 5000 trabalhadores em greve³²⁹. Na Signetics, com praticamente todo o quadro de mulheres operárias, entraram em greve pelo aumento dos salários, pela semana de 40 horas e pagamento das horas extras e 30 dias de férias remuneradas. A empresa solicitou a polícia, fechando a fábrica e mantendo as operárias do lado de fora, onde mantiveram-se com piquetes ao longo de cinco dias, conquistando aumento de salários e a redução para 45 horas de trabalho³³⁰.

Os aprendizes metalúrgicos também não ficaram de fora das manifestações. Diversas paralisações e greves foram levantadas e seguidas pelos jovens que possuíam entre 12 e 15 anos. Um bom exemplo a ser dado é o da empresa Manuel Pereira Roldão, em fevereiro de 1970. O turno da tarde suspendeu o trabalho e dirigiu-se todo para a gerência onde apresentou uma reivindicação coletiva de aumento. Ante a negativa do patronato, os aprendizes abandonaram o local de trabalho e ficaram concentrados em frente à empresa, tendo os aprendizes do turno da noite e os da manhã no dia seguinte também aderido à greve. A diretoria anunciou despedimentos, chamando a PIDE para intervir. Diante a resistência dos aprendizes, conquistaram aumento e conseguiram reaver os trabalhadores que haviam sido demitidos³³¹. Sendo o setor da metalurgia o ponto chave da cadeia industrial produtiva do país, as manifestações deste segmento foram significativas no processo de consciência política de conquistas e problematizações diante da sociedade portuguesa.

Como apontamos anteriormente, outros setores indispensáveis, para além dos de produção industrial, apresentaram reivindicações através de greves e paralisações, como é o caso dos Hospitais das cidades de Porto e Lisboa. Temos um indício que as contradições internas do regime do Estado Novo perpassavam todas as fissuras da sociedade, apresentando ser um reflexo das manifestações e das reivindicações sociais. Para Poulantz, “[...] as

³²⁷ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 454, junho de 1973, p.3.

³²⁸ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 459, novembro de 1973, p.3.

³²⁹ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 460, dezembro de 1973, p.3.

³³⁰ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 461, janeiro de 1974, p.4.

³³¹ **Avante!** Ano 39, série VI, n. 412, fevereiro de 1970, p.3.

contradições internas destes regimes – que são efeitos das próprias lutas das massas populares – parecem ter igualmente funcionado como a ocasião que permitiu a intervenção direta destas massas, uma vez desencadeado o processo³³². A jornada grevista nos Hospitais no período referido inicia-se em abril de 1970, nos Hospitais Cíveis de Lisboa com a categoria dos enfermeiros que, conseqüentemente, aderem à luta, –recusando-se a realizar quaisquer serviços que não digam respeito à especialidade de cada um³³³, colocando em circulação um abaixo-assinado entregue às instâncias superiores, –em que acusam o governo de ter deixado a situação atingir ponto tão alarmante³³⁴. Uma paralisação no final do mês ocorre e os médicos apontam a falta de estrutura para os atendimentos e reivindicam melhorias na saúde pública. Um médico declara que a situação é –passível de procedimento judicial em qualquer país civilizado³³⁵. Manifestações em apoio à causa também desenvolvem-se na cidade do Porto. Em setembro do mesmo ano, sem obter respostas às reivindicações, os médicos do internato geral do Hospital de São João desta mesma cidade declararam o não atendimento às urgências, apoiados também pelos enfermeiros. O *Avante!* aponta em uma de suas reportagens que as informações nos canais legalizados de comunicação são bloqueados a noticiar a manifestação e as paralisações na área da saúde³³⁶. Destaca-se que buscamos notícias referentes à estas manifestações no *Diário de Notícias* e no *Jornal de Lisboa* e nada encontramos.

Já no ano de 1971, diante das paralisações e reivindicações dos médicos nos hospitais de Lisboa (Santa Maria, Hospitais Cíveis), Porto (Hospital de São João e Santo António do Porto) e dos Hospitais da Universidade de Coimbra, 350 médicos do 2º ano do internato geral de Lisboa e Porto são expulsos, além da sujeição dos trabalhadores civis destes hospitais ao foro e disciplina militares, reafirmando o caráter autoritário e repressivo do sistema português. Em janeiro de 1972, os médicos conquistam o direito ao acesso complementar do internato, porém, apontaram que –se não forem considerados os problemas fundamentais da reestruturação hospitalar e das Carreiras Médicas a nível nacional, novos movimentos de características idênticas são de esperar³³⁷. O movimento se intensifica ao longo do ano de

³³² POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras**: Portugal, Grécia, Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 63.

³³³ *Avante!* Ano 39, série VI, n. 415, abril de 1970, p. 3.

³³⁴ *Avante!* Ano 39, série VI, n. 415, abril de 1970, p. 3.

³³⁵ *Avante!* Ano 39, série VI, n. 415, abril de 1970, p. 5.

³³⁶ *Avante!* Ano 39, série VI, n. 415, abril de 1970, p. 3.

³³⁷ *Avante!* Ano 41, série VI, n. 437, janeiro de 1972, p. 3.

1973. Novamente é noticiado pelo periódico de que a imprensa geral é proibida de notificar sobre o movimento³³⁸.

Outro setor indispensável que adentra nas manifestações trabalhistas é o dos transportes. A paralisação nos vagões dos metrô bem como os tumultos causados pela falta dos ônibus nas ruas é algo frequente. A greve na TAP também será um marco nas reivindicações, paralisando parte do tráfego aéreo por mais de três dias. Em junho de 1970, a Carris (Serviços de Transportes Coletivos - Porto) entra em greve contra as horas extras não adicionais no salário, somando 300 trabalhadores³³⁹. Em agosto, uma paralisação acarreta diversas prisões seguidas de interrogatórios pela PIDE, tendo ao final do mês uma mobilização em diversas estações do metrô em prol da libertação dos colegas retidos na manifestação anterior, conseguindo sucesso depois de novos confrontos com a polícia³⁴⁰. Destaca-se que a luta contra as horas extras baseia-se na ausência do limite de 8 horas trabalhadas ao dia, uma vez que as horas extraordinárias são obrigatórias e muitas vezes não são pagas como tal, mas sim no compitito geral das 8 horas de trabalho. Já no ano de 1972, os trabalhadores da Carris de Lisboa fazem diversas paralisações contra as horas extras obrigatórias e também contra o aumento das passagens³⁴¹, seguidos pelas mesmas reivindicações no Porto que, em dezembro do mesmo ano, realizam greve de -cerall por cerca de 4 mil trabalhadores, incluindo os trabalhadores das oficinas e dos escritórios³⁴². Após as manifestações intensas nos anos anteriores, foi prometido que o pagamento mensal seria baseado em 30 dias, contando o sétimo dia de descanso semanal, o que não é cumprido e reivindicado novamente, movimento intensificado e continuado ao longo do ano de 1973.

Em setembro de 1973, trabalhadores da TAP manifestam-se contra a proibição de reunião, recebendo forte repressão policial. No dia seguinte à paralisação, cerca de 4000 trabalhadores fazem greve e movem-se para a administração, exigindo o aumento de salários e o fim da repressão dentro da empresa. Novamente a polícia é chamada, muitos são presos e alguns feridos. Um trabalhador viria a morrer alguns dias depois, tendo sido acertado por uma bala de revólver. A greve continua por mais quatro dias nos aeroportos e parte do tráfego aéreo fica paralisado e, após muita repressão e dias de luta, conquistam o aumento de salários e a libertação dos colegas presos durante a manifestação³⁴³.

³³⁸ **Avante!** Ano 41, série VI, n. 436, dezembro de 1971, p.6.

³³⁹ **Avante!** Ano 39, série VI, n. 417, junho de 1970, p.3.

³⁴⁰ **Avante!** Ano 39, série VI, n. 419, agosto de 1970, p.3.

³⁴¹ **Avante!** Ano 42, série VI, n. 447, novembro de 1972, p.1.

³⁴² **Avante!** Ano 42, série VI, n. 448, dezembro de 1972, p.1.

³⁴³ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 457, setembro de 1973, p. 1.

Um dos setores mais representativos da heterogeneidade das lutas em Portugal também pode ser expresso na greve dos pescadores que varre o país de norte a sul. Muitos problemas envolviam este setor, como os baixos salários, as condições de trabalho, a falta de dias de descanso e os baixos preços pagos aos pescadores pelo peixe nas indústrias conserveiras. Este setor é dos que mais apresentou em nossa pesquisa embate direto com o patronato e com a polícia através de piquetes, ocupações e confrontos diretos tendo, além disso, uma expressiva participação das esposas e filhos durante as manifestações.

No mês de maio de 1970, os pescadores da sardinha da costa Norte, do Algarve e de Peniche declaram-se em greve seguidos pelos trabalhadores de Matosinhos, Afurada e Póvoa, reivindicando o salário fixo e 1% sobre a receita retirada do montante do pescado. Também os trabalhadores da pesca não obtinham os direitos de férias pagas, abono anual, aposentadoria³⁴⁴. Os pescadores voltam a trabalhar no dia primeiro de maio com a promessa de terem atendidas as reivindicações. Porém, constatando que –foram enganados, entram em greve novamente, no dia 15 de maio. A palavra de ordem era: –enquanto não vier aumento ninguém vai trabalhar!!³⁴⁵, durando a greve por mais de um mês e sendo atendidos parcialmente em suas reivindicações. Em fevereiro de 1971, pescadores da Póvoa do Varzim entram em greve, manifestando-se com suas famílias em favor da –lotall e –venda livre ao público, onde alguns manifestantes foram detidos pela polícia³⁴⁶ e em setembro deste ano, pescadores de Portimão fazem greve por uma semana³⁴⁷. No ano de 1973, as greves intensificam-se e logo no mês de janeiro, os pescadores de Matosinhos, Aveiro e Figueira da Foz recusam-se a assinarem suas matrículas exigindo o aumento de salários e das caldeiradas. Em abril, aproximadamente 1200 pescadores de traineiras da Costa Norte entram em greve pelo aumento dos salários e pelo direito de descanso aos domingos³⁴⁸. Em junho de 73 a greve da Costa Norte, sobretudo em Matosinhos termina após setenta dias com a conquista do aumento de salários e da caldeirada, além do aumento na porcentagem sobre o que for pescado. No entanto, logo no mês de outubro a classe volta a se manifestar uma vez que as promessas da greve anterior não foram cumpridas, tendo duração de três dias sob a pressão da PIDE, seguida de interrogatórios e prisões contidas por piquetes construídos pelos pescadores em Matosinhos. As reivindicações foram finalmente atendidas³⁴⁹.

³⁴⁴ **Avante!** Ano 39, série VI, n. 416, maio de 1970, p. 3.

³⁴⁵ **Avante!** Ano 39, série VI, n. 417, junho de 1970, p. 1.

³⁴⁶ **Avante!** Ano 41, série VI, n. 426, fevereiro de 1971, p.5.

³⁴⁷ **Avante!** Ano 42, série VI, n. 446, outubro de 1972, p. 4.

³⁴⁸ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 454, junho de 1973, p. 3.

³⁴⁹ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 458, outubro de 1973, p. 1.

Cabe destacar que segundo o Instituto Nacional de Estatística³⁵⁰, o maior surto de inflação do pós-guerra deu-se em 1971, tendo o maior aumento de preços de gêneros alimentícios e moradia desde então. Estes números crescem ao longo dos anos seguintes, e os aumentos salariais não acompanham a percentagem do aumento do custo de vida. Em 1972, 43% das despesas do Estado são voltadas para a guerra colonial. No ano de 1971, os produtos alimentares subiram mais 15% e as rendas de moradias, 30%. O custo de um trabalhador e de sua mão de obra é seis vezes inferior que o de um trabalhador alemão, por exemplo. A exploração dos trabalhadores e da produção que escoia para as grandes indústrias internacionais, visando uma crescente margem do imperialismo no país. As pequenas empresas, comércios e indústrias perdem espaço e também a mão de obra torna-se mais exploratória, mantendo os salários apenas na base da reprodução biológica. Em 14 e abril de 1972, aprova-se a Lei sobre o Fomento Industrial, favorecendo os monopólios a dominar os setores nacionais, com reduções fiscais aos grupos monopolistas. Algumas medidas adotadas contra os trabalhadores podem ser vistas através dos congelamentos de salários; aumento da carga horária mas não do pagamento; recusam o pagamento dos 25% em trabalhos noturnos; imposição das horas extras como obrigatória e muitas vezes não pagas a parte, sendo incluídas no montante das horas obrigatórias; racionalização das condições mínimas de trabalho; exploração do trabalho feminino com salários inferiores ao dos homens em funções idênticas; exploração do trabalho infantil, sobretudo na indústria têxtil. Acreditamos, baseados empiricamente, que estes tenham sido fatores consideráveis nas lutas reivindicativas bem como para que o apoio massivo da população trabalhadora após a queda do regime em Abril de 1974 tenha ocorrido de forma tão intensa.

No mês de agosto de 1971, em Lisboa, os bancários lutam pela libertação do dirigente sindical Daniel Cabrita, reunindo em torno de cinco mil participantes dos quais 13 foram presos e aproximadamente 100 ficaram feridos. Diariamente, desde julho, fazem paralisações e manifestações, seguidas por manifestações no Porto, onde trabalhadores prestam solidariedade e pedem a reabertura dos sindicatos do norte e sul do país³⁵¹. Destaca-se que no mesmo ano será aprovado o Decreto 520/71, contendo a restrição do direito de reunião dos sindicatos nacionais, proibição das reuniões inter-sindicais, restrição às reuniões e atividades

³⁵⁰ Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_accao=PESQUISAR&frm_show_page_num=1&frm_modos_pesquisa=PESQUISA_SIMPLES&frm_texto=1973&frm_modos_texto=MODOS_TEXTO_A_LL&frm_data_ini=&frm_data_fim=&frm_tema=QUALQUER_TEMA&frm_area=o_ine_area_Institucional

Consultado em 15 de dezembro de 2015.

³⁵¹ **Avante!** Ano 41, série VI, n. 432, agosto de 1971, p. 2.

juvenis, buscando manipular a organização através da criação do –Secretariado para a Juventude. A luta dos bancários recai sobre a dinâmica sindical atuante no país, onde o governo em conjunto com os agentes do Ministério das Corporações e do Instituto Nacional do Trabalho nomeiam os dirigentes das Comissões Administrativas para os sindicatos, bloqueando a entrada de trabalhadores que estejam de fato ligados às reivindicações laborais. Com a possibilidade aberta no início de 1972 para as eleições representativas dos sindicatos dos bancários, roubos orçamentários e roubos foram descobertos, apontando o problema das indicações realizadas pelo governo³⁵². Em fevereiro de 1973, os bancários reivindicam com manifestação nas ruas de Lisboa a atualização de aumento de salários que não são realizados desde 1970. Com um aumento no custo de vida de 42%, os trabalhadores deste setor reivindicam os aumentos e a aprovação da nova CCT do segmento³⁵³, manifestando-se novamente em julho com algumas paralisações e greves entre os dias 9 e 12 em Lisboa e no Porto, reunindo cerca de 7000 trabalhadores³⁵⁴.

Podemos acompanhar alguns outros segmentos que também se levantaram contra o patronato e reivindicaram suas pautas. Temos por exemplo o setor da mineração onde se encontra os maiores índices da exploração do trabalho em condições subumanas. Na região do Porto, os mineiros da Companhia das Minas de Carvão de São Pedro da Cova sofrem com a pressão do despedimento de mil trabalhadores. Reivindicam subsídio igual ao salário, garantia de habitação da água e da luz, aposentadoria com base no salário, integração na Previdência tendo em conta os anos trabalhados³⁵⁵. No setor têxtil, na Oliveira Ferreira, mais de 100 operários fizeram greve –de braços caídos por aumento de salários³⁵⁶, seguidos pela greve geral de têxteis na empresa Manuel Gonçalves, no Minho³⁵⁷. Em abril de 1971, ocorre uma manifestação de 500 carteiros da CTT em Lisboa em prol do aumento de salários, semana com 42 horas de trabalho, subsídio de férias e 13º salário³⁵⁸. No setor da comunicação também observa-se levantes, como no Diário de Notícias que após várias paralisações e greves intermitentes, fez greve geral no dia 18 de maio de 1971 com forte repressão da PIDE, voltando ao trabalho e pressionando através da –cerall³⁵⁹. Nos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, os funcionários públicos do Porto fizeram três protestos junto à

³⁵² **Avante!** Ano 42, série VI, n. 446, outubro de 1972, p.1.

³⁵³ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 450, fevereiro de 1973, p.3.

³⁵⁴ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 457, setembro de 1973, p. 1.

³⁵⁵ **Avante!** Ano 39, série VI, n. 417, junho de 1970, p. 1.

³⁵⁶ **Avante!** Ano 39, série VI, n. 417, junho de 1970, p. 1.

³⁵⁷ **Avante!** Ano 39, série VI, n. 417, junho de 1970, p. 3.

³⁵⁸ **Avante!** Ano 41, série VI, n.429, abril de 1971, p. 1.

³⁵⁹ **Avante!** Ano 41, série VI, n. 431, julho de 1971, p. 2.

administração exigindo o aumento salarial de 15%, conforme aprovado por Caetano desde janeiro, porém, sem ter acontecido o repasse. A Secretaria Municipal de Gás e Eletricidade também participou do protesto³⁶⁰.

Em março de 1970, na Lisnave os operários alcançam o pagamento dos 30 dias de trabalho e o 13º mês. Em contrapeso, diminuíram o pagamento das horas extras de 125% para 75%. O 13º mês também fica condicionado ao funcionário que –tenha bom e efectivo serviço. Em resposta dada em uma manifestação: –não fazer horas extraordinárias ou diminuir a produção em 50%||³⁶¹. Em maio do mesmo ano, estivadores do Porto de Leixões entraram em greve, recusam-se a fazer horas extras, onde entregam um documento com 600 assinaturas e conseguem o aumento pretendido. Destaca-se que os descarregadores não oficiais do porto também entraram na greve que durou de 5 de março a 2 de abril³⁶². Já no ano de 1972, no Porto de Leixões, os estivadores fizeram paralisações reivindicando aumento de salários e contra as horas extras obrigatórias. A PIDE prendeu e interrogou manifestantes, porém, conseguiram parte de suas reivindicações serem atendidas³⁶³.

Nas empresas agrícolas ou nas cooperativas, também decorrem manifestações e movimentos em prol da melhoria das condições laborais. Em fevereiro de 1971, operários agrícolas em Benfica do Ribatejo fazem greve por aumento de salários na poda da vinha³⁶⁴. Em novembro de 72, cerca de 600 assalariados agrícolas de Alpiarça fizeram uma greve que durou dez dias em prol do aumento de salários, conquistando o aumento³⁶⁵. Percebemos que na historiografia portuguesa, os estudos sobre a participação das mulheres no processo revolucionário, ou mesmo nas manifestações operárias e de trabalhadoras rurais que antecedem o 25 de Abril, são escassos ou praticamente nulos, ainda estando por realizar-se este tema na História portuguesa. Notamos ao longo desta pesquisa a existência brutal de greves, paralisações e reivindicações por operárias de forma constante e muitas vezes organizadas e realizadas apenas por elas mesmas. Também o mesmo se percebe com as trabalhadoras agrícolas, sobretudo ao norte do país. Um exemplo da luta feminina foi a greve das conserveiras de Setúbal, em março de 1973 que atingiu pelo menos mais quatro fábricas com paralisações. Reivindicavam aumento de salário que chegava a ser 6\$40 por hora, onde alcançaram um aumento de 37% ao final de três dias de greve geral³⁶⁶. Em Alpiarça, na

³⁶⁰ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 454, junho de 1973, p.3.

³⁶¹ **Avante!** Ano 39, série VI, n.413, março de 1970, p. 3.

³⁶² **Avante!** Ano 39, série VI, n. 416, maio de 1970, p. 3.

³⁶³ **Avante!** Ano 42, série VI, n. 447, novembro de 1972, p. 1.

³⁶⁴ **Avante!** Ano 41, série VI, n. 426, fevereiro de 1971, p.5.

³⁶⁵ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 450, fevereiro de 1973, p.3.

³⁶⁶ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 451, março de 1973, p.1.

comemoração ao dia 8 de março, as trabalhadoras rurais e costureiras entraram em greve geral, recebendo o apoio dos trabalhadores da construção civil, que também entraram em paralisação³⁶⁷. As camponesas de Alpiarça renovam as manifestações sobre o aumento de salários, que corresponde a metade dos salários dos homens. Camponeses e camponesas juntaram-se para exigir o aumento de salário, conseguindo um aumento significativo após 5 dias de paralisação³⁶⁸. Já no ano de 1974, novamente em Alpiarça os camponeses fazem greve, cerca de 6000 paralisam e exigem o aumento dos salários condizentes com o aumento do custo de vida, conquistando parte de suas reivindicações ao final de cinco dias de greve³⁶⁹.

A Lei de Meios, publicada todos os anos com as pretensões econômicas para o país no ano vigente, não altera sua ordem no ano de 1973: a política *caetanista* prossegue com a repetição sobre a guerra colonial, concentra e centraliza o poder das indústrias aos monopólios e finda a possibilidade de sucesso das pequenas empresas e pequenos comerciantes, com o aumento de impostos corrente desde 1969. Impostos estes pagos pelos trabalhadores rurais e urbanos, para a manutenção da guerra em África. –Guerra obsoleta, como nos diz Arcary³⁷⁰. A partir dos levantes populares,

Os regimes ditatoriais veem-se obrigados a se transformar no momento em que eles não podem mais – e *porque eles não podem mais* – controlar pela força o movimento popular, o que quer dizer que, por esta razão, eles não podem mesmo e *sobretudo* controlar e dirigir sua própria transformação. Estes regimes estão acuados dentro do velho dilema: ou concedem *muito pouco*, e as pretensas transformações em nada respondem às necessidades da situação, ou então tais transformações constituem apenas um início de respostas mas dão a impressão, quase automaticamente, de que os regimes fizeram *demasiadas* concessões³⁷¹.

Segundo dados publicados pela OCDE, o aumento nos preços de artigos de consumo nos países pertencentes à Organização tiveram aumento em 1973 numa média de 8,6%, enquanto em Portugal subiu para 15%, sem ter o aumento dos salários em andamento destes valores. A dita –crise do petróleo em 1973 assolaria todos os países capitalistas, numa crise geral do sistema. No caso de Portugal, o PCP afirmaria que –é também verdade que a chamada crise do petróleo está a ser utilizada como um biombo onde se tenta esconder toda a

³⁶⁷ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 453, maio de 1973, p.1

³⁶⁸ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 458, outubro de 1973, p.1.

³⁶⁹ **Avante!** Ano 43, série VI, n. 461, janeiro de 1974, p.3.

³⁷⁰ ARCARY, Valério. A revolução solitária. **O Olho da História**. n.º16, julho de 2011, s.p.

³⁷¹ POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras**: Portugal, Grécia, Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 75.

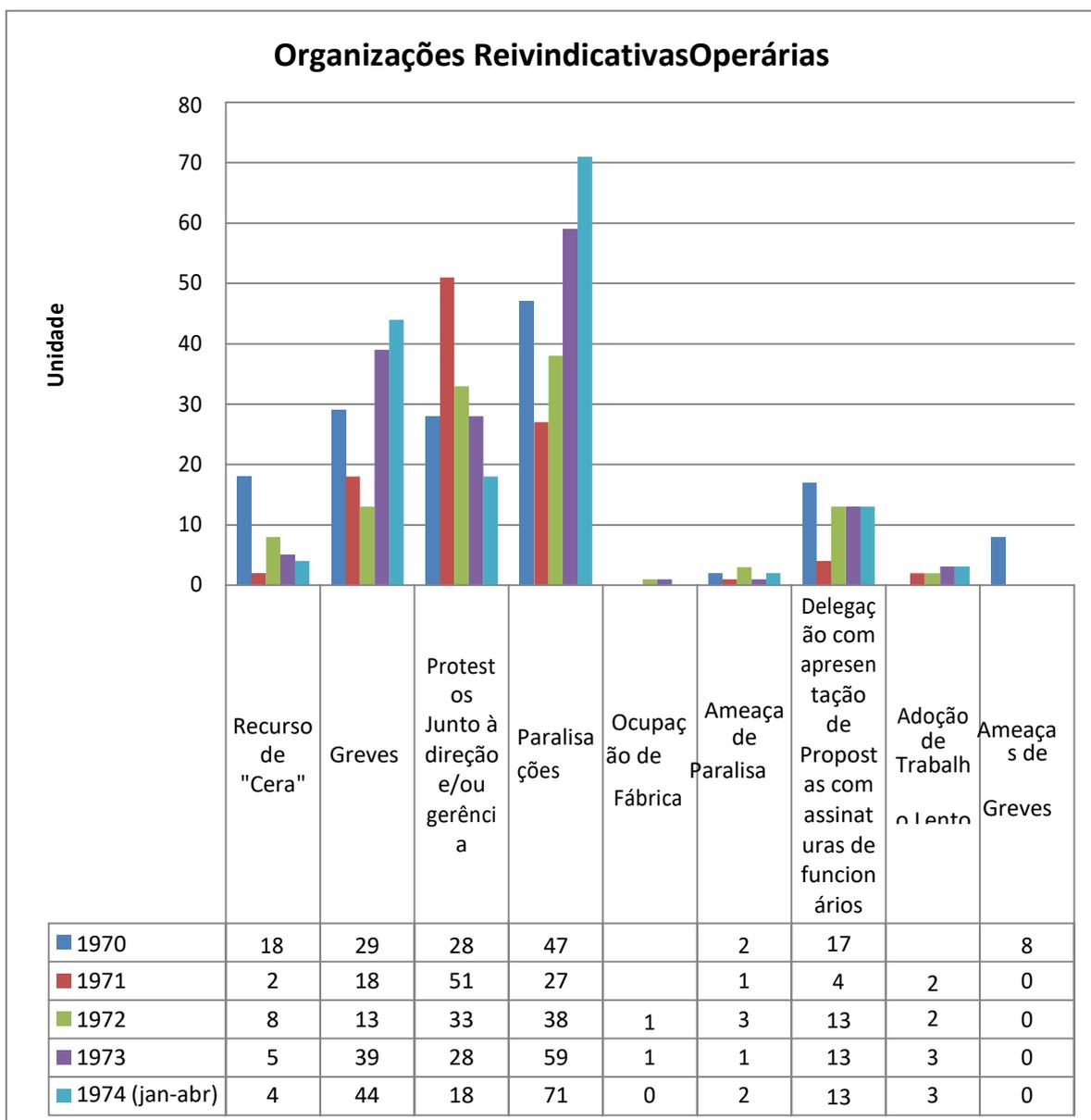
crise geral do sistema capitalista, crise que é real com ou sem escassez de combustíveis³⁷². Desta forma, –em Portugal, a classe trabalhadora parece ter-se antecipado a certos conselhos em voga sobre como encarar uma crise, e aborda esta dupla crise, econômica e militar, não como uma calamidade, mas como uma oportunidade³⁷³.

Podemos perceber que diante da instabilidade que abarca o país, os mais variados setores movem-se no sentido de alcançar mudanças. Como dizemos no início do capítulo, uma única fonte não é suficiente para fazer um levantamento quantitativo acertado da nossa hipótese. Porém, sendo um jornal clandestino que buscava apresentar as mais diversas lutas, podemos tomar os dados de forma parcial mas suficientes para termos uma dimensão destes enfrentamentos reivindicativos. Como esquematizado no Gráfico 1, podemos analisar a onda de luta que alastra o país nas mais diversas formas de organização. As lutas intensificam-se e apenas com quatro meses de análise em 1974, o número de greves e paralisações ultrapassa o quantitativo dos anos anteriores, em seus 12 meses completos. Temos aqui a indicação que na aurora da Revolução, as manifestações pressionavam intensamente os diversos setores em Portugal.

³⁷² **Avante!** Ano 43, série VI, n. 450, fevereiro de 1973, p.1.

³⁷³ VARELA, Raquel; ARCARY, Valério; DEMIER, Felipe Abranches. **O que é uma revolução? Teoria, história e historiografia**. Lisboa: Edições Colibri, 2015, p. 35.

Gráfico 1 – Dados sobre as organizações reivindicativas de trabalhadores.



No início do mês de fevereiro, uma onda grevista varre o país, seguidas de paralisações em diversos setores produtivos. Entre os meses de janeiro e fevereiro, aproximadamente 40 mil trabalhadores recorreram às manifestações e reivindicações através da greve e de paralisações, em cerca de 70 empresas diferentes em todo o país. No mês de abril de 1974, antes do dia 25, o *Avante!* chamava em sua manchete: –Não dar tréguas ao fascismo!³⁷⁴, apontando as inúmeras lutas de trabalhadores nos mais diversos setores, dos estudantes, dos militares em represália à guerra colonial. A chamada também se fazia para as

³⁷⁴ *Avante!* Ano 44, série VI, n. 464, abril de 1974, p.1.

Forças Armadas. Diante do descontentamento da guerra colonial, no dia 16 de março ocorre uma sublevação, após a prisão e deportação de diversos oficiais.

O movimento de oficiais, a sublevação de 16 de Março, a prisão, deportação ou transferência de duas centenas de soldados e oficiais, assim como as demissões dos generais Costa Gomes, António Spínola, Amaro Romão e contra-almirante António Bagulho – tudo isto é resultado da lua popular e do acentuado aprofundamento da crise do regime, crise que se estendeu às forças armadas³⁷⁵.

No documento reportado após a tentativa de sublevação em 16 de Março, apontam a necessidade de condução de novas rédeas ao país:

Entendemos necessários, como condição primeira de solução do problema africano, da crise das Forças Armadas e da crise geral do País, que o poder político detenha o máximo de legalidade, que as suas instituições sejam efectivamente representativas das aspirações e interesses do Povo. Por outras palavras: sem democratização do País não é possível pensar em qualquer solução válida para os gravíssimos problemas que se abatem sobre nós³⁷⁶.

Nesta edição, também é apresentado o problema da cooptação de capitais estrangeiros na inserção das multinacionais no país, e também aproveitaremos para problematizar. Percebe-se que a política de privilégio dos monopólios assentará suas bases com mais força após Marcello Caetano tomar frente do regime autoritário português. A exploração estrangeira no país adquire duas frentes: 1ª) o abuso do trabalhador seguindo as condições do regime de Caetano, que não previa a melhora de salários conforme o aumento de custo de vida tampouco apresentava medidas legais para abolir a exploração. Diversas empresas, como pudemos constatar na análise das fontes dos anos de 1970 a 1974, impunham a jornada semanal de até 55 horas, sem o pagamento das horas extras, sendo estas incluídas no compito geral das horas diárias a serem trabalhadas; não pagavam, em grande parte, o sétimo dia da semana, sendo o salário pago apenas para os dias trabalhados; não possuíam a garantia da aposentadoria, do 13º salário ou de férias remuneradas. Estas ações só eram possíveis na medida em que o regime não estabelecia leis trabalhistas que os protegesse, e também a inexistência de preocupação em aprovar medidas propostas por trabalhadores e pelos sindicatos que conseguissem dar cabo aos problemas citados. 2ª) As empresas multinacionais empenhavam-se em Portugal pelo custo da mão de obra ser das mais baratas da Europa (até os

³⁷⁵ **Avante!** Ano 44, série VI, n. 464, abril de 1974, p. 1.

³⁷⁶ **Avante!** Ano 44, série VI, n. 464, abril de 1974, p. 1.

dias de hoje) e pelo benefício dos impostos autorizados pelo governo. Além da mais-valia produzida pelos próprios trabalhadores, estas empresas desfrutavam do benefício de mobilizar-se para outros países que oferecessem melhores condições, trazendo instabilidade. Neste ponto, concordamos com Poulantzas quando o mesmo afirma a instabilidade econômica de Portugal diante da dependência econômica das colônias e também do investimento industrial estrangeiro, apontando que este dobrou entre os anos de 1963 e 1965, crescendo progressivamente até 1974. Os investimentos concentram-se nos setores primordialmente de capital industrial produtivo, pelos meios de filiais multinacionais (indústrias químicas, metalurgia, mecânica, eletrônica e têxteis)³⁷⁷. Ou, como nos apontaria o próprio *Avante!* –Acorrendo a investir os seus capitais, de preferência, onde há uma mão de obra barata, onde leis repressivas protegem o capital, onde os trabalhadores estão impedidos de se organizar livremente, os capitalistas estrangeiros compor-se-iam aí como donos e senhores de tudo e de todos, levando a cabo uma exploração impiedosa³⁷⁸.

³⁷⁷ POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras**: Portugal, Grécia, Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 15.

³⁷⁸ *Avante!* Ano 44, série VI, n. 464, abril de 1974, p.3.

CAPÍTULO IV

“SEMEANDO VENTOS O GOVERNO COLHERÁ TEMPESTADES!”³⁷⁹: O 25 DE ABRIL DE 1974

*Há diversas modalidades de Estado: os Estados socialistas,
os Estados corporativos e o estado a que isso chegou!
Ora, nessa noite solene, vamos acabar com o estado a que chegamos!
De maneira que quem quiser vem comigo para Lisboa e acabamos
com isso.
Quem é voluntário sai e forma.
Quem não quiser vir não é obrigado e fica aqui”
(Capitão Salgueiro Maia)*

*“O acto de força só será útil e terá sua justificação, na medida
em que contribua para dar a todos os portugueses participação
efectiva no Governo da Nação”
(Jornal República, 25 de Abril de 1974)*

Trataremos neste capítulo da condição estabelecida na Revolução dos Cravos, ocorrida no dia 25 de Abril de 1974, seguindo uma análise teórica sobre a utilização e conceitualização do termo -revolução e da operação do Estado na sociedade contemporânea, leia-se a portuguesa. Instigados pelos acontecimentos recentes das comemorações do 25 de Abril, julgamos necessário abrir um parêntese neste trabalho para ao menos abordar esquematicamente as problemáticas em torno do termo. Não pretendemos aqui adentrarmos nos pressupostos metodológicos acerca da história oral ou da análise memorística, mas sim problematizar as sequelas historiográficas por que passa o tema referente ao 25 de Abril.

Tratando da revolução, que se baseará na impossibilidade de continuidade da guerra colonial em África, dos longos anos de ditadura e da pressão interna por parte das *massas* populares em Portugal, estes três basilares assentarão as condições para a efervescência deste movimento que se iniciará como um golpe militar e transmutar-se-á então para uma revolução social. Defendemos aqui, em contrário a outros estudiosos na academia que consideram a Revolução portuguesa como uma *transição*, portanto, que este movimento caracteriza-se por uma Revolução e não um momento transitório para um novo sistema político. Ao defender-se

³⁷⁹ **Avante!** Ano 42, série VI, n. 438, fevereiro de 1972, p.01.

que não houve uma ruptura, mas sim uma continuidade no decorrer sistemático das sociedades do século XX, descartam e menosprezam a participação ativa de uma população saturada e sedenta de mudanças, desestabilizam e desincentivam a utopia para uma nova sociedade. O que assistimos ao longo das décadas seguintes à Revolução é uma tentativa desenfreada por governantes liberais de promover a desestabilização da memória do 25 de Abril como uma Revolução, na busca por uma justificação normalizadora do sistema capitalista que desde então corrói a política, a economia e a sociedade portuguesa.

Portanto, este capítulo buscará promover breves debates teóricos acerca do emprego do termo -Revolução e de suas características. As descrições dos movimentos sociais, das greves e manifestações operárias nas mudanças dos Governos Provisórios também nos servirá de base para apoiarmos a definição do 25 de Abril de fato como uma Revolução.

“Flor-Libertação”³⁸⁰: O dia da Revolução

Sob o tom primaveril avermelhado do céu de Lisboa, as ruas foram tomadas não apenas pela presença militar, mas sim com o povo nos espaços públicos, apoiando o fim da tão extensa ditadura: uma página a ser virada na história de Portugal. Do mesmo tom vermelho, provinham os cravos que mulheres floristas acabavam por presentear na ponta das espingardas os soldados revolucionários. Essa é a imagem retratada da então posteriormente conhecida Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974 no debilitado cenário português ditatorial. O quadro descrito acima ainda exhibe em suas pinceladas, nuances poéticas na forma de convocar o ato revolucionário: sob a música *Grândola, Vila Morena* de Zeca Afonso os militares tinham o sinal de que tudo estava pronto para a tomada: “*o povo é quem mais ordena!*”. A senha para o golpe seria então reproduzida na Rádio Renascença ao longo do programa da madrugada *Limite*, à voz do locutor José Vasconcelos. Segundo Maxwell³⁸¹, a dica teria sido dada no dia anterior no jornal editado pelo socialista Raul Rêgo, *Republica*; em um comentário anônimo na seção de crítica da programação, teria sido publicado o seguinte recado: “[...] A qualidade dos apontamentos transmitidos e o rigor da seleção musical fazem do *Limite* um tempo radiofónico de audição obrigatória”³⁸².

³⁸⁰ **Boletim Informativo das Forças Armadas**. 20 de maio de 1975, nº18. (Pasta 04436.018). Disponível em: [HTTP://asacomum.org/cc/arquivos?set=e_3148](http://asacomum.org/cc/arquivos?set=e_3148), consultado em 10 de novembro de 2015.

³⁸¹ MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado: Revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 89.

³⁸² Apud MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado: Revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 89.

Após o prelúdio do golpe nos rádios, o –processo revolucionário‖ toma conta das ruas: –Eclodiu um Movimento Militar: através do Rádio Clube Português o comando do Movimento das Forças Armadas tem divulgado o seu objectivo: A substituição do actual regime‖³⁸³. Iniciado com um golpe militar para a derrubada de um regime autoritário que durava longos 48 anos, a Revolução apresenta sua face a partir da aderência do povo – povo em sua plena essência: mulheres, operários, estudantes; pessoas de todas as naturezas aparecem para acompanhar o momento histórico, inclusive as que lutaram ativamente nos anos anteriores à queda do regime. O Movimento das Forças Armadas ocuparia a RTP e a RCP em Lisboa e na cidade do Porto, para a emissão dos comunicados que seriam divulgados ao longo do dia³⁸⁴. Em um anúncio realizado no dia 25 de Abril, o MFA aponta que, frente à incapacidade do –[...] sistema político vigente não conseguir definir concreta e objectivamente uma política ultramarina que conduza à Paz entre os Portugueses de todas as raças e credos‖³⁸⁵, o Movimento tem, portanto, como dever

[...] a defesa do País como tal se entendendo também a liberdade cívica dos seus cidadãos, o Movimento das Forças Armadas, que acaba de cumprir com êxito a mais importante das missões cívicas dos últimos anos da nossa História, proclama à Nação a sua intenção de levar a cabo, até à sua completa realização, um programa de salvação do País e da restituição ao Povo Português das liberdades cívicas de que tem sido privado³⁸⁶.

Ainda no mesmo documento, o Movimento afirma a entrega do Governo a uma Junta de Salvação Nacional em contrapartida de um compromisso em manter a população informada e estabelecer eleições gerais para Assembleia Nacional Constituinte, permitindo ao –[...] País escolher livremente a sua forma de vida social e política‖³⁸⁷.

A população curiosa, sorridente, com sede de mudanças e na ânsia³⁸⁸ por acompanhar os eventos, descumprem os pedidos do MFA para que se mantenham em casa. Por volta das 4

³⁸³ **Diário de Notícias**, 2ª Tiragem, 25 de abril de 1974, primeira página.

³⁸⁴ –É o seguinte o texto de uma mensagem do capitão Bento na TV, para o Major Campos Moura no comando das operações: _O MFA tem ocupado os estúdios da R.T.P. Lisboa e Porto embora no Centro Emissor de Monsanto se registre interferência provocada por forças de reacção. A todo o momento serão dominadas. Logo de seguida a R.T.P. entrara ao serviço do MFA e do País noticiando os comunicados’l. **Diário de Lisboa**, 25 de Abril de 1974, p.2.

³⁸⁵ **As Razões do Movimento**. Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mfa2>, consultado em 26 de outubro de 2015.

³⁸⁶ *Ibidem*.

³⁸⁷ *Ibidem*.

³⁸⁸ Os momentos da Revolução dos Cravos e seus meses subsequentes foram amplamente fotografados, filmados, por inúmeros entusiastas do novo momento histórico bem como amplamente coberto por enviados de diversos países interessados nesta mudança de ventos por que passava o país.

horas da manhã, no Posto de Comando do MFA, através do Rádio Clube Português, [...] apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a suas casas nas quais se devem conservar com a máxima calma³⁸⁹. Busca-se a tomada do Governo pacificamente³⁹⁰, onde veremos diversos feridos ao longo dos dias 25 e 26³⁹¹, mas nenhuma morte. –Não há intenção deliberada de fazer correr sangue desnecessariamente, mas tal acontecerá caso alguma provocação se venha a verificar³⁹². O apelo contra qualquer manifestação de oposição ao Movimento também se faz presente, em vias de pacificação do ato. Novamente às 4:45, 5:00 e às 7:30, indicam que, –consciente de que interpreta os verdadeiros sentimentos da Nação, o Movimento das Forças Armadas prosseguirá na sua acção libertadora e pede à população que se mantenha calma e que se recolha às suas residências. Viva Portugal!³⁹³, ou, ainda, às 10:30 –O posto de Comando do Movimento das Forças Armadas constata que a população civil não está a respeitar o apelo já efectuado várias vezes para que se mantenha em casa³⁹⁴. Às 11:45, 13:00, 15:00, 17:30, 18:20 novos comunicados serão feitos pedindo que as pessoas retornem às suas casas e informando as tomadas que o movimento realizou até então. Novamente às 19:50 um novo comunicado –agradece a toda a população o civismo e colaboração demonstrados de maneira inequívoca desde o início dos acontecimentos, prova evidente de que ele era o intérprete do pensamento e dos anseios nacionais³⁹⁵. O último comunicado do dia será feito às 21 horas, onde –torna-se indispensável que a população continue a manifestar a sua compreensão e civismo. E a melhor forma de o fazer no momento é manter-se a calmamente nas suas residências³⁹⁶. A força deste dia pode ser observada na fala de um diálogo entre as –forças adversas, leia-se a Guarda Nacional da Republica, quando perguntado se é possível –dar cabo da acção, lhe é respondido: –Não vejo possibilidade porque está tudo atravancado e aqui há muita população metida no meio, que não nos hostiliza porque julga que estamos do outro lado e prossegue

³⁸⁹ **Os Comunicados do 25 de Abril.** Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mfa1>, consultado em 26 de outubro de 2015.

³⁹⁰ Não entraremos aqui no mérito da Guerra em África que, tendo feito grande influência para o desfecho do 25 de Abril, tem marcada na sua história uma lista longa de massacres e mortes em combates. Neste ponto, a propulsão de mudanças estabelecida na década de 60 e 70 foram sim violentas.

³⁹¹ Cita-se os cidadãos: Maria Emília Marques de 32 anos e Carlos Alberto Carvalho Parreira de 35 anos com graves ferimentos. Maria Fernanda de Jesus, 18; Fernando José Venâncio Pereira de 15; Arnaldo José Marques de 16 anos; José Morgado Rodrigues, 21 anos e Joaquim da Silva Guerra, 20 anos.

³⁹² **Os Comunicados do 25 de Abril.** Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mfa1>, consultado em 26 de outubro de 2015.

³⁹³ Ibidem.

³⁹⁴ Ibidem.

³⁹⁵ Ibidem.

³⁹⁶ Ibidem.

apontando que –de forma que não vejo bem que os meios aéreos possam limpar aquilo. Não acredito que tenha qualquer possibilidade de fazer qualquer acção ali||³⁹⁷.

Ao apontarmos as características e acontecimentos da Revolução dos Cravos, colocamo-nos no exercício teórico indicado por Trotsky, onde –a história de uma revolução, como toda a História, deve antes de tudo relatar os fatos que se passaram e como se passaram. Isto porém não basta. Segundo a própria narrativa, é necessário que se veja claramente por que os fatos aconteceram desta e não de outra forma||³⁹⁸. Ao colocarmos em perspectiva os diferentes ângulos das ruas no 25 de Abril, temos um conglomerado de personagens e de diferentes reivindicações mas que, em geral, colidiam em uma mesma entonação: –Todos queriam assistir ao fim do fascismo!||³⁹⁹.

Em meio à multidão que se juntava ao longo do dia 25, jornais eram distribuídos bem como os cravos vermelhos e brancos que existiam naquela altura, nas bancas das ruas lisboetas. Como declarava o capitão Salgueiro Maia, que ficaria famoso por seu ímpeto de justiça e liderança no cerco do Quartel do Carmo: –[as mulheres] pegam nos molhos que aí tinham e começam-nos a oferecer assim como outras pessoas e nos vêm oferecer de tudo, inclusive um homem com um presunto e uma faca!||⁴⁰⁰. Aponta-se também no jornal *República*: –ontem foi o domingo dos cravos vermelhos||⁴⁰¹. O artigo prossegue enfatizando a marca que daria o nome da Revolução: –de onde terão saído tantos, não se sabe. A verdade é que nos bolsos das fardas de grande número de soldados metido nos canos de suas armas, na mão ou na lapela de centenas de cidadãos que passaram o seu regozijo pelas ruas de Lisboa|| e conclui que –os cravos foram uma das notas dominantes de um domingo calmo embora muito alegre||. O golpe torna-se uma Revolução e pela Revolução, faz-se a festa e comemora-se.

O –cerco do Carmo|| tornar-se-ia um marco da Revolução||⁴⁰². O trajeto por onde faziam as tropas na tomada dos pontos nevrálgicos da cidade, referentes ao regime que ruía, as tropas do MFA conduziam-se em direção ao Quartel do Carmo; –[...] era já uma enorme multidão seguindo a bandeira nacional, jovens, muitos jovens seguiam-na cantando em coro _Liberdade, Liberdade, Liberdade‘||⁴⁰³. Após o ataque ao Quartel, os sitiados são avisados de que serão tratados como prisioneiros de guerra, caso se rendem e, caso não, rajadas de

³⁹⁷ **República**. 25 de Abril de 1974, ano 62, n. 15421, p. 4.

³⁹⁸ TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 15.

³⁹⁹ **Diário de Lisboa**, 26 de Abril de 1974, p.6.

⁴⁰⁰ Apud VARELA, Raquel. –História do Povo na Revolução Portuguesa||. In Leiria, Luís. –O cravo, símbolo da revolução||, in: Paço, António Simões do. –Os anos de Salazar||, Lisboa, Planeta DeAgostin, 2008, p.27.

⁴⁰¹ **República**. 29 de Abril de 1974, ano 62, n. 15424, p.2.

⁴⁰² VARELA, Raquel. **História do Povo na revolução Portuguesa**. Lisboa: Bertrand Editora, 2014, pp. 33-37.

⁴⁰³ **Diário de Lisboa**. 25 de Abril de 1974, p. 3.

metralhadora serão disparadas e, mesmo com os pedidos de retirada da população, a mesma –não arredara péll⁴⁰⁴. O aeroporto da Portela de Sacavém em Lisboa e o Aeroporto Pedras Rubras no Porto – os dois mais importantes do país - são fechados tanto para pouso como para decolagem⁴⁰⁵. O Terreiro do Paço, Belém, Campolide e São Sebastião também são pontos estratégicos tomados pelo exército. A aderência da –polícia militarll representada pela força dos Lanceiros 2 ocorre às 16:07, momentos antes da rendição de Marcelo Caetano, que se dará por volta das 17 horas, em pedido que a entrega do poder fosse diretamente à um representante, sendo então o General Spínola destinado a tal função, aclamado por uma multidão que sinaliza com urros de –Vitória, vitória, vitória!l. Mesmo após o cerco de proteção formado por Salgueiro Maia ao apontar que –se não for possível assegurar a segurança do general Spínola não se realizará a cerimónia de tomada de poderl⁴⁰⁶, o mesmo se rompe com a multidão. O Quartel do Carmo da GNR no Porto também é tomado, seguido da ocupação da Rádio Clube Português na cidade.

Os jornais da capital lançam mão de diversas tiragens ao longo do dia para tentar dar conta das ocorrências. O *República* destaca em suas capas: –Este jornal não foi visado por qualquer comissão de censura!l. Os dias 25 e 26 transcorrem sem objetivos claros, sem perspectivas definidas, visto em especulações como –os generais Spínola e Costa Gomes devem vir a formar uma junta militar!l⁴⁰⁷, porém, ainda nada é definitivo. A revolução toma seus primeiros passos rumo ao desconhecido, onde, por hora, o que une todas as forças é a vontade de colocar um ponto final à ditadura. Para o autor estadunidense, Kenneth Maxwell,

Com rapidez extraordinária, e sem oferecer resistência séria, um regime que governara Portugal desde fins da década de 1920 fora derrubado sem esforço. Em 26 de abril de 1974 uma multidão eufórica saiu às ruas. O programa do MFA foi afixado em muros e suas promessas democráticas foram lidas com avidez. O *Avante!*, jornal do Partido Comunista que desde sua fundação fora impresso na clandestinidade, passou de imediato a ser publicado abertamente. Viam-se rosas e cravos vermelhos por toda parte⁴⁰⁸.

O programa do MFA publicado logo no dia 25, desenhado pelo major Melo Antunes apontava duas direções: as medidas imediatas e as de curto prazo. Nas medidas imediatas propunha-se o exercício do poder político através de uma Junta de Salvação Nacional cuja

⁴⁰⁴ **Diário de Lisboa**. 25 de Abril de 1974, p. 3.

⁴⁰⁵ **Diário de Notícias**. 25 de Abril de 1974, ano 110, n. 38838. Segunda Tiragem, capa.

⁴⁰⁶ **Diário de Lisboa**, 25 de Abril de 1974, p. 3.

⁴⁰⁷ **República**. 25 de Abril de 1974, ano 62, n. 15421, capa.

⁴⁰⁸ MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado: Revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 91.

escolha do Presidente e Vice seriam feitas pela própria Junta, até que se formasse um Governo Provisório constituído por civis. Apontamos as medidas consideradas mais importantes pela Junta na proposta da destituição dos governadores civis que até então encontravam-se em exercício; substituição dos Governadores-Gerais no ultramar; extinção da polícia secreta e da Legião Portuguesa; anistia de todos os presos políticos; abolição da censura e exame prévio; reorganização das forças armadas e militarizadas e medidas que combatam a corrupção no país. Já as –medidas de curto prazo‖ pela Junta centravam-se no prazo de no máximo três semanas escolher um Presidente da República; mesmo durante o Governo Provisório, manter-se-á a Junta de Salvação; o período excepcional terminará tão logo eleja-se o Presidente e os membros da Assembleia Legislativa para a formulação de uma nova Constituição; medidas que visem a –independência do Poder Judicial‖; a extinção de tribunais especiais; promoverá uma nova política econômica que deve ser fundamentada para dar conta –em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas‖, lutando por abaixar a inflação e o custo de vida, implicando em medidas –antimonopolistas‖; a questão colonial como um problema político e não militar, promovendo um –debate franco e aberto‖ sobre o problema ultramarino. Por fim, declaram que –logo que eleitos pela Nação a Assembleia Legislativa e o novo Presidente da Republica, será dissolvida a Junta de Salvação Nacional e a acção das forças armadas será restringida à sua missão específica de defesa da soberania nacional‖. ⁴⁰⁹

O programa possuía em si medidas que buscavam abranger os mais diversos níveis sociais, ou como caracterizou Maxwell, um programa –ambíguo‖ ⁴¹⁰. O autor aponta que Spínola considerou o programa agressivo, sobretudo no que tangia as ações em África, tendo sido cortada a mando do general uma seção do Programa que garantia o direito à –autodeterminação‖ bem como a utilização do termo –fascista‖ ao relatar o regime deposto e considerar o golpe como –democrático‖ ⁴¹¹. Ao longo de VI Governos Provisórios, o programa veria suas facetas diminuídas nas mãos da política dominante. Os caminhos a serem trilhados tornam-se mais estreitos.

Para Varela, Portugal tornou-se um país mais justo, mais igual e mais culto a partir da Revolução de 74, sendo resultado desta Revolução o maior processo de mudança nas relações sociais que o país visitou na contemporaneidade. Argumenta que o Pacto Social em Portugal

⁴⁰⁹ **Programa do Movimento das Forças Armadas**. Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07> Consultado em 26 de outubro de 2015.

⁴¹⁰ MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado: Revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 88.

⁴¹¹ *Ibidem*, pp. 88-89.

– a transfiguração de parte do dinheiro arrecadado do trabalhador pelo Estado devolvido (leia-se devolvido e não dado) em salário social, ou seja, sob a maneira de serviços e bens públicos de forma gratuita ou próxima a isso - nasceu em 1975 e se concretiza na década de 1980, sendo resultado de uma permissão da burguesia tendo em vista a estabilização da contrarrevolução democrática como reação à revolução dos Cravos, em diálogo com a radicalidade instaurada no processo desta revolução⁴¹². Este movimento deu-se a partir da pressão do movimento operário e sindical pelo país desenvolvendo um temas das elites portuguesas sobre estes movimentos sociais.

Como deve ser uma Revolução, o 25 de Abril ficará marcado por sua intensidade e por processos rápidos que seguirão nos dias posteriores. A tomada das ruas pelo povo é marcante e emblemática. Uma frase escrita no muro do Instituto Superior Técnico de Lisboa ainda em Abril previa um futuro tão certo como as folhas caírem no outono... -Revolução das Rosas: pétalas para a burguesia, espinhos para o povo⁴¹³. O improvável se torna inevitável.

Breve panorama revolucionário

O Primeiro Governo Provisório toma posse em 16 de maio de 1974 - antecedido pela Junta de Salvação Nacional que será criada logo em Abril-, tendo como primeiro-ministro o advogado Adelino da Palma Carlos e, como presidente interino, António de Spínola. Este governo sofreria pressões de contraposição ao Programa da MFA em vias de fortalecimento da presença de Spínola como presidente até finais de 1976, o que seria amplamente rejeitado pelo Conselho de Estado, vindo Palma Carlos a pedir sua demissão em 9 de julho de 1974. Este governo contará com dois membros do PCP, sendo Álvaro Cunhal como ministro sem pasta, presidente do partido desde a década de 40 e Avelino Gonçalves como ministro do trabalho. O Segundo governo toma posse em 18 de Julho tendo como primeiro-ministro Vasco Gonçalves, apoiado pela ala do Movimento das Forças Armadas mas, entretanto, mantêm-se no poder apenas até 30 de setembro do mesmo ano. Novamente mantêm-se como ministro sem pasta Cunhal, mantendo-se neste cargo até o IV governo e, nesta composição, também encontraremos uma mulher, Maria de Lourdes Pintasilgo como ministra dos Assuntos Sociais que se manterá nesta função até o III governo provisório.

⁴¹² VARELA, Raquel. *Rutura e Pacto Social em Portugal: Um olhar sobre as crises económicas, conflitos políticos e direitos sociais em Portugal (1973-1975, 1981-1986)*. In **Quem Paga o Estado Social em Portugal?** (Coord.) VARELA, Raquel. Lisboa: Editora Bertrand, 2012, p. 75.

⁴¹³ MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado: Revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 92.

O terceiro governo toma posse em 01 de outubro de 1974, tendo Vasco Gonçalves como primeiro-ministro e terá como principal característica o plano das nacionalizações, fortemente influenciado pelas pressões sociais que irrompem o país. O controle operário sobre as ocupações de fábricas e diversas greves imperam também neste momento, tendo o 11 de Março data significativa no derrube deste Governo. Neste período, também será extinta a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado, sendo substituídos pelo Conselho da Revolução.

Em 26 de março de 1975, tomará posse o IV GP, ainda tendo Vasco Gonçalves como primeiro-ministro, a composição do corpo ministerial terá significativas mudanças e ainda contará com um novo membro do PCP, Álvaro Veiga de Oliveira como ministro dos Transportes e Comunicações que, após o contragolpe de Novembro de 1975, ainda comporá o VI e último governo como ministro do Equipamento e Social e também das Obras Públicas. Este período será influenciado pelas intensas manifestações populares que exercerão fundamental papel na queda deste governo, período conhecido como -verão quentell. O IV GP irá se manter até a data de 8 de agosto. O mês seguinte contará com um intenso movimento contra o movimento que ficara conhecido como -maioria silenciosall, designada em apoio ao general Spínola e contra o MFA, movimento este que será reprimido contando com a demissão forçada do então presidente interino, sendo substituído por Costa Gomes.

Iniciando um novo ciclo do PREC, o V Governo Provisório terá seu fim em 19 de setembro de 1975 e também fechando o ciclo de governo de Vasco Gonçalves. O VI e último Governo, que será chefiado por Pinheiro de Azevedo presenciará a contrarrevolução de 25 de Novembro, período que abrirá portas para o I Governo Constitucional, que tomará posse em 23 de julho de 1976 com o Presidente da República António Ramalho Eanes. No VI governo, antes do golpe de novembro, encontraremos uma tentativa de abertura para com os movimentos operários em um documento secreto intitulado: -Reconhecimento do Direito ao Controle Organizado da Produção pelos Trabalhadores em todos os ramos da Actividade da Economia Nacionall, anexo à ata da Reunião do Conselho da Revolução em 31 de outubro deste ano⁴¹⁴. Em meios de se reconhecer o direito ao -controle organizado da produção pelos trabalhadores em todos os ramos de actividade da economia nacionall, o documento irá defender que tal procedimento constata-se pela

⁴¹⁴ Conselho da Revolução: Documentação Económica e Social; Junta de Salvação Nacional, Caixa 1, Arquivo Torre do Tombo.

1. A construção da sociedade socialista depende de modo significativo da implantação e execução de um plano de transição da economia para o socialismo. Importa pois sublinhar que a luta dos trabalhadores não se pode quedar em posições meramente economicistas, nem ser desencadeada à margem das estruturas representativas da classe em nome e no interesse da qual se tem de fazer a Revolução.

Admitir a separação entre luta política e económica é fomentar actuações puramente reivindicativas e divisionistas, levando os trabalhadores com menos consciência de classe a lutar, simplesmente, por melhores condições de trabalho e de vida nos parâmetros de uma economia capitalista que, entretanto, se procuraria adaptar e reconverter.

2. Sem descer a pormenores de organização e funções, o presente diploma tem por objectivo criar as condições para a crescente participação organizada dos trabalhadores na batalha da economia, contra a sabotagem, pela melhoria quantitativa e qualitativa da produção que permitirá caminhar na via socialista a que o povo e as Forças Armadas se propuseram.

3. Considerando a urgente necessidade de reconhecer o direito ao controle organizado da produção pelos trabalhadores, como passo decisivo na consolidação e avanço do processo revolucionário;

Considerando o reconhecimento pelo MFA das estruturas unitárias de base como formas organizativas que permitem a concretização progressiva do poder popular;

Constatando que o direito ao controle da produção pelos trabalhadores só poderá ser exercido em termos consequentes através das suas estruturas unitárias e representativas.

Podemos compreender este período de instabilidade pelas pressões exercidas nos mais diferentes meios sociais e institucionais, sem esquecermos também das forças internacionais que imperavam neste momento de instabilidade. No sentido de defesa da força social exercida em Portugal, acompanha-se –a incapacidade de haver acordos institucionais prende-se com a impossibilidade de conjugação de projetos políticos, impossibilitados de realizarem-se pela dinâmica do movimento social, e não o seu inverso⁴¹⁵. Como o exemplo dado, as forças sociais influenciaram a dinâmica do processo político, social e económico do país, onde a estrutura –socializante^{ll} do período revolucionário irá romper-se com as mobilidades pós 25 de Novembro.

O período compreendido pela Revolução portuguesa contará com diversas conquistas sociais, conquistas essas impulsionadas pelos próprios grupos e movimentos mobilizados pela direção socializante por que representava aquele período. Entre elas, destaca-se a

[...] previdência, assistência na maternidade, doença e invalidez. É neste período que os trabalhadores conseguem o subsídio de desemprego, generalização do direito à reforma e à segurança social; acesso generalizado a cuidados de saúde; direito ao divórcio civil para casamentos católicos;

⁴¹⁵ VARELA, Raquel; PAÇO, António Simões do; ALCÂNTARA, Joana. A revolução dos Cravos: revolução e democracia, um debate. Outros Tempos, vol.11, n.17, 2014, pp. 212-229, p. 212.

habitação social, controle do preço das rendas e de bens alimentares essenciais; nacionalização da banca e das seguradoras nacionais, reforma agrária, democratização da gestão do ensino secundário e superior. É ainda neste período, é preciso recordá-lo, que um dos mais básicos direitos é conquistado: o direito à autodeterminação dos povos de África colonizados por Portugal. Entre julho de 1974 e novembro de 1975 é oficialmente reconhecida a independência da Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola⁴¹⁶.

As principais conquistas advindas do período da Revolução dos Cravos podem também serem entendidas a partir do processo que se inicia na dinâmica da guerra colonial e em distenções no corpo do Exército; crise econômica do capitalismo no ano de 1973; forte movimento operário; concentração jovem do movimento operário em órgãos não organizados devido ao Estado Novo, sendo considerado uma via de possibilidade para a radicalização no período revolucionário, pois –a ausência destas organizações na maioria das fábricas e empresas do País determinou a abertura espontânea do espaço para surgirem as comissões de trabalhadores⁴¹⁷. Medidas conquistadas ao longo do período revolucionário tratam-se de tarefas de caráter reformista/reformadora em seu âmbito de viradas contra uma burguesia instalada, como nacionalizações, aumentos de salários, melhorias laborais, reforma agrária, através de ações próprias do movimento operário, como as greves e suas variáveis além das ocupações de terras e das próprias fábricas.

Para além dos marcos datais das mudanças institucionais sobre as ondulações nos governos provisórios, Valério Arcary⁴¹⁸ propõe uma periodização a qual concordamos e apresentamos:

1) Entre Abril e Setembro de 1974 é um período fortemente marcado por lutas sociais nas colônias e em Portugal, através de greves, paralisações das tropas nas colônias e em fábricas, levando à queda do General Spínola e a um reforço dos movimentos reivindicativos, destacados por liberdades democráticas e fortalecimento das greves como canal de asseguramento contra despedimentos e contra direitos laborais.

2) De setembro de 74 a fevereiro de 1975 o período se torna marcado pelas fortes pressões contra os despedimentos e a proliferação das ocupações de fábricas, pertencendo as comissões de trabalhadores a um poder paralelo ao do Estado, onde o mesmo vê-se na

⁴¹⁶ VARELA, Raquel; PAÇO, António Simões do; ALCÂNTARA, Joana. A revolução dos Cravos: revolução e democracia, um debate. Outros Tempos, vol.11, n.17, 2014, pp. 212-229, p. 213.

⁴¹⁷ Ibidem, p. 217.

⁴¹⁸ Cf. ARCARY, Valério. **As esquinas perigosas da história**: situações revolucionárias em perspectiva marxista. São Paulo: Xamã, 2004.

necessidade de mobilizar meios de manter a produção, desembocando uma forte crise econômica.

3) Nos meses de fevereiro a setembro de 1975, inicia-se uma maior concentração do controle operário. O PS irá buscar legitimar-se através da Constituinte neste espaço através das eleições para sindicatos, autarquias, através da autogestão. O processo de militarização dos movimentos sociais através da junção -povo-MFA⁴¹⁹ será fortemente apoiada pelo PCP. Ocorre uma intensa manobra na tentativa de domínio para o fim do controle operário, este fortalecendo-se pela criação de estruturas coordenativas ao longo do país (CRTSM, Comitê de Luta de Setúbal, Coordenadora das CTs da Metalomecânica, Coordenadora das Comissões de Trabalhadores).

4) Setembro a novembro de 1975 será o período conhecido como o de -crise político-militar⁴²⁰, onde ocorrerá a recusa do Estado e da burguesia dominante em aceitar as expropriações iniciadas pela classe trabalhadora. Momento em que o Estado não consegue manter-se, ocorre um movimento de maior dualidade de poderes. Não há centralização de poderes na mobilização geral da sociedade, enfraquecendo as estruturas resistentes e reivindicativas. Revolução derrotada. Golpe contrarrevolucionário em 25 de novembro de 1975 contém em si um desfecho democrático, pautado na restauração de instituições em um Estado de direito e das forças armadas bem como eleições livres, direitos e liberdades assistidas, teoria esta defendida pelo historiador Valério Arcary como -reação democrática⁴¹⁹. A ruptura do processo revolucionário cooptado pelo 25 de Novembro caracterizará, portanto, em um processo de modernização liberal capitalista, e não uma continuidade do que se iniciou no 25 de Abril de 1974 com um projeto que propõe uma sociedade democrática e em busca pelas bases sociais. Na tomada de posse do I Governo, os objetivos serão expostos e, como bem se destaca, -uma revolução faz-se num dia, uma alteração das estruturas sociais é obra que exige longo estudo e longa ponderação⁴²⁰.

Haverá em primeiro lugar que pôr em estaque o imperativo de o Governo Provisório ser um Governo de unidade nacional, característica que impõe aos seus membros uma actuação de absoluta independência face aos programas doutrinários dos grupos políticos com que muito legitimamente se possam identificar. Só à luz deste espírito será possível consolidar a decisão sobre as opções fundamentais que só à Nação competem quando para tanto estiver organizada, o que terá de suceder no prazo de um ano.

⁴¹⁹ VARELA, Raquel; PAÇO, António Simões do; ALCÂNTARA, Joana. A revolução dos Cravos: revolução e democracia, um debate. Outros Tempos, vol.11, n.17, 2014, pp. 212-229, pp. 218-219.

⁴²⁰ Posse do I Governo Provisório. Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mfa7>. Consultado em 26/10/2015, p.01.

Nesse lapso de tempo, cabe ao Governo reparar as sequelas de meio século de paternalismo, e abrir campo à completa realização político-social dos cidadãos dentro de uma sociedade onde não tenham lugar desequilíbrios contrários à condição humana, e onde todos os portugueses participem na gestão de seus destinos.

[...] será preparada e promulgada legislação básica atinente a contemplar as condições de vida e de integração social dos trabalhadores, e da sua participação efectiva na vida económica nacional⁴²¹.

Ademais, na tomada de posse esclarece-se a liberdade de organização partidária; organização de novas leis para que seja possível eleições em vias democráticas; separação do executivo e judiciário; controle da inflação e adequação económica; liberdade sindical e salário mínimo; assistência social e proteção à mulher trabalhadora; inserção internacional. O problema ultramarino, como cerce das questões políticas no país, também recebe sua menção como o —mais importante e delicado dos problemas que terão de resolver-se, onde

Na plena consciência de que o problema não é militar, afirmamos desde já o nosso reconhecimento do direito de todos os povos à autodeterminação, assumindo solene compromisso de respeitar integralmente a decisão de populações ultramarinas, tomada porém esta em plena consciência, sem pressões de espécie alguma e na prévia garantia de que a opção terá de ser feita, não entre duas alternativas apenas, mas entre todo um leque de viabilidades. [...] compete às populações africanas e europeias de África escolher livre e conscientemente o seu destino, e a via mais autêntica para essa autodeterminação será o amplo debate das viabilidades de opção, no clima de liberdade democrática instaurado⁴²².

O pacto social que se concretizará, sobretudo no período entre 1975 a 1986 trará como características pautas em ganhos significativos para os trabalhadores através de uma via de mão dupla em interesses das classes –dominantes e das subalternas⁴²³, onde deve haver uma cedência da primeira e abdicação de conflitos da segunda para que haja alguma conquista de direitos ou, ao menos, um acordo de não retrocesso destes mesmos direitos. Após o golpe de Novembro de 1975, ocorrerá um sistemático processo de institucionalização de direitos, mesmo que ocorra um –recuo face à situação de facto do biénio 1974-1975|. Como destacamos anteriormente, os organismos sociais exercerão um processo de impulso nas conquistas individuais e coletivas, sem diminuir o ritmo dos conflitos sociais após a

⁴²¹ Posse do I Governo Provisório. Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mfa7>. Consultado em 26/10/2015, p.01

⁴²² Posse do I Governo Provisório. Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mfa7>. Consultado em 26/10/2015, pp.01-02.

⁴²³ VARELA, Raquel; PAÇO, António Simões do; ALCÂNTARA, Joana. A revolução dos Cravos: revolução e democracia, um debate. Outros Tempos, vol.11, n.17, 2014, pp. 212-229, p. 221.

Constituição de 1976, fato que se expressa em elevados números de greves e manifestações públicas.

Revolução, revoluções ou transição?

Tal qual uma gota d'água ricocheteando numa superfície e, depois, tornando-se plana e calma novamente, é a sociedade humana nas mais diversas facetas visitadas ao longo de nossa existência. Sob cismas que provocam mudanças, desencadeia processos, existimos numa cadeia que desencadeia prospecções. Uma revolução não é diferente. A partir de processos uma revolução distingue suas características, partindo de mudanças de estrutura dentro de determinada sociedade, alterando ou impondo novas correlações de forças. Uma revolução, portanto, não deve ser compreendida segundo seu destino ou seu resultado: ela é um processo que pode ou não terminar vitorioso. Em Portugal, a Revolução tem seu início após o golpe militar premeditado pelo MFA; a partir do momento em que o sistema cai, desestabiliza-se, novas medidas são tomadas, a população civil reivindica seus direitos através de diferentes meios, o regime político é tomado por novas direções: temos um processo revolucionário em curso.

Particularmente, em Portugal, existirá uma dualidade de poderes onde o Estado toma suas medidas e direções políticas enquanto o reflexo na sociedade civil e suas manifestações apontam para outra direção. Entendemos aqui, portanto, que uma revolução não necessariamente depende da tomada do aparelho de Estado, podendo apossar-se e dirigir-se a partir das medidas do regime político impostas, geralmente traduzidas a partir de crises dentro de uma determinada sociedade e da movimentação e capacidade das massas de imporem-se⁴²⁴. Um poder deve ser dissociado do outro.

Ao problematizar o emprego do termo –revolução, José Medeiros Ferreira demonstra a incapacidade ou a fraqueza da História em manter seus termos teóricos frente à incorporação do estudo da história em outros campos, como a Economia e as Ciências Sociais; ao tratar o 25 de Abril como Revolução, irá, posteriormente e justificadamente, chamá-la de –revolução imperfeita, em vias que –destinava-se a cobrir a falta de perspectiva temporal mas também indicava um movimento incompleto. Ainda neste sentido, julgava que

⁴²⁴ VARELA, Raquel; ARCARY, Valério; DEMIER, Felipe Abranches. **O que é uma revolução? Teoria, história e historiografia**. Lisboa: Edições Colibri, 2015, p. 17.

ao utilizar este novo termo, –ficar[ia] ao abrigo de qualquer mudança, que se venha a verificar, na natureza da revolução implicando novas interpretações!⁴²⁵.

Cabe aqui apontarmos os problemas identificados na questão da utilização do termo, mesmo que nos próximos tópicos isto venha a ser tratado novamente sob a égide do *revisionismo histórico*. Por uma concepção metodológica e da análise contundente sobre o tema desde 2012, adotamos, portanto, ao longo desta dissertação, o 25 de Abril como um ato revolucionário e, portanto, uma Revolução. Buscaremos destacar ao longo deste item características fundamentais para autores que consideramos capazes de articular tal teoria, onde concordamos com as dimensões sobre o termo. Ressaltamos novamente que não pretendemos adentrar nas problemáticas conceituais do uso da memória, mas sim a utilizarmos como uma ferramenta demonstrativa de como o emprego de termos na História pode sim influenciar os desdobramentos na sociedade. A maneira como a Revolução dos Cravos será –vendida! após os anos 2000, apontam para uma necessidade mais aprofundada de análise das adoções de interesses públicos e políticos sobre esta fatia da história portuguesa.

O combate pela memória desta mudança de ares no cenário português e a assimilação do discurso em torno do 25 de Abril é atualmente uma mobilização política de recuperação e ressignificação de valores, visto o interesse dessa apropriação diante da crise que avassala o país e afunda sua economia, nada mais sábio que trazer para o campo da mídia e do cenário político o simbolismo imagético que a data representa para a maioria da população. Liberdade e democracia ganham o discurso. A Revolução é, então, vista como um –delírio coletivo! e a tomada contrarrevolucionária na instalação do capitalismo liberal que se desencadeia pela direita socialista no país, ganha os pontos pela democracia representativa.

Partindo do princípio que as memórias coletivas se estabelecem a partir de uma –representação narrativa!⁴²⁶ na referência de que ela exista a partir de um –acontecimento socialmente significativo!⁴²⁷, a Revolução dos Cravos denota uma ruptura com um sistema de repressão e supressão da liberdade. Para Cruzeiro, no panorama português, a memória coletiva construída a partir dos alicerces de uma seletividade de memórias, prejudica e favorece um *revisionismo* pejorativo de significados quanto ao evento!⁴²⁸. As várias formas de

⁴²⁵ FERREIRA, José Medeiros. Prefácio. In **História de Portugal**. Portugal em Transe (1974-1985). (dir.) MATTOSO, José. (coord.) FERREIRA, José Medeiros. Portugal: Editora Estampa, 2001, p. 09.

⁴²⁶ MUDROVICIC, María Inés. Por que Clio retornou a Mnemosine? In: AZEVEDO, Cecília e outros (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 104.

⁴²⁷ Ibidem, p. 105.

⁴²⁸ CRUZEIRO, Maria Manuela. O 25 de Abril de 1974: Memória da Revolução e Revolução da Memória. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 2, n. 1, 2014, p. 27.

organização da memória coletiva possuem, no entanto, [...] um mesmo princípio unificador preside à sua organização, impondo uma leitura hegemónica dos acontecimentos históricos englobados na designação genérica de revolução⁴²⁹, logo, para a autora, [...] essa leitura hegemónica veicula versões no mínimo simplistas e redutoras, onde não cabe uma infinidade de memórias individuais discordantes⁴³⁰. A partir desta leitura, e da crítica a este *revisionismo* pautado na memória coletiva construída *a posteriori*, o país teria se democratizado automaticamente, ou, naturalmente. Diante de uma revolução pacífica, unificadora e consensual, os valores positivos para uma democracia liberal estavam a caminho, livrando-se dos esquerdistas mal intencionados e instalando uma democracia parlamentar⁴³¹.

Portanto, a data seria marcada ao longo dos anos subsequentes ora como uma revolução/ruptura no sentido positivo de novos referenciais para uma sociedade devastada, ora no sentido de ter sido apenas um contributo para a já prevista política marcelista e, por muitas vezes, vista como ato de baderna e desordem dentro de uma sociedade que –caminhava com seus próprios pés para a democracia⁴³². O desenvolvimento do *revisionismo histórico* apresenta-se como um modelo imperativo dentro da Revolução dos Cravos, onde esta tendência busca [...] relativizar regimes autoritários, violadores dos direitos humanos, e, por outro lado, condenar a tradição revolucionária⁴³³. Buscando uma direção no ato de conferir sentido à memória do passado, de acordo com as identidades, necessidades e visões políticas do presente, o *revisionismo* português terá seu ápice, sobretudo, nas comemorações de 25 de abril de 1994.

Com a instalação do regime parlamentarista em 1976, Portugal caminharia através das vias democráticas, tendência em ascensão nos países europeus. Como já foi aqui destacado, a utilização do discurso público sobre a Revolução ocorreria e se transformaria ao longo dos anos subsequentes. Desta forma, –para a direita, a homogeneização deriva do desejo de minimizar a história da revolução e até negar sua ocorrência⁴³⁴, como constatado

⁴²⁹ CRUZEIRO, Maria Manuela. O 25 de Abril de 1974: Memória da Revolução e Revolução da Memória. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, v. 2, n. 1, 2014, p. 28.

⁴³⁰ Ibidem, p. 28.

⁴³¹ Ibidem, pp. 29-30.

⁴³² FREIRE, Américo Oscar Guichard. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n.10, dez/2012, p. 135-138.

⁴³³ SOUTELO, Luciana de Castro. **A memória do 25 de Abril nos anos de cavaquismo**: o desenvolvimento do *revisionismo histórico* através da imprensa (1985-1995). Porto: UP, 2009. Dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre. Universidade do Ponto – Faculdade de Letras, 2009, p. 100.

⁴³⁴ Ibidem, pp. 16-17.

anteriormente. Logo, –a imagem da revolução evidentemente é parte indissociável da luta pela memória histórica, processo que, em si, pode envolver tanto afirmação quanto negação⁴³⁵.

Durante praticamente toda a década de 1980, pode-se destacar um importante processo de valorização e enaltecimento da Revolução, como importante marco histórico no processo de mudança de sistema político no país, destacando-se as conquistas baseadas na pacificidade do ato. A inserção de Portugal na Comunidade Europeia, por sua vez, contribui para mudanças de referência na redefinição de identidade da sociedade portuguesa pós 74⁴³⁶. A década seria amplamente marcada pela disputa ideológica em torno da revisão da Constituição, em busca da retirada dos conceitos, visões e componentes ideológicos de cunho marxista, ampliando o debate do que teria significado a Revolução. A década seria significativamente atingida pelos ideais neoliberais e pela política fundada na União Europeia. Como já apontava o futuro presidente, Mário Soares, em 1976, –[...] o capitalismo americano pode muito bem ‘digerir’ uma transformação económica e social profunda em Portugal. No fundo, pouco importa o número de nacionalizações ou o modo de gestão das empresas⁴³⁷. Pode-se salientar que com o predomínio de governos direitistas, os debates acerca das *ditaduras* ocorridas ao longo do século acabam por marginalizar-se, mas não extinguir-se.

Apesar de não haver contestações políticas sobre o 25 de Abril, uma certa *crise de identidade* paira sobre os meios de comunicação conservadores, colocando em destaque a identidade do português como o desbravador dos mares, enaltecendo as vias de conseguir superar as adversidades na Europa do início do século⁴³⁸. Como aponta Soutelo, com o 12º aniversário da Revolução, muitos ativistas, civis e políticos ligados diretamente à Revolução colocaram-se contra as manifestações, onde a identidade portuguesa não se deformou com a Revolução, mas sim com o fascismo imperativo em quase meio século de repressão⁴³⁹.

O ano de 1989 mostra-se emblemático na questão da recuperação da memória acerca do 25 de Abril: com a queda do muro de Berlim, evento que causou impacto mundial, as manifestações de outrora que visavam a democracia revolucionária, como ocorre em Portugal na década de 70, torna-se foco de *revisões*. O *combate pela memória* mostrar-se-á muito presente no sentido de resgatar as origens da democracia portuguesa e apontar seus

⁴³⁵ SOUTELO, Luciana de Castro. **A memória do 25 de Abril nos anos de cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico** através da imprensa (1985-1995). Porto: UP, 2009. Dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre. Universidade do Ponto – Faculdade de Letras, 2009, p.17.

⁴³⁶ Ibidem, p. 121.

⁴³⁷ SOARES, Mario. **Portugal, que Revolução?** Diálogo com Dominique Pouchin. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 70.

⁴³⁸ SOUTELO (2014), op. cit., p. 174.

⁴³⁹ Ibidem, p. 139.

-fundadores. A partir disso, a orientação de identidade torna-se mais clara na medida de buscar as vias democráticas impostas pelos partidos ditos de direita, então governantes majoritários neste período.

Por fim, o período a ser analisado que torna emblemática a causa do *revisionismo* português e que até os dias de hoje são colocadas em pautas, empregam suas raízes na década de 2000. Com o 30º (cujo *slogan* é *-Abril é Evolução*) aniversário da revolução e já com os moldes políticos impregnados com a inserção do país na União Europeia, o 25 de Abril é, enfim, forjado como um acontecimento de *-evolução*, apagando seu sentido revolucionário e único. Como aponta Cruzeiro, *-[...] ao omitir uma simples letra, apaga-se o passado revolucionário, celebrando o presente Neo-conservador e neo-liberal, numa complexa operação de marketing, situada algures entre a amnésia e a mentira*⁴⁴⁰.

No cenário português da academia visitamos alguns autores com António da Costa Pinto, chamando a revolução como *-evolução*, o que lhe rendeu críticas de autores como Fernando Rosas ao chamar-lhe de *-pseudocientífico*⁴⁴¹; António Borges Coelho, Manuel Villaverde e Luís Salgado de Matos também se envolveram no debate acerca da comemoração. Ou ainda considerar o período com predominância de continuidade, como autores de Manuel de Lucena e Joaquim Aguiar. É certo que um bom historiador adota seus termos e configurações da história que escreve partindo de seus próprios preceitos políticos e ideológicos. O distanciamento do objeto, por mais que seja buscado, dificilmente é alcançado. Ao escrevermos, embutimos em nossas palavras com base em nossas análises e prismas de visão que nos indique o caminho que mais nos interessa, analisando pragmaticamente. No caso de Portugal, a supressão do 25 de Abril como uma revolução, é a representação da tentativa de omissão da capacidade do povo de propor mudanças e ensaiar um cenário social que mais lhe interesse. Concordamos pois com Varela, quando a autora afirma que — a polémica é incontornável porque revela, mais o que um conceito, uma visão histórica sobre o que é uma revolução, os seus sujeitos, as suas consequências, os seus derrotados e vencedores⁴⁴². Afirmar a passividade do cidadão frente aos seus obstáculos é tão presente no pós-modernismo quanto na esfera lusa.

⁴⁴⁰ CRUZEIRO, Maria Manuela. O 25 de Abril de 1974: Memória da Revolução e Revolução da Memória. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, v. 2, n. 1, 2014, p. 28.

⁴⁴¹ VARELA, Raquel. Conflitos ou coesão social? Apontamentos sobre a história e memória da Revolução dos Cravos (1974-1975). In *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*. (Coord.) VARELA, Raquel. Lisboa: Bertrand Editora, 2012, p. 189.

⁴⁴² *Ibidem*, p. 191.

Como bem destaca Varela⁴⁴³, a utilização indiscriminada de diversos termos pela academia aponta a desatenção proposital ou não dos autores ao não assumir posições quanto ao assunto que tratam: -processo de democratização, -transição, -revolução incompleta, -transição pactada, -evolução são alguns dos termos que encontramos na literatura portuguesa quando trata-se o assunto de Abril. Autores como João Medina e Fernando Rosas também buscam uma via alternativa de lidar com a encruzilhada teórica, tratando o período de 74 a 75 como Revolução e a distinguindo da transição para a democracia após 1974. Se adentrarmos no estudo da ciência política sobre a utilização do termo, teríamos ainda mais extensa lista de tentativas justificadas para o emprego dos termos -revolução e -transição

444 .

O continuísmo é então declarado e sublinhado, deixando à margem e, literalmente, buscando apagar uma democracia que nasce a partir de uma ruptura, que transforma e evolui. A busca, ainda presente, de alterar o termo -revolução por -transição faz-se constante, na medida de camuflar uma ruptura brusca com um passado pérfido anterior. -Aquilo que nós discutimos é que o conceito de transição para uma democracia é um conceito absolutamente errado⁴⁴⁵ aponta Raquel Varela. -Quando há um processo revolucionário nós não sabemos se ele vai acabar na transição para a democracia ou em outra coisa qualquer e, portanto, os historiadores não têm de dar conceitos sobre o que vai acontecer, têm de analisar o que aconteceu. Em uma academia repleta de contradições, a historiografia portuguesa sobre o tema mostra-se cada vez mais fértil de pesquisa, em busca de compreender estas mesmas contradições que imperam ao longo destes 50 anos de políticas desmedidas e crescente decadência da economia do país. Em sua inconformidade compartilhada, Cruzeiro destaca que a -amnésia e mentira parecem ser afinal os dois pólos que marcam a forma como o regime democrático lida com esse trauma silencioso que é o 25 de Abril. Mesmo que o comemore, ou justamente porque o comemora... para mais facilmente o esquecer!⁴⁴⁶.

Teorizando a revolução

⁴⁴³ VARELA, Raquel. Conflitos ou coesão social? Apontamentos sobre a história e memória da Revolução dos Cravos (1974-1975). In **Revolução ou Transição?** História e Memória da Revolução dos Cravos. (Coord.) VARELA, Raquel. Lisboa: Bertrand Editora, 2012, p. 190.

⁴⁴⁴ Ibidem, pp. 190-191.

⁴⁴⁵ VARELA, Raquel. Sobre: **História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75**. Acesso em 14/05/2015. Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/%E2%80%9Co-25-de-abril-%C3%A9-ant%C3%ADtese-da-estabilidade-e-da-transi%C3%A7%C3%A3o%E2%80%9D/24119>

⁴⁴⁶ CRUZEIRO, Maria Manuela. O 25 de Abril de 1974: Memória da Revolução e Revolução da Memória. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 2, n. 1, 2014, p. 28.

Primeiramente devemos destacar que o emprego do termo –revolução não se reflete na possibilidade teleológica dos desdobramentos do fato histórico; ao contrário, apontamos que uma Revolução não se faz apenas a partir de seus resultados. Não concordamos, em verdade, ao teleologismo presente na segunda metade do século XX quando da –normalidade da transição de um sistema ditatorial, autoritário ou revolucionário para um tipo de regime da democracia liberal. Ao mesmo tempo em que, como aponta Matheus Silva, as sociedades ocidentais ficariam marcadas pelo –aprofundamento do modelo neoliberal como forma de solucionar os problemas da democracia contemporânea em busca da –melhoria da democracia dentro do âmbito da democracia liberal atualmente existente⁴⁴⁷. Sobretudo em Portugal, a democracia instalada reflete-se no processo causal entre as lutas de classes e frações de classes, do processo de golpe militar, revolução e contrarrevolução. Porém, o alcance desta democracia representativa não pode e não deve ser considerada como uma consequência inevitável⁴⁴⁸. Alguns pontos podem ser destacados para determinar este ponto de chegada:

Poder-se-á ponderar, no caso português, os fatores que pendiam a favor da consolidação de Portugal como uma democracia liberal – geograficamente inserido na Europa Ocidental, e portanto, no quadro da divisão de Ialta e Potsdam, na esfera de influência da NAT; peso das classes médias portuguesas; qualidade da direcção da contrarrevolução, que repousou em grandes dirigentes políticos como Mário Soares, etc. – e também fatores que faziam perigar essa hipótese – a existência de uma revolução; a profunda crise militar do País; o prestígio, ainda nessa altura, das sociedades onde a burguesia tinha sido expropriada e que representavam 2/3 da humanidade; a existência de países onde *a contrário* dos fatores internacionais, a expropriação se deu, como Cuba; a —onda revolucionária aberta com o Maio de 68 em França⁴⁴⁹.

Logo, o historiador tem como obrigação analisar os diferentes fatos desencadeantes de um determinado processo, sem subjugar-lo ao acaso. A democracia representativa em Portugal não era inevitável.

O autor Valério Arcary nos coloca uma indagação: –como definir uma revolução? Cabe-nos aqui uma reflexão sobre a utilização do termo, buscando não cair nas premissas que

⁴⁴⁷ SILVA, Matheus Passo. **Relações entre Estado e Democracia na Teoria Política Contemporânea**. *Apud* VARELA, Raquel. Conflitos ou coesão social? Apontamentos sobre a história e memória da Revolução dos Cravos (1974-1975). In **Revolução ou Transição?** História e Memória da Revolução dos Cravos. (Coord.) VARELA, Raquel. Lisboa: Bertrand Editora, 2012, p. 192.

⁴⁴⁸ VARELA, Raquel. Conflitos ou coesão social? Apontamentos sobre a história e memória da Revolução dos Cravos (1974-1975). In **Revolução ou Transição?** História e Memória da Revolução dos Cravos. (Coord.) VARELA, Raquel. Lisboa: Bertrand Editora, 2012, p. 193.

⁴⁴⁹ *Ibidem*, p. 194.

confundam sua utilização. Em primeiro, Arcary aponta que não devemos embaralhar o sentido de Revolução com um ato bem sucedido de uma insurreição⁴⁵⁰. Cabe destacar que não é a vitória ou a conquista do poder que exprime o caráter revolucionário, indo além deste fundamento. Insurreições vitoriosas ocorreram ao longo da história, sem que possamos apontar participação ou apoio das massas. Atentemo-nos ao fato de que a periodização histórica dos fatores políticos, não é inocente. Devemos alertar-nos para os desafios impostos aos indivíduos, aos *sujeitos sociais* que representavam em dado momento histórico, atentando-nos para as dimensões que os embalava. As portas da Revolução dos Cravos, por exemplo, se abrem a partir de um golpe instaurado pelo Movimento dos Capitães, sob o comando de Otelo Saraiva de Carvalho e temos, portanto, de tratá-la como –revoluções, na medida em que a partir de um golpe militar entra em cena uma –revolução política que abrirá caminho para uma –revolução social⁴⁵¹. Os caminhos da história e da psicologia individual e coletiva são vertiginosos. Como compreender a inércia e a estática posição de milhões de pessoas durante décadas de opressão e autoritarismo (mesmo que com reações cotidianas, pensando em maiorias) e, quando se instala um momento de instabilidade e possibilidade de mudança em seu quadro social, estas mesmas pessoas se transformam e tomam para si a possibilidade de transformação? Em Portugal este quadro se mostra evidente, onde pessoas –comuns, operários, trabalhadores urbanos e rurais aprendem a reconhecer em si próprios a bagagem contida por mudanças. O que estava seguramente trancada dentro destas balizes salta para fora diante da vaga de mudanças, aprendem a articular-se, a mobilizar-se e desprender de seus meios a tomada de algumas rédeas. A sabedoria embutida da possibilidade de conquistas para a melhora de sobrevivência mostra sua face. Logo, concordamos com a definição apontada a seguir:

Revoluções são, portanto, um fenómeno histórico que tem como característica definidora mais importante a irrupção multitudinária das classes populares e a sua intervenção ativa na arena política: por outras palavras, a abrupta elevação da intensidade das lutas de classes e mudanças aceleradas nas correlações de forças entre as classes. Por mais aguda que seja a crise económica, por mais severas que sejam as sequelas das catástrofes económicas e sociais, por mais dramática que seja a agonia do regime, sem que as massas entrem em cena não se abre uma situação revolucionária⁴⁵².

⁴⁵⁰ ARCARY, Valério. **As Esquinas Perigosas da História**: Um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2000, p. 472.

⁴⁵¹ Ibidem, p. 472.

⁴⁵² VARELA, Raquel; ARCARY, Valério; DEMIER, Felipe Abranches. **O que é uma revolução? Teoria, história e historiografia**. Lisboa: Edições Colibri, 2015, p. 18.

Para Arcary, –quanto mais massivas e legítimas forem as revoluções, mais pacíficas as suas formas, e mais limitadas as possibilidades da contra-revolução⁴⁵³. Para ele, Revolução se caracteriza pela –aceleração dos ritmos históricos, a agudização das lutas de classes, que está na raiz da abertura de crises revolucionária⁴⁵⁴, sem levar em conta seu desfecho, uma vez que esta medida se mostra anacrônica, focando na tensão social traduzida em um colapso, mesmo que parcial do poder de governo do Estado e, em paralelo, uma dualidade de poderes, uma via de mão dupla⁴⁵⁵. Portanto, o autor aponta que –a revolução se inicia muito antes da insurreição⁴⁵⁶, sendo o conjunto de uma crise nacional, crise de governo com crise de regime, ou –uma situação combinada de crise econômica e social e crise política, que coloca em marcha as camadas mais profundas do povo, até então, politicamente apáticas e desinteressadas⁴⁵⁷.

Dois fatores são delimitantes, em sua perspectiva de análise: –uma crise terminal do regime político de dominação⁴⁵⁸, sendo ele interno ou externo e –uma mudança de relação de forças entre as classes tão profunda, pela entrada em cena, através da ação direta, das camadas mais exploradas e oprimidas do povo⁴⁵⁹, que abre uma via de poderes, institucionalizados ou não, porém, reconhecidos pela massa. O autor aponta que as revoluções são –a irrupção multitudinária das classes populares e a intervenção ativa das massas na arena política: em outras palavras, a abrupta elevação da intensidade das lutas de classes, e bruscas e aceleradas mudanças nas correlações de forças entre as classes⁴⁵⁹. Por pior que seja o regime anterior ou como se dê uma tomada de poder, apenas com a tomada das massas como causa e como agentes ativos é que pode denominar-se Revolução. –Na situação revolucionária, a questão do poder está colocada, mas pode permanecer sem solução, e ser adiada, enquanto a crise revolucionária não se precipitar, ou a contra-revolução não conseguir derrotá-la⁴⁶⁰. Cabe estabelecer a percepção de que todo evento político, seja ele em momento revolucionário ou não, apresenta desdobramentos no campo social e econômico, logo, nada mais normal que os reflexos de uma revolução política se mostrar presentes nestes outros campos.

⁴⁵³ ARCARY, Valerio. **As Esquinas Perigosas da História**: Um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2000, p. 473.

⁴⁵⁴ Ibidem, p. 473.

⁴⁵⁵ Ibidem, p. 473.

⁴⁵⁶ Ibidem, p. 473.

⁴⁵⁷ Ibidem, p. 473.

⁴⁵⁸ Ibidem, p. 474.

⁴⁵⁹ Ibidem, p. 474.

⁴⁶⁰ Ibidem, p. 476.

Para um marxista, não há dúvida de que a revolução é impossível sem uma situação revolucionária, mas nem toda situação revolucionária conduz à revolução. Quais são, de maneira geral, os indícios de uma situação revolucionária? Estamos certos de não nos enganarmos se indicarmos os três principais pontos que seguem: 1) impossibilidade para as classes dominantes manterem sua dominação de forma inalterada; crise da "cúpula", crise da política da classe dominante, o que cria uma fissura através da qual o descontentamento e a indignação das classes oprimidas abrem caminho. Para que a revolução estoure não basta, normalmente, que "a base não queira mais" viver como outrora, mas é necessário ainda que "a cúpula não o possa mais"; 2) agravamento, além do comum, da miséria e da angústia das classes oprimidas; 3) desenvolvimento acentuado, em virtude das razões indicadas acima, da atividade das massas, que se deixam, nos períodos "pacíficos", saquear tranquilamente, mas que, em períodos agitados, são empurradas tanto pela crise no seu conjunto como pela própria "cúpula", para uma ação histórica independente⁴⁶¹.

Um dos traços diferenciadores de uma situação e de uma crise revolucionária, portanto, é que a primeira pode se manter aberta por vários anos, enquanto as crises, necessariamente, seriam períodos mais breves, curtos, rápidos e instáveis, porque insuportável, o peso e a gravidade do nível de tensão alcançado na luta de classes, para todos os protagonistas; em termos gerais, também analisa-se que as revoluções não se repetem, ao menos não de suas formas primárias⁴⁶².

Se formos passear rapidamente pelos pressupostos de Trotsky, o mesmo diferenciaria as revoluções a partir do emprego e do papel dos sujeitos sociais neste movimento, onde caberia um deslocamento social entre os trabalhadores e a classe média, necessitando, portanto, de uma direção política que seja envolvida e interessada em fazer a revolução. O *sujeito político*, para ele, torna-se indispensável. Arcary nos aponta algumas direções pertinentes sobre o pensamento de Trotsky sobre a revolução, interessante para nossa reflexão:

(a) a definição de Trotsky trabalha com o modelo russo como analogia histórica principal, o que como veremos adiante, pode ser útil, mas traz consigo o inconveniente de que –russifica demais a fórmula teórica em torno do pré-Outubro, porque as condições a que se refere, inexisteram, por exemplo, antes de fevereiro, e no entanto, fevereiro triunfou; (b) Trotsky discute as condições para o triunfo da revolução, o que é muito diferente, de condições necessárias para a abertura de uma situação revolucionária, e, com mais razão, para a abertura de uma crise revolucionária; (c) a história

⁴⁶¹ LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. **A Falência da Segunda Internacional**. São Paulo: Kairos, 1979, pp. 27-28.

⁴⁶² ARCARY, Valerio. **As Esquinas Perigosas da História**: Um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2000, p. 494-495.

demonstrou, de forma inexorável, que é indispensável uma disposição revolucionária do sujeito social, mas, o proletariado, pode ser substituído por outras classes, e os marxistas podem ser substituídos por outras direções. *Nem todos os marxistas são revolucionários, como é óbvio, mas também nem todos os revolucionários são marxistas, o que é menos lembrado*⁴⁶³.

Portanto, podemos destacar que alguns fatores são fundamentais para Trótsky no decorrer de um processo revolucionário, como a disposição e ação dos sujeitos sociais e destacando as classes civis do proletariado e do operariado; as funções subjetivas e objetivas das ações das massas sobre o processo revolucionário e, mais uma vez, a necessidade de um agente político que também assenta-se em partidos revolucionários. No desencadear de um processo instável, a –sublevação revolucionária que se prolongue por diversos dias só pode triunfar elevando-se progressivamente, de degrau em degrau, registrando constantemente novos êxitos. Uma trégua no curso dos sucessos é perigosa; se o movimento patinha no mesmo lugar, pode perder-se⁴⁶⁴. A presença e ação dos agentes sociais também como agentes ativos neste processo, tornam-se insustentáveis. Ou, ainda, como aponta Arcary,

um alerta sobre a articulação complexa dos fatores objetivos e subjetivos, *sempre relativos entre si e exercendo uma mútua e recíproca influência*; se a crise econômica é o *fundamento objetivo* da situação revolucionária, e, em última instância, decisivo, para explicar as flutuações de consciência das classes, em uma outra perspectiva, a mudança de humor e disposição das massas, um elemento subjetivo, é também, do ponto de vista do sujeito político, *objetivo*, porque embora *as revoluções não sejam provocadas pelos revolucionários*, a ação dos sujeitos políticos, se influentes sobre os humores das massas, poderia acelerar ou retardar o ritmo dos processos.⁴⁶⁵

Sobre os partidos revolucionários fica-nos claro um alerta ao passo que o desenvolvimento dos fatos em uma revolução é desenfreada e muitas vezes o agente, o sujeito político não consiga acompanhar o desenrolar destes fatos, possibilitando uma crise revolucionária. Em Portugal essa faceta é clara nas antigas direções partidárias e no desenfreado processo que fará parte do cotidiano ao longo dos 19 meses de processo revolucionário. –A desconfiança das massas nas velhas direções, um processo de ruptura política lento e difícil, em geral, é potencializado por mil, em uma situação revolucionária, e se acelera de maneira vertiginosa, mas não vem necessariamente acompanhado, de uma

⁴⁶³ ARCARY, Valerio. **As Esquinas Perigosas da História**: Um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2000, p. 496.

⁴⁶⁴ TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa**. A Queda do Tzarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 109.

⁴⁶⁵ ARCARY, op. cit. p. 498.

transferência de confiança para o partido à esquerda da esquerda⁴⁶⁶. –A necessidade histórica não abre o caminho em qualquer circunstância: se os fatores de subjetividade não se resolvem, não é possível pensar em uma transição pós-capitalista consciente⁴⁶⁷.

Revisionismo Histórico e a crise do Pós-Modernismo

O pós-modernismo pode ser considerado um atributo das mudanças tecnológicas, culturais, políticas e econômicas por que passaram as sociedades após os anos 1950, sobretudo as consideradas mais –desenvolvidas, segundo o padrão do capital. Com as transformações de ângulo político, a sociedade de consumo passa a ganhar força a partir, sobretudo, do desenvolvimento mais intensivo de equipamentos tecnológico e sua aplicabilidade nos diversos campos da vida humana. Politicamente, a –geração revolucionária de 1968 faz marca ao movimento, apesar de não ser a primeira vez que a modernidade é denominada como superada. Ao se analisar os momentos de ruptura e continuidade nos marcos históricos, Ellen Meiksins Wood aponta que, –[...] se chegamos a outro final histórico, o que acabou aparentemente, não foi tanto uma outra época, diferente, mas a mesma, outra vez⁴⁶⁸. Cabe destacar que, para a autora, o atual movimento de ruptura com a modernidade mantém certo desprezo pela concepção do que é a História, na medida em que o sentido do termo, em prol da busca por uma novidade apenas encontra-se na negação da abrupta demarcação do que o capitalismo significou para o século XX⁴⁶⁹. A partir de então, a análise do que é, o que significa e o que pode representar o presente, com uma alérgica aceitabilidade dos marcos de transformação do passado, acabam por marcar a análise histórica deste presente. Pode-se entender, a partir deste panorama, uma busca do movimento pós-moderno na história do século XX em apresentar uma esquerda frustrada em suas conquistas e, em compensação, uma direita suprema, guardiã da democracia, liberdade e bons costumes em busca de um enterro da história das lutas de classes. A supremacia do capitalismo é sublinhadamente defendida.

⁴⁶⁶ ARCARY, Valerio. **As Esquinas Perigosas da História**: Um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2000, p, 500.

⁴⁶⁷ Ibidem, pp. 515-516.

⁴⁶⁸ WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda pós-moderna? In **Em defesa da História. Marxismo e pós-modernismo**. (orgs.) WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 10.

⁴⁶⁹ Ibidem, p. 14.

As mudanças no pós-modernismo no campo das experiências espaciais e temporais, para David Harvey apresentam-se indispensáveis uma vez que “[...] são categorias básicas da existência humana⁴⁷⁰, onde seu surgimento se relaciona com as formas mais propensas ou não ao processo de acumulação do capital, através do entendimento destes aspectos. Para o autor, o surgimento do pós-modernismo irá remontar o período de expansão do pós-guerra, a partir da crise de 1973 com o colapso do sistema *fordista*.

Em diálogo ao exposto por Harvey, justamente os anos anteriores à Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974) serão refletidos com a crise de 1973, a primeira no pós-guerra e que chega a Portugal duramente. A queda do PIB em Portugal alcança variação negativa acima de 100% entre 1973 e 1974, caindo de 11,2% para 1,1% e em 75 para -4,3%⁴⁷¹. Esta crise impulsionará, claramente, os setores industriais a buscarem diminuir a produção bem como reduzir salários, o que ocasionará ainda mais descontentamento nas classes trabalhadoras, como apresentamos no primeiro capítulo desta dissertação. As medidas econômicas liberais tomadas por Marcello Caetano só intensificaram ainda mais as tensões que já existiam no seio do governo anterior de Salazar. Impulsionados pela crise, destacam-se que países como Portugal, Espanha e Grécia experimentam uma fase de dependência do *imperialismo* e suas metrópoles, sobretudo Estados Unidos. Na estrutura de dependência das metrópoles imperialistas, no sentido de industrializados x agrícolas, a imagem de -subdesenvolvimento apontava consequência para as classes dominadas frente à fraqueza numérica e seu inferior peso social e político diante de uma classe operária consciente e organizada, em contraposição a um campesinato ainda sujeito às relações de produção pré-capitalistas dentro das colônias. Para Poulantzas, a ligação de um regime ditatorial e seus desdobramentos desembocam num -atraso ou retrocesso econômico, o que, juntamente à situação de crise que passou Portugal no início de 70, acelerava ainda mais o caminhar para uma libertação revolucionária⁴⁷². Harvey aponta que este momento ainda se fundirá com as mudanças também pelos hábitos e atitudes culturais e políticos, apesar de mostrarem-se em uma face conservadora⁴⁷³.

⁴⁷⁰ HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 187.

⁴⁷¹ VARELA, Raquel. A revolução portuguesa de 1974-75 e o seu impacto na transição espanhola para a democracia vista através da imprensa clandestina espanhola. **Espacio, Tiempo y Forma**, série V, História Contemporânea, t.21, 2009, p. 267-287.

⁴⁷² POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 17.

⁴⁷³ HARVEY, op. cit., p. 179.

Outro importante autor que busca compreensão sobre as condições históricas do pós-modernismo é Perry Anderson, também estudioso de Portugal contemporâneo sobre a existência do “*ultracolonialismo*”⁴⁷⁴. Para ele, compreender e situar o pós-modernismo pode ser mais facilmente trabalhado em face de comparação e contextualização histórica. Essa comparação também se faz presente com Harvey, quando o autor constata que o modernismo encontrava-se em um constante movimento de busca por –futuros melhores‖ enquanto que pra o pós-modernismo a fragmentação altera a ordem por mudanças⁴⁷⁵. Neste sentido, Anderson aponta que o modernismo pode ser entendido com base em uma análise triangular, onde se encontra em cada extremo:

[...] uma economia e uma sociedade apenas semi-industriais ainda, nas quais a ordem dominante continuou em larga medida agrária ou aristocrática; uma tecnologia de grandes invenções cujo impacto era ainda recente ou incipiente; e um horizonte político aberto no qual levantes revolucionários de um ou de outro tipo contra a ordem dominante eram amplamente esperados ou temidos⁴⁷⁶.

Para o autor, com o final da Segunda Guerra Mundial, o sistema agrário e sua estrutura na Europa Ocidental, sob a influência do capital estrangeiro foram fulminados pela inserção e instituição da democracia capitalista, com a padronização dos bens de consumo as bases para uma revolução de esquerda foram se apagando. Em síntese, três movimentos possibilitarão uma condição de ruptura com o modernismo: o declínio da negação da moralidade burguesa; o avanço/banalização da tecnologia e as mudanças políticas na necessidade de absolver as perspectivas revolucionárias.

A década de 80 torna-se emblemática na superação do modernismo com a fixação vitoriosa de uma direita protagonizada por Reagan e Thatcher na busca por privatizações do setor público, abandono do Estado de bem-estar social que levavam a altos índices de desemprego, subordinados às cooperações capitalistas e sob as pressões dos mercados

⁴⁷⁴ O conceito de –ultracolonialismo‖ é empregado por Perry Anderson em 1966 em seu livro *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Segundo ele, o emprego do termo caracteriza uma sociedade com seu sistema econômico baseado na irracionalidade, no –arcaico‖. Segundo o autor, a –ideologia colonial portuguesa, como as suas equivalentes em qualquer outra parte do continente, é uma falsificação sistemática da realidade‖. O autor caracteriza a cosmologia portuguesa de –bizarra‖, a –irrealidade é tão flagrante e tão completa, [...] típico da propaganda organizada pelos regimes ditatoriais‖ ou, ainda, que –a ideologia colonial portuguesa é um exercício de pura mágica, onde a capacidade de busca na quebra das barreiras —linguísticas, geográficas, econômicas e sociais‖ torna o sujeito passivo a qualquer alteração, qualquer mudança no seu mundo, sendo, portanto, o –ultracolonialismo‖, –um passe de mágica transvertido‖ (ANDERSON, 1966).

⁴⁷⁵ HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 57.

⁴⁷⁶ ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 96.

financeiros internacionais. Para Soutelo, portanto, [...] o pós-modernismo pode ser definido como a lógica sociopolítica e econômica da reação capitalista à crise que sucedeu o período de prosperidade econômica do pós-guerra – o que pode ser situado na década de 70⁴⁷⁷.

Ainda não cabendo como foco de análise para o objetivo aqui proposto, a discussão da narrativa no campo da História no pós-modernismo é característica singular para compreender o fenômeno. Ao transformar a História em uma impossibilidade de compreensão do que se considera *real*, através da forma narrativa de um determinado evento, o revés sobrecarrega ao se retirar a possibilidade de compreensão das relações de poder econômica/política nas análises mega-estruturantes, cabendo apenas às análises micro a possibilidade de se enxergar através da narrativa histórica. Além do pessimismo em relação à História, o pessimismo político [...] parece ter origens em uma visão bastante otimista das possibilidades e da prosperidade capitalista⁴⁷⁸.

Outro aspecto que muito nos interessa na visão retórica do pós-modernismo é a recusa, ou negação das metanarrativas de forma relativizante, e, pode-se destacar o marxismo em especial. Harvey nos elucida ao apontar que muitas das críticas impostas sobre as metanarrativas são infundadas ao passo que estas são mais palpáveis e sofisticadas do que estes podem admitir⁴⁷⁹. Neste sentido, as apostas de uma amplitude nas problemáticas de estudo se alargam e se tornam mais passíveis de compreensão dos temas estabelecidos. Anderson nos aponta que a lógica de análise histórica do pós-modernismo acaba por expandir as perspectivas de objetos e acabam sempre por esbarrar na relativização que causa incongruências de entendimento, mostrando o caminho de que apenas o capitalismo seria possível neste mundo pós-moderno⁴⁸⁰. Ao se abandonar ou negar o materialismo histórico como um modo de análise buscando, em contrapartida, uma relativização absoluta da História e de sua análise, a nova esquerda

[...] perdeu sua capacidade de ter uma perspectiva crítica sobre si mesma e sobre os processos sociais de transformação que estiveram na base da emergência de modos pós-modernos de pensamento. Insistindo que eram a cultura e a política que importavam, e que não era razoável nem adequado

⁴⁷⁷ SOUTELO, Luciana de Castro. A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do *revisionismo histórico*. In **A Revolução de 1974-75: repercussão na imprensa internacional e memória(s)**. (Org.) LUÍS, Rita; SOUTELO, Luciana; SILVA, Carla. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2014, p. 121.

⁴⁷⁸ WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda pós-moderna? In **Em defesa da História. Marxismo e pós-modernismo**. (org.) WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 15.

⁴⁷⁹ HARVEY, David. **A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 110-111.

⁴⁸⁰ ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 121.

invocar a determinação econômica mesmo em última instância (para não falar de invocar teorias da circulação e da acumulação do capital ou de relações de classe necessárias na produção), ela foi incapaz de conter sua própria queda em posições ideológicas que eram fracas no confronto com a força recém-encontrada dos neoconservadores, e que a forçavam a competir no mesmo terreno da produção de imagens, da estética e do poder ideológico quando os meios de comunicação estavam nas mãos de seus oponentes⁴⁸¹.

A partir desta análise de Harvey, entende-se que a leitura pós-moderna das transformações econômicas e políticas são perigosas na medida em que cria limites e barreiras para uma luta política mais esclarecida ou, ainda pior, que esta necessidade de uma luta política seja necessária. Em exemplo, no caso português, quando ocorre a consolidação do regime democrático representativo a partir de 1982 e 1986 há uma brusca inversão de valores simbólicos e significativos, à lente do pós-modernismo: –Sectores da academia deixaram de analisar a revolução como um processo com o seu tempo e forma e passaram a analisá-la a partir da situação de consolidação do regime democrático liberal⁴⁸². Neste sentido, ao analisar a conjuntura pós-revolução, –[...] sucedem-se acontecimentos sem teoria, como se a ciência fosse a *aparência* com que os factos se apresentam, uma *narrativa*. Multiplica-se, em estilo pós-modernista, uma seleção e uso indiscriminado desses factos, como se a ciência não tivesse *essência*⁴⁸³. [grifo do autor]

Os horizontes da pós-modernidade nos parâmetros do capitalismo são tão igualmente otimizados ao se reclamar o *fim da História* em prol das perspectivas deste sistema. Esta ideia então, disseminada pelo filósofo estadunidense Francis Fukuyama⁴⁸⁴ aponta a universalização da democracia de cunho liberal no Ocidente e a derrocada da ideia de luta de classes ou mesmo dos problemas econômicos e políticos que uma esquerda atual viesse a apontar. A questão da desigualdade não estaria, portanto, ligada à estrutura legal ou social da sociedade. O liberalismo e o capitalismo reinante escapam pela culatra. Ao se argumentar sobre o *fim da História* o autor coloca, portanto, que a busca por novas vias de sociedade que não o capitalismo é a forma definida da superação da mesma e, quando não houver mais a necessidade, ou melhor, quando houver a morte das ideologias alternativas ao liberalismo, a emergência do –mercado comum⁴⁸⁵ se fará presente e diminuirá as tendências de conflitos entre

⁴⁸¹ HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 315.

⁴⁸² VARELA, Raquel. Revolução, Transição e Democracia: o debate sobre o significado da Revolução dos Cravos. **Revista catalana d'història**, v.7, 2014, p. 77.

⁴⁸³ Ibidem, p. 79.

⁴⁸⁴ FUKUYAMA, Francis. **Construção de Estados: governo e organização no século XXI**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

Estados. O mundo *pós-histórico* ainda poderia se ver diante de conflitos, caso as expectativas do neoliberalismo não fossem ultrapassadas⁴⁸⁵.

⁴⁸⁵ FUKUYAMA, Francis. **The End of History? In The Natinal Interest**, 1989. Consultado em 15/02/2015. Disponível em: <http://www.wesjones.com/eoh.htm>

2 CONCLUSÕES

Procuramos ao longo destas páginas apontar e discutir as principais características do período marcelista, enquadrando o ciclo dos movimentos sociais na propulsão da crise do Estado português. Os anos que antecederam a Revolução dos Cravos mostraram-se marcantes na defesa de que o país não se encontrava apático frente às perspectivas da mudança da governança de Oliveira Salazar para Marcello Caetano. Um intenso processo de radicalização política em diversos campos da sociedade portuguesa mostraram-se presentes, seja nas greves e paralisações laborais ou nos movimentos estudantis, repletos de debates e manifestações em oposição ao regime. A singular brecha que caracterizou o período marcelista, analisada nesta pesquisa, mostrou que sua tentativa de abrandar questões do cerne dos problemas por que o país passava acabaram por não resultar em uma –continuidade do Estado Novo, mas sim possibilitar e fomentar um maior processo de mobilização social que criou condições de possibilidade para uma ruptura de sistema.

Concluimos, portanto, que as movimentações sociais nas lutas reivindicativas contra o regime do Estado Novo estiveram presentes ao longo de todo o período autoritário, alcançando uma máxima no protagonismo popular nos anos governados por Marcello Caetano. A presença da luta operária, nas manifestações estudantis e organizações sociais como nas ocupações de terras e propriedades no país também estiveram fortemente marcadas nos dezenove meses do período revolucionário. Período este que contou com seis governos provisórios, cada qual percorrendo um ciclo de entrada e saídas que podem ser consideradas um caminho de mão dupla entre os conflitos institucionais no interior dos órgãos do Estado e nas organizações e pressões exercidas pelas manifestações do –povo, iniciadas antes da ruptura desenvolvida a partir do 25 de Abril.

3 APÊNDICES

APÊNDICE A – Empresas em Reivindicações Laborais (1970)

Empresas em Reivindicações Laborais por todo o país em 1970 (jan-dez)		
Forma Organizativa	Empresa, organização ou grupo	Total
Recurso de "Cera"	CIRA (2); Vidreiros da Marinha Grande; UFA (2); Loiça de Santarém (2); Sociedades Reunidas Reis; Iberol; Argubay; Empresa de camionagem "Boa Viagem"; Somague; INAPA (2); IMA; Silva & Neto; Trefilaria; José Ribeira da Senhora da Hora.	18
Greves	COVINA; LISNAVE; Pólvora de Moscavide; Fábrica Central de Marinha Grande; Unhais da Serra; Fábrica de Limas de Vieira de Leiria (2); Médicos dos Hospitais de Lisboa; Pescadores da Sardinha da Costa Norte; Oliveira Ferreira (2); Estivadores de Leixões; Pescadores de Matosinhos; Manuel Gonçalves (Texteis); Boa Reguladora (metalurgia); Carris; Mague; Penteadora de Unhais da Serra; Matadouro Santarém; Pescadores do Algarve; Pescadores de Peniche; Sapec; SONADEL; Barreiros; Mague; Siderurgia Nacional; Serviços de Transporte Coletivos do Porto; Descarregadores de Peixe da Lota da Figueira da Foz; CP Via Fluvial.	29
Protestos Junto à direção e/ou gerência	Sóda Póvoa; Oliveira & Ferreirinha; Tudor; Vidreiros da Marinha Grande; Sato Barbosa; Fábrica da Pólvora; Fábrica de Material de Guerra; Siderurgia Nacional; SONAC; Vidreiros da Roldão; Companhia das Minas de Carvão; Laboratórios Atral; Cerveja Via Longa; Robbialac; General Instrumentos Lusitânia; Previdente de Ribatejo; Fábrica Nacional de Sabões; Tudor; Carris; General Instrumentos Lusitânia.	21
Paralisações	Baptista Russo (2); Rosário-Moita; Parque Aeronáutico (2) (seção de pontos); UTIC (2); SAPEC; SONAFI (2); Plásticos UPLA (2); FIL(2) (empresa têxtil); Barreiros (montagem de caminhões); Secheron; Facar; Nacitex; Mola Moderna; Oliveira & Ferreirinha; Sepsa; Efacec; Nacitex (2); Fonear; Violas de Cortegaça e Espinho; IMA; Barreiros de Setúbal; Evima; M. Pereira; Roldão da Marinha Grande; Abelheira de S. Antão do Tojal; Garrações de Porto Alto; Sonaca de Sacavém; Gaz Cidia da Moita; Rogers; Lusotufo; Carris; Diário de Notícias; Metalurgia Nery; Olaio; Sorefame; Mevil; Mário Navega; Oliveira & Ferreirinha; CUF; CP Oficinas de Ovar.	47
Ameaça de Paralisações	SONAFI; Robbialac.	2
Delegação com apresentação de Propostas com assinaturas de funcionários	Diário de Notícias; Leyer; Fima, Olá; Siderurgia Nacional; Metalurgia Júlio Macedo; Serviços Médico Sociais do Distrito do Porto; Viação e Comércio de Alenquer; Lisnave; Olaio; Cimentos Tejo; Siderurgia Nacional; Abelheira; Mevil; Tudor; Oliveira & Ferreirinha; Fábrica do Cobre.	17
Ameaças de Greves	UCAL; Cimentos Tejo; EFATEC; Perry-Son; Arsenal; Companhia Portuguesa de Pesca; S. Nacional.	8
Formação de Comissão Reivindicativa	Companhia Nacional de Eletrecidade; Centro Biólogo de Oeiras; TAP; Ford; Fabrico Hipólito; Corticito; SONAFI;	7

APÊNDICE B - Empresas em Reivindicações Laborais (1971)

Empresas em Reivindicações Laborais por todo o país em 1971 (jan-dez)		
Forma Organizativa	Empresa, organização ou grupo	Total
Recurso de "Cera"	Tudor; Hospital de São João.	2
Greves	Pescadores Póvoa do Varzim; Ford; Fábrica do Ferro (Fafe); Jeffa; Fapobol; Parry Son; Gascidla; Fragateiros da Seixal; Firestone; Simões; Cabos D'Ávila; Geffa; Centro de Informação e Transmissões da Nato (eletricistas); Pescadores de Setúbal; Barros; Diário de Notícias; Hospital de Júlio Matos; Eduardo & Ferreirinha;	18
Protestos Junto à direção e/ou gerência	Metal Portuguesa; CP; Parry & Sonfe; Carteiros Correio; Estatuária Artística de Coimbra; Cinta Ideal; Trefilaria; Mague; Prevident; Termo-Eletrica; Mevl; Argibai; Cipan; Grémio; Cimentos Tejo; Va Guedes; V. Castelo; Aerlux; Fragatas do Tejo; Arsenal do Alfeite; UFA; Olaio; Sonaca; Sonadel; IMA; Oliveira & Ferreirinha; Fonte da Telha; Arsenal do Alfeite; Hipólito; TAP; Merck; Fomento Eborense; Prometaliz; Hospital Santo António (médicos); Hospital de São João (enfermeiros/as); Sonafi (2); Coelima; Carris; Rabor; Esmaltal; Serviços de Transportes Colectivos do Porto; Mário Navega; Vilarinho e Moura; Trofa; Movaulto; Imã; Rabor; Bancários Lisboa e Porto; Sitenor; Benito Garvia; Lisnave.	51
Paralisações	Tudor; Metal Portuguesa; Sorefame; Parry Son; General Motors; Rabor; Oliva; Alumínia; Esmaltal; Manuel Lopes & Fº; Fábrica Barros; Consórcio Laneiro de Portugal; Penteações de Làs; Utic; Pescadores de Setúbal; Professores do Distrito de Setúbal; Professores de Bragança; Professores do Porto; CP Barreiro; Fábricas Colmeias; Eduardo & Ferreirinha; Sociedade de Fabricantes LDA.; Ernesto Cruz; Neves Cardoso; Nova Penteação; Sotal; Sampaio Ferreira.	27
Ameaça de Paralisações	Hospital de São João	1
Delegação com apresentação de Propostas com assinaturas de funcionários	CP; Lisnave; Parry Son; Merck; Prometaliz.	4
Adoção de Trabalho Lento	Carris; Utic.	2

APÊNDICE C - Empresas em Reivindicações Laborais (1972)

Empresas em Reivindicações Laborais por todo o país em 1972 (jan-dez)		
Forma Organizativa	Empresa, organização ou grupo	Total
Recurso de "Cera"	Eduardo Ferreirinha & Irmão; Francisco António da Silva; Felândria; Oliveiras; Indústria Térmica Nunes Correia; Flândria; Trabalhadores dos Transportes Colectivos do Porto; Oliveiras.	8
Greves	Grundig; Casa da Moeda; Electro Cerâmica; Amadora; Fábrica Hipólito; Serralheria João Gomes Duarte; Geffa; Only; Mague; Citap; Fábrica de Alumínio Moller; Junta Nacional dos Vinhos; Trabalhadores dos Transportes Colectivos do Porto.	13
Protestos junto à direção e/ou gerência.	Esmaltal (2); Marinhos; Industrial de Chapelaria; For-Este; Volvo; Babook; Wilcox Portuguesa; Sitenor; Siderurgia Nacional; Sipe; Sonadel; Mague; Francisco António da Silva; Barreiros; Sonadel; Macol; Internex; Leão; Indústria Térmica Nunes Correia; CUF; Cometna; Famel; J. Ferreira Custódio; Sorefame; Oliveiras; Barcarena; Abelheira; Sorefame; Diário Popular; Cometna; Famel; Mota Quadros	33
Paralisações	Fábrica Leão; Sorefame; CUF; Lapidação de Diamantes Lisboa; Sitenor; Fábrica Manuel Pereira; Vicres; Fábrica Elias & Paiva; Eduardo Ferreirinha & Irmão; Sipe; Ferfor; Casa Hipólito (2); Felândria; Sach; Famel; F. Ramada; Barreiros; IMA; Utic; CTT; Sitenor; Serviços Municipalizados de Gás e electricidade Porto; Trabalhadores do Tráfego e da Estiva Porto; Trabalhadores do Tráfego e da Estiva Lisboa; Mague; Eurofil; William Graham; Fábrica de Produtos Estrela; Junta Nacional do Vinho; Carris; ADPL; Têxtil Artificial do Porto; Abelheira; Francisco A. Silva; Foroeste; Metalúrgica Sach; Oliveiras.	38
Ameaça de Paralisações	Francisco A. Silva; Fábrica de Pólvora de Sarcarena; UTIC.	3
Ocupação de Fábrica	Grundig.	1
Delegação com apresentação de Propostas com assinaturas de funcionários	Fábrica Avis; Eduardo Ferreirinha; Seixal; Fábrica de Lanifícios Têxtil de Alenquer; Serviços de Transporte Colectivo do Porto; Empresa Fabril do Norte; Mague; Sorefame; Movauto; Administração dos Portos do Douro e Leixões; Abelheira; Casa Nery.	13
Adoção de Trabalho Lento	Eduardo Ferreirinha; Lisnave.	2

APÊNDICE D - Empresas em Reivindicações Laborais (1973)

Empresas em Reivindicações Laborais por todo o país em 1973 (jan-dez)		
Forma Organizativa	Empresa, organização ou grupo	Total
Recurso de "Cera"	Alpiarça; Flandria; STCP; Companhia Industrial de Portugal e Colónias; Primeiro de Janeiro;	5
Greves	Trabalhadores dos Transportes Colectivos do Porto; Serrinha; Messa; Carris Lisboa; Carris Porto; Alpiarça; Greves de pescadores Matosinhos; Aveiro; Figueira da Foz; Oliveiras; Mague (2); Cima; Mistral; SIPE; Movitejo (2); Trefilaria; Soprem; Cámosda; Pescadores da Costa Norte; Portimão; Alhandra; Gialco do Porto; Movitejo de Alverca; Foz Nave; TAP; Moinhos de Santa Iria; Águas do Luso; Pedreira Cabrita; Corfi; Caves Messias; Sacor; Automática Eléctrica Portuguesa - Plessey; Standard Eléctrica; Algot; Control-Data; Alumínia; Triunfo de Coimbra.	39
Protestos junto à direção e/ou gerência.	Messa; Cometna; Empec; F.M. Bombarda; Sorefame; Mague; Central de Cervejas da Simpovóvel; Sorefame; Cometna; Estaleiros; Moagens Associadas de Alhandra; Olaio; Rabor; Oliva; Cámosda; Casa Hipólito; Eduardo Ferreirinha & Irmão; Robbilac; Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento; TAP; Empresa de Lanifícios Tejo; Alumínia; Estaleiros Navais do Mondego; STCP; Electro-Cerâmica; Hospital de Santo António; CUF; Ford Lusitânia.	28
Paralisações	Trabalhadores dos Transportes Colectivos do Porto; Serrinha; Messa; Carris Lisboa; Carris Porto; Cima (3); Foz-Nave; Estaleiros; CUF (2); Gil (2); Cel (2); Cat; Cabos D'Ávila (2); Rabor; Sersa; Foncar; Cotesi; "Bancos"; STCP; Tebe; Serviços Municipalizados de Aguas e Saneamento; Sepsa; Oliva (2); Messa; Firestone; Gil; Prometalis; Soprem; Grundig; Rabor (2); Transul; Diário Popular; TAP; Camionagem Esteves; Jornal de Notícias; Comta; Companhia Industrial de Portugal e Colónias; Casa Hipólito; Cotesi; Mague; Estaleiros Navais de Viana do Castelo; Eletro-Cerâmica; EFACEC; Lisnave; Geffa; Ima; Melka; Ford Lusitânia (2); Cotese; Fábrica de Loíça de Sacavém.	59
Ameaça de Paralisações	Plastidom	1
Ocupação de Fábrica	Abelheira de Tojal	1
Delegação com apresentação de Propostas com assinaturas de funcionários	Trabalhadores dos Transportes Colectivos do Porto; Mague; Casa Hipólito; Soprem; Empresa Fabril do Norte; Serviços Municipalizados de Aguas e Saneamento; Serviços Municipalizados de gás e Eletricidade; STCP; Diário de Lisboa; Telefones Central Automática; Cometna; Fima; Sorefame.	13
Adoção de Trabalho Lento	Mistral; SIPE; Transul; Plessey.	3

APÊNDICE E - Empresas em Reivindicações Laborais (1974 – JAN/ABR)

Empresas em Reivindicações Laborais por todo o país em 1974 (jan-abril)		
Forma Organizativa	Empresa, organização ou grupo	Total
Recurso de "Cera"	IMA;Ciderurgia Nacional; Lisnave; Camisaria Moderna.	4
Greves	Robbialac; Signetics; Operários Assalariados Alpiarça; Operários Assalariados Ameirim; Operários Assalariados Fazendas de Almeirim; Operários Assalariados Benfica do Ribatejo; Cometna; Sorefame; Electro-Arco; Bis; Sacor; Metalúrgica Duarte Ferreira; Fábrica de Limas Tomé Feteira; Fábrica Portuguesa de Lima; Secomedal; DSD Sacor; Centro Industrial Metalúrgico - Cacém; Tudor; Melka; Cipan; Lapidação de Diamantes Ruivo; J. Pimenta; Iberfal; Hipertex; GIL; Arsenal do Alfeite; Timex; Lisnave; Equimedal; Eduardo Jorge Camionagem; CUF; Babcook; Wilcex; Moagens de Santa Iria; Oliva; Vitralia; Sociedade Industrial de Concentrados; Oficinas Fonseca; Adega Cooperativa; Grémio da Lavoura; Fábrica Leão; Equimetal; Fábrica Portugal; Transul; Beira Rio	44
Protestos junto à direção e/ou gerência.	Robbialac; Cometna; Sorefame; Syrup; Efatec;Sepsa; Bruno Janz; Mevil; Arsenal do Alfeite; Casa Hipólito; MEC; Sede Póvoa; Alumínia; Empresa Vidreira de Pataias; Oliva; Mattel Incorporated Portugal; Fábrica de Cerveja de Vialonga.	18
Paralisações	Oficinas da CP; SCTP; IMA (2); Fábrica de Vidros F.M. Pereira; Colesí Grijó; Colesí Porto; Cometna; Sorefame (3); Efatec; UTIC; Ford Lusitânia; Sepsa; Mevil; Cetap; Alumínia; Algot; Eletro-Cerâmica; Signéticos; Fábrica Triunfo; Geffa; Meika; Ford Lusitânia; Cotesi; Robbialac; Dyrup; Cp Entroncamentos; F.M. Pereira; Cometna; Eléctro-Arco; BIS; Efacec; UTIC; Cetap; Metalúrgica Duarte Ferreira; Fundação de Oeiras; Fábrica de Limas Tomé Feteira; Marinha Grande Metalurgica; Marinha Grande Industria Vidreiros; Fábrica de Moldes Anibal H. Abrantes; Fábrica de Moldes Emidio Maria da Silva; Empresa de Maderia Sopré; Metalúrgica do Nicho; Metalúrgica Costa Nery; Metalúrgia de Videla; Metalurgia dos Claras; Metalurgia Barreira Alva; Compahia Portuguesa do Cobre; Neolux; Fábrica Leão; Eduardo & Ferreirinha; Eletro-Cerâmica do Candal; Vilar; REO; Metalurgia do Casaí; Sonafi; Estaleiros da Figueira da Foz; Roussel; Comportel; Metropolitano de Lisboa; J. Pimenta; Timex; Lisnave; Cinorte; José bento & Filhos; Efatex; CUP; CUF.	71
Ameaça de Paralisações	Fábrica de Fogões Leão; S.I. Produtos Elétricos.	2
Delegação com apresentação de Propostas com assinaturas de funcionários	Mague; Fábrica de Fogões Leão; Olaio; Metropolitano de Lisboa; Lever; Corgal; Tabagueira; Mevil; Sital; Tratoristas de Alpiarça; Diário de Notícias; Banco Toita & Açores; Carris.	13
Adoção de Trabalho Lento	Robbialac; Sacor; Fábrica de Limas Tomé Feteira.	3

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABADIA, Danúbia Mendes. **O Jornal Combate e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974-1978)**. 2010, 1-165, dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre. Goiânia, Universidade Federal de Goiás (UFG) – Faculdade de História, 2010.
- ACCORNERO, Guya. A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo. **Análise Social**, nº 208, XLVIII (3º), 2013.
- ALEXANDRE, Manuel Valentin. A descolonização portuguesa em perspectiva comparada. **Anais III Conferência Internacional África/Portugal, os Estados Unidos e a África Austral**. 31-59, 2005.
- AMARAL, D.F. O Antigo Regime e a revolução: memórias políticas. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.
- ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do Ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- ANTUNES, J. F. **Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa**. Lisboa: Difusão Cultural, 1991.
- ARCARY, Valério. A revolução solitária. **O Olho da História**. nº16, julho de 2011, s.p.
- ARCARY, Valerio. **As Esquinas Perigosas da História: Um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista**. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2000.
- BAPTISTA, António Alçada. **Conversas com Marcello Caetano**. Lisboa: Ed. Moraes, 1973.
- BARRETO, A. **A situação social em Portugal. 1960-1995**. Lisboa: ICS UL, 1996.
- BARRETO, António; MÓNICA Maria Filomena. **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, Vol. VIII, Suplemento F/O, 1999, pp. 417-668.
- CAETANO, Marcello. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Record, 1974.
- CARVALHIDO, Sérgio Domingos de Araújo. **Militarismos, “Parapolíticos” e Perfis Populares na Génes e (Des)consolidação do 3º Império Colonial Português**. Porto: UFP, Dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, 2005.
- CARVALHO, Luís Pedro Melo de. **O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril: do Marcelismo à queda do Estado Novo**. Dissertação apresentação para obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, 2009.

CARVALHO, Rita Almeida. A definição de Marcelo à luz da revisão da Constituição. In: **A Transição Falhada** (coord.) ROSAS, Fernando. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

CASTELO, Cláudia. Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, 19(2), 2012.

CERVELLÓ, J.S. **A Revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1993.

CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato. **Marxismo como ciência social**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

CORKILL, David. O Desenvolvimento Económico Português no Fim do Estado Novo. In: **A Transição Falhada – o Marcelismo e o fim do Estado Novo**. (org.) ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, P.A. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2004.

CRUZ, M.B. **Instituições Políticas e Processos Sociais**. Lisboa: Bertrand, 2000.

CRUZEIRO, Maria Manuela. O 25 de Abril de 1974: Memória da Revolução e Revolução da Memória. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 2, n. 1, 2014.

FERREIRA, José Medeiros. Prefácio. In **História de Portugal**. Portugal em Transe (1974-1985). (dir.) MATTOSO, José. (coord.) FERREIRA, José Medeiros. Portugal: Editora Estampa, 2001.

FONER, Eric. **La historia de laliberdaden EE.UU**. Barcelona: Ediciones Península, 2010.

FREIRE, Américo Oscar Guichard. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n.10, dez/2012.

FRY, Peter. Culturas da diferença: sequelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África austral. **Afro-Ásia**, 29(30), 271-316, 2003.

FUKUYAMA, Francis. **Construção de Estados: governo e organização no século XXI**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History? In The Natinal Interest**, 1989. Consultado em 15/02/2015. Disponível em: <http://www.wesjones.com/eoh.htm>

GONÇALVES, Avelino António Pacheco. Três momentos decisivos na construção democrática. **O Militante**, nº 238 - Janeiro / Fevereiro, 1999. Consultado em 09 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.pcp.pt/publica/militant/238/p36.html>

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves. **Os filhos da terra do sol: a formação do estado-nação em Cabo Verde**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2002.

LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. **A Falência da Segunda Internacional**. São Paulo: Kairos, 1979.

MARCELLO, Caetano. **Pelo Futuro de Portugal**. Lisboa: Ed. Verbo, 1982.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Corporativismo e trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal e no Brasil. In. **O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. (org.). MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl. -A Chamada Acumulação Original; 3. Legislação Sangrenta contra os Expropriados desde o fim do século XV. Leis para o rebaixamento de salários. *O Capital*. Acesso em 24 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/cap24/cap01.htm>

MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado: Revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MAXWELL, Kenneth. As colônias portuguesas e a sua descolonização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 15/16/17, 1985.

MILIBAND, Ralph. **Marxismo e política**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. MÜLLER, Ricardo Gaspar. -História e experiência: contribuições de E. P. Thompson à pesquisa em educação. **Perspectiva**. Florianópolis, v.21, 02, p.329-349.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; VASCONCELOS, Isabella Francisco Freitas Gouveia de. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MUDROVICIC, María Inés. Por que Clio retornou a Mnemosine? In: AZEVEDO, Cecília e outros (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MURTEIRA, Mário. Do estado obsoleto à nação democrática (Portugal na periferia europeia na segunda metade do século XX). **Análise Social**, v.XXII (91), 1986-2.

NETTO, José Paulo. **Portugal: do fascismo à Revolução** *apud* ABADIA, Danúbia Mendes. **O Jornal Combate e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974-1978)**. 2010, 1-165, dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre. Goiânia, Universidade Federal de Goiás (UFG) – Faculdade de História, 2010.

NOVO, Ângelo. O 18 de Janeiro na historia das ideias. In. **Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX**. (coord.). VARELA, Raquel; NORONHA, Ricardo; PEREIRA, Joana Dias. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

PATRIARCA, Fátima. Continuidade e ruptura: as primeiras leis sociais de Marcello Caetano. Acessado em 24 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/Maria%20de%20F%C3%A1tima%20Patriarca%20%20Publica%C3%A7%C3%B5es%202008%20n%C2%BA1.pdf>

PATRIARCA, Fátima. Taylor no Purgatório: O trabalho operário na metalomecânica pesada. **Análise Social**, vol. XVIII (71), 1982-2º, p.435-530.

PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. **Limites do ultramar português, possibilidades para Angola:** o debate político em torno do problema colonial (1951-1975). Niterói: UFF, dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre. Universidade Federal Fluminense, 2009.

PEREIRA, Pedro Cantinho. Portugal e o início da Construção Europeia (1947-1953). **Nação e Defesa**, nº115, 3ª série, 1996.

PERISSINOTO, Renato. Marx e a Teoria Contemporânea do Estado. In **Marxismo como ciência social**. CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e a *intelligentsia* salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951-1974). **História**, 28(1), 2009.

POPINIGIS, Fabiane. -E.P.Thompson e a experiência da classe trabalhadora. AMORIM, Henrique; SILVA, Jair (org.) **Classes e lutas de classes**. São Paulo: Annablume, 2015.

POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras:** Portugal, Grécia, Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ROCHA, Edgar. Crescimento económico em Portugal nos anos de 1960-73: alteração estrutural e ajustamento da oferta à procura de trabalho. **Análise Social**, vol. XX (84), 1984-5º, pp. 621-644.

ROCHA, Edgar. Portugal, anos 60: crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias. **Análise Social**, 13(51), 1977.

ROSAS, Fernando. La oposición a la dictadura militar y al Estado Novo (1926-1974): la larga marcha de las izquierdas portuguesas. **Ediciones Universidad de Salamanca, Stud. Hist.** N.21, 2003, pp. 137-154.

ROSAS, Fernando. O Marcelismo e a crise final do Estado Novo. **Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)**. I Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa 23 a 28 de Novembro de 1998, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, P.A. **A Transição Falhada**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

RUIVO, Francisco Felgueiras Bairrão. **Spinolismo: Viragem Política e Movimentos Sociais**. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Tese defendida para a obtenção do grau de Doutor em História Contemporânea. Julho de 2013.

SANTOS, Pedro Manuel. **Portugal e a NATO:** Diplomacia em tempo de guerra (1961-1968). Lisboa: ISCTE, Dissertação defendida para obtenção do grau de Mestre, 2008.

SARAIVA, J.H. **História de Portugal**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2004.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. Verbetes -Liberalismoll. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

SOARES, Mário. Como vivi a queda de Salazar e a Primavera Invernosa de Caetano. **Visão Histórica**, nº2, 2008.

SOARES, Mario. **Portugal, que Revolução?** Diálogo com Dominique Pouchin. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SOUSA, Alfredo de. Os anos 60 da nossa economia, **Análise Social**, 30(4), 1995.

SOUTELO, Luciana de Castro. A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do *revisonismo histórico*. In **A Revolução de 1974-75: repercussão na imprensa internacional e memória(s)**. (Orgs.) LUÍS, Rita; SOUTELO, Luciana; SILVA, Carla. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2014.

SPÍNOLA, António de. **Portugal e o Futuro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.

SUÁREZ, Miguel Ángel Pérez. **Contra a exploração capitalista: Comissões de trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)**. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2008. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em História dos Séculos XIX e XX. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2008.

TELO, António José. Portugal e a NATO (1949-1976). **Primavera**, nº89, 1999.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa** (vol. 1). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TORGAL, Luís Reis. Marcello Caetano antes do marcelismo. **Espacio, Tiempo y Forma**, Serie V, Historia Contemporânea, t.19, pp. 49-73, 2007.

TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa. A Queda do Tzarismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VARELA, Raquel. Sobre: **História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75**. Acesso em 14/05/2015. Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/%E2%80%9Cco-25-de-abril-%C3%A9-ant%C3%ADtese-da-estabilidade-e-da-transi%C3%A7%C3%A3o%E2%80%9D/24119>

VARELA, Raquel. -Um, dois, três MFA...!: o Movimento das Forças Armadas na Revolução dos Cravos – do prestígio à crise. **Revista Brasileira de História**, 32(63), 404-425, 2012.

VARELA, Raquel. **A História do PCP na Revolução dos Cravos**. Lisboa: Bertrand Editora, 2011.

VARELA, Raquel. A persistência do conflito industrial organizado: greves em Portugal entre 1960 e 2008. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 3, n.6, pp. 151-175, 2011.

VARELA, Raquel. A revolução portuguesa de 1974-1975 e o seu impacto na transição espanhola para a democracia vista através da imprensa clandestina espanhola. **Espacio, Tiempo y Forma**. Série V, t.21, pp. 267-287, 2009.

VARELA, Raquel. Conflitos ou coesão social? Apontamentos sobre a história e memória da Revolução dos Cravos (1974-1975). In **Revolução ou Transição?** História e Memória da Revolução dos Cravos. (Coord.) VARELA, Raquel. Lisboa: Bertrand Editora, 2012.

VARELA, Raquel. **História do Povo na revolução Portuguesa**. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.

VARELA, Raquel. Rutura e Pacto Social em Portugal: Um olhar sobre as crises económicas, conflitos políticos e direitos sociais em Portugal (1973-1975, 1981-1986). In **Quem Paga o Estado Social em Portugal?** (Coord.) VARELA, Raquel. Lisboa: Editora Bertrand, 2012.

VARELA, Raquel; ARCARY, Valério; DEMIER, Felipe Abranches. **O que é uma revolução? Teoria, história e historiografia**. Lisboa: Edições Colibri, 2015.

VARELA, Raquel; PAÇO, António Simões do; ALCÂNTARA, Joana. A revolução dos Cravos: revolução e democracia, um debate. **Outros Tempos**, vol.11, n.17, 2014, pp. 212-229.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda pós-moderna? In **Em defesa da História. Marxismo e pós-modernismo**. (org.) WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

5 FONTES

Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal – Lisboa

Avante! Ano 39, série VI, n. 411, janeiro de 1970.

Avante! Ano 39, série VI, n. 412, fevereiro de 1970.

Avante! Ano 39, série VI, n. 415, abril de 1970, p. 04.

Avante! Ano 39, série VI, n. 416, maio de 1970.

Avante! Ano 39, série VI, n. 417, junho de 1970.

Avante! Ano 39, série VI, n. 418, julho de 1970.

Avante! Ano 39, série VI, n. 419, agosto de 1970.

Avante! Ano 39, série VI, n. 420, setembro de 1970.

Avante! Ano 39, série VI, n. 421, outubro de 1970.

Avante! Ano 39, série VI, n. 422, novembro de 1970.

Avante! Ano 39, série VI, n. 423, dezembro de 1970.

Avante! Ano 39, série VI, n. 424-1, janeiro de 1971.

Avante! Ano 39, série VI, n.413, março de 1970.

Avante! Ano 40, série VI, n. 425-1, janeiro de 1971.

Avante! Ano 41, série VI, n. 426, fevereiro de 1971.

Avante! Ano 41, série VI, n. 429, maio de 1971.

Avante! Ano 41, série VI, n. 430, junho de 1971.

Avante! Ano 41, série VI, n. 431, julho de 1971.

Avante! Ano 41, série VI, n. 432, agosto de 1971.

Avante! Ano 41, série VI, n. 433, setembro de 1971.

Avante! Ano 41, série VI, n. 434, outubro de 1971.

Avante! Ano 41, série VI, n. 435, novembro de 1971.

Avante! Ano 41, série VI, n. 436, dezembro de 1971.

Avante! Ano 41, série VI, n. 437, janeiro de 1972.

Avante! Ano 41, série VI, n.428, abril de 1971.

Avante! Ano 42, série VI, n. 438, fevereiro de 1972, p.01.

Avante! Ano 42, série VI, n. 438, fevereiro de 1972.

Avante! Ano 42, série VI, n. 438, fevereiro de 1972.

Avante! Ano 42, série VI, n. 439, março de 1972.

Avante! Ano 42, série VI, n. 440, abril de 1972.

Avante! Ano 42, série VI, n. 441, maio de 1972.

Avante! Ano 42, série VI, n. 442, especial/junho de 1972.

Avante! Ano 42, série VI, n. 443, junho de 1972.

Avante! Ano 42, série VI, n. 444, agosto de 1972.

Avante! Ano 42, série VI, n. 445, setembro de 1972.

Avante! Ano 42, série VI, n. 446, outubro de 1972.

Avante! Ano 42, série VI, n. 447, novembro de 1972.

Avante! Ano 42, série VI, n. 448, dezembro de 1972.

Avante! Ano 42, série VI, n. 449, janeiro de 1973.

Avante! Ano 43, série VI, n. 450, fevereiro de 1973.

Avante! Ano 43, série VI, n. 451, março de 1973.

Avante! Ano 43, série VI, n. 452, abril de 1973.

Avante! Ano 43, série VI, n. 453, maio de 1973.

Avante! Ano 43, série VI, n. 454, junho de 1973.

Avante! Ano 43, série VI, n. 455, julho de 1973.

Avante! Ano 43, série VI, n. 456, agosto de 1973.

Avante! Ano 43, série VI, n. 457, setembro de 1973.

Avante! Ano 43, série VI, n. 458, outubro de 1973.

Avante! Ano 43, série VI, n. 459, novembro de 1973.

Avante! Ano 43, série VI, n. 460, dezembro de 1973.

Avante! Ano 43, série VI, n. 461, janeiro de 1974.

Avante! Ano 43, série VI, n. 462, fevereiro de 1974.

Avante! Ano 44, série VI, n. 463, março de 1974.

Avante! Ano 44, série VI, n. 464, abril de 1974.

Avante! Anos de 1969-1976. Requisição Manual de Periódicos sobre o Depósito J. 1316 A.

Diário de Lisboa, 26 de Abril de 1974.

Diário de Lisboa. 25 de Abril de 1974.

Diário de Notícias em Primeira Página. Depósito P. 2392 A.

Diário de Notícias, 2ª Tiragem, 25 de abril de 1974, primeira página.

Diário de Notícias. 25 de Abril de 1974, ano 110, n. 38838. Segunda Tiragem.

Diário do Governo. I série, número 117, 11 de junho de 1951.

Discursos sobre a liberdade de imprensa no primeiro parlamento português. Depósito 28343P.

Expresso. Anos de 1974-1975. Requisição Manual de Periódicos sobre o Depósito J. 1299 A.

Intervenções do Estado em empresas. Depósito P.P. 14726 V.

Jornal de Notícias, 1973-1974. Cota J.2997G, Microfilme F.P.179

Jornal Século, 1973-1976. Cota J.25616, Microfilme F.P. 148

Lei 2144, de 29 de Maio de 1969. Diário do Governo, nº 127/1969, Série I de 1969-05-29.

Lei3/71 de 16 de Agosto de 1971, Diário do Governo nº 192/1971, 1º Suplemento, Série I de 1971-08-16.

Maio 74 dia a dia. Depósito S.C 91734 V

Poder Local e Regional na Assembleia Constituinte. Depósito S.C. 114408 V.

PORTUGAL, Decreto-Lei 49058, 14 de Junho de 1969, redação substituto do Decreto-Lei 23050 de 23 de Setembro de 1933. Ministério das Corporações e Previdência Social, n. 138/69, Série I.

PORTUGAL, Decreto-Lei 49212, de 28 de Agosto de 1969. Diário do Governo nº 201/1969, Série I de 1969-08-28.

PORTUGAL, Decreto-lei nº353, de 13 de julho de 1973 e decreto-lei nº409, de 20 de agosto de 1973.

PORTUGAL, Lei 2137, de 26 de Dezembro de 1968. Diário do Governo, nº 303/1968, Série I de 1968-12-26. Base I.

Relatório da Problemática do Salário Mínimo, 1973-1974. Depósito P.P 13464 V.

Relatório do Banco de Portugal, Referência 1970.

Republica, –O povo já não tem medo! Foi hoje e aqui que nos destruámos o fascismo!! (capa)
–O povo tem direito ao Poder!! (p. 12) Ano 62, 2ª série, n. 15426, 2 de maio de 1974.

República. 25 de Abril de 1974, ano 62, n. 15421.

República. 29 de Abril de 1974, ano 62, n. 15424.

Fontes on-line

–O Avante na História do Partidoll. Disponível em: <http://www.pcp.pt/avante-clandestino>. Consultado em 01/11/2015.

25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014.

As Razões do Movimento. Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mfa2>, consultado em 26 de outubro de 2015.

Boletim Informativo das Forças Armadas. 20 de maio de 1975, nº18. (Pasta 04436.018). Disponível em: HTTP://asacomum.org/cc/arquivos?set=e_3148, consultado em 10 de novembro de 2015.

Instituto Nacional de Estatística

Estatísticas de Saúde, INE, I.P., 25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014.

Estatísticas Demográficas, INE, IP. 25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014.

Estatísticas Demográficas; Ministério da Administração Interna – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, INE, IP. 25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014.

Estimativas Anuais da População Residente, INE, IP. 25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014.

Eurostat, 25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014.

Instituto Nacional de Estatística. As edições do anuário estatístico de Portugal, 1875-2008. Lisboa, 2010.

Ministério da Administração Interna, Direcção-Geral de Administração Interna. 25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014.

Recenseamentos da População e da Habitação, INE, IP. 25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014.

Recenseamentos da População, INE, IP. 25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 18/39.

Arquivo Áudio Visual

FURTADO, Joaquim. A Guerra, 2007, documentário exibido pelo canal televisivo RTP. Fala de Lucas Bomba, Ativista da UPA, 02:49, episódio 1.

FURTADO, Joaquim. A Guerra, 2007, documentário exibido pelo canal televisivo RTP. Fala de Holden Roberto, Presidente da UPA, 04:57, episódio 1.

Centro de Documentação 25 de Abril

Comissões ministeriais de saneamento (Dec.-Lei 366/74 de 19 de Agosto)

Criação da D. G. R. S. (Dec.-Lei 36/76 de 31 de Janeiro)

Criação do COPCON (Dec.-Lei 310/74 de 8 de Julho)

Dissolução das Corporações (Dec.-Lei 362/74 de 17 de Agosto)

Duas concepções de saneamento

Extinção da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa (Lei 2/74 de 14 de Maio)

Extinção da censura a espectáculos (Dec.-Lei 199/74 de 14 de Maio)

Limite máximo das pensões de reforma (Dec.-Lei 410/74 de 5 de Setembro)

Medidas de saneamento das Forças Armadas (Dec.-Lei 190/74)

Nova lei do saneamento (Dec.-Lei 123/75 de 11 de Março)

Primeira lei do saneamento civil (Dec.-Lei 193/74 de 9 de Maio)

Reabilitação de Vassalo e Silva (Dec.-Lei 727/74 de 19 de Dezembro)

Reintegração de Humberto Delgado (Dec.-Lei 647/74 de 21 de Novembro)

Reintegração dos servidores do Estado (Dec.-Lei 304/74 de 6 de Julho)

Revogação da garantia administrativa (Dec.-Lei 74/75 de 21 de Fevereiro)

Saneamento da política interna (Dec.-Lei 277/74 de 25 de Junho)

Saneamento dos civis nos estabelecimentos militares (Dec.-Lei 775/74 de 31 de Dezembro)

Arquivo Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, Lisboa

Arquivo do Conselho da Revolução, Catálogo L600-601

2. Composição do Conselho da Revolução

2.2 Compromisso de Honra nº 397

3. Reuniões

Atas: Volume 01

nº01 Volume 02

nº02

Volume 03 nº03

Assuntos Tratados nas Reuniões do Conselho da

Revolução Volume 03, nº21

3.5 Resoluções do Conselho da Revolução

1975-1982 nº81

4. Documentação Economia Social

Junta de Salvação

Nacional Caixa 01,

1974-1975 nº115 Caixa

02, 1974-1975 nº116

Serviço de Vigilância Económica e

Social Caixa 01, 1975 nº117

Caixa 02, 1975 nº118

Caixa 03, 1975 nº119

Gabinete Económico e Social